

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

**QUANDO OS SOCIALISMOS COLIDEM: OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-
SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA E A INDOCHINA**

PORTO ALEGRE

2021

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

QUANDO OS SOCIALISMOS COLIDEM: OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA E A INDOCHINA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof.^a Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

PORTO ALEGRE

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Hiraiwa, Magnus Kenji Hernandes Hübler
Quando os Socialismos Colidem: Os Impactos da
Ruptura Sino-Soviética sobre o Campo Socialista e a
Indochina / Magnus Kenji Hernandes Hübler Hiraiwa. --
2021.
101 f.
Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. ruptura sino-soviética. 2. campo socialista. 3.
Indochina. 4. Vietnã. 5. Relações Internacionais da
Ásia. I. Danilevicz Pereira, Analúcia, orient. II.
Título.

MAGNUS KENJI HERNANDES HÜBLER HIRAIWA

QUANDO OS SOCIALISMOS COLIDEM: OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA E A INDOCHINA

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre ____ de _____ de 2021.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Analúcia Danilevycz Pereira – Orientadora
UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik
UFRGS

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela educação pública e de qualidade ao longo de todo o curso de Relações Internacionais. Agradeço, igualmente, ao povo brasileiro que me permitiu viver esta oportunidade.

Agradeço à minha orientadora Analúcia Danilevicz Pereira por ter sido a minha guia através dessa jornada. Sem seus comentários, orientação e cuidado, este trabalho não teria sido possível. Agradeço, de igual forma, ao professor Paulo Fagundes Visentini, por todas as inestimáveis contribuições para a minha formação. Devo a esses professores não apenas parte de minha vida intelectual, mas também uma parte considerável de minha formação pessoal. Menciono também os professores José Miguel Quedi Martins e Marco Cepik, pelas muitas inquietações intelectuais despertadas ao longo de minha formação; além da professora Sonia Maria Ranincheski, cujas lições apaixonadas continuarão a me acolher nos anos vindouros.

Agradeço também aos meus colegas do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT), com os quais tive o prazer e o privilégio de compartilhar e construir conhecimento. Agradeço, igualmente, aos pesquisadores do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE) e do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) por incitar minha curiosidade ao longo desses anos. Em particular, agradeço aos amigos e colegas Erik Ribeiro e Bruno Magno pelo auxílio na revisão deste trabalho e considerações relevantes sobre as suas discussões. Devo mencionar também os colegas que participaram comigo de projetos de extensão ao longo desses anos - em especial, aqueles que compartilharam experiências comigo no UFRGSMUN Back In School e no UFRGSMUNDI.

Para além dos meus companheiros acadêmicos, agradeço àqueles amigos e amigas que me apoiaram ao longo desses anos. Muito obrigado a todos e todas pela amizade, pelo companheirismo e pela paciência. Em cada linha deste trabalho, por mais obscuro que talvez lhes pareça, subjazem as ternuras que me foram ofertadas por cada um de vocês.

Por fim, agradeço aos meus pais, Erica e Osamu, por todo o esforço que realizaram para garantir que eu tivesse uma educação de qualidade e por todo o apoio e confiança nas minhas decisões. Agradeço a eles também, por nunca terem deixado me faltar amor e carinho ao longo desses anos. A vocês eu dedico este trabalho.

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho é compreender as causas da ruptura sino-soviética, seus impactos sobre as relações entre os países socialistas e seus efeitos sobre os países indochineses até o fim da Guerra Fria. Para tanto, o estudo divide-se em três partes. Primeiramente, analisa-se as causas e o desenvolvimento da ruptura sino-soviética. O estudo explora as contradições inerentes ao bloco socialista e relaciona as distintas condições em que ocorrem os dois processos revolucionários, associando-as à emergência de contraditórios projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança no fim dos anos 1950. Em seguida, aborda-se os impactos da ruptura sino-soviética sobre o campo socialista, assim como os impactos na região da Indochina até meados dos anos 1970. O ponto central desta análise é mostrar a transição da ruptura sino-soviética para o que se pode qualificar como um conflito securitário, assim como suas consequências para estratégia da China tanto em relação ao campo socialista, quanto em relação à Indochina. Por último, analisa-se a tentativa vietnamita de assumir uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética e o fracasso dessa estratégia à medida que a competição sino-soviética se tornou mais acirrada. No fim, discutiremos como essa dinâmica entre China, União Soviética e Vietnã foi, em última instância, a principal responsável pela deflagração da Terceira Guerra da Indochina em 1979.

Palavras-chave: ruptura sino-soviética; campo socialista; Indochina; Vietnã; Relações Internacionais da Ásia

ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the causes of the Sino-Soviet split, its impacts on the relations between the socialist countries and its effects on the Indochinese countries until the end of the Cold War. The study is divided into three parts. First, we analyze the causes and development of the Sino-Soviet split. The study explores the contradictions inherent to the socialist bloc and compares the different conditions in which the two revolutionary processes occur, associating them to the emergence of contradictory revolutionary projects, development models and strategic and security needs at the end of the 1950s. Next, we analyze the impacts of the Sino-Soviet split on the socialist world, as well as its impacts on Indochina until the mid-1970s. The central point of this analysis is to show the transition of the Sino-Soviet split to what can be qualified as a security conflict, as well as its consequences for China's strategy both towards the socialist world and Indochina. Finally, we will address the Vietnamese attempt to take a harmonic position between China and the Soviet Union and the failure of that strategy as the Sino-Soviet competition became fiercer. Finally, we will discuss how this dynamics between China, the Soviet Union and Vietnam was ultimately responsible for the outbreak of the Third Indochina War in 1979.

Keywords: Sino-Soviet split; socialist bloc; Indochina; Vietnam; International Relations of Asia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A FORMAÇÃO DO CAMPO SOCIALISTA E A RUPTURA SINO-SOVIÉTICA....	14
2.1 AS REVOLUÇÕES E REGIMES SOCIALISTAS	15
2.1.1 As Revoluções Socialistas	16
2.1.2 A Dinâmica do Bloco de Poder Soviético e do Campo Socialista	17
2.1.3 O Processo Formativo do Bloco Soviético e do Campo Socialista	22
2.2 A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA E A REVOLUÇÃO CHINESA	24
2.2.1 As Diferenças entre a Revolução Soviética e Revolução Chinesa.....	25
2.2.2 As Relações entre China e União Soviética (1921-1955).....	31
2.3 A RUPTURA SINO-SOVIÉTICA.....	33
2.3.1 A Estratégia de Desenvolvimento Chinesa e o Colapso da Unidade Socialista (1955-1957).....	34
2.3.2 Os Problemas Domésticos da China e o Aumento das Fissuras nas Relações Sino-Soviéticas (1958-1959)	36
2.3.3 O Fim das Relações Econômicas e a Trégua Ambígua (1960-1961).....	38
2.3.4 O Colapso Definitivo das Relações Sino-Soviéticas (1962-1966)	39
2.3.5 Considerações Finais sobre a Ruptura Sino-Soviética	40
3 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA E SOBRE A INDOCHINA	43
3.1 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA	43
3.1.1 Os Impactos Iniciais sobre o Campo Socialista e o Mundo em Descolonização (1955-1959).....	44
3.1.2 O Início da Competição pela Liderança do Campo Socialista (1960-1966).....	45
3.1.3 A Revolução Cultural e a Dramatização Sino-Soviética (1966-1969)	48
3.1.4 A Luta pelo Terceiro Mundo (1970-1975)	51
3.2 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE A INDOCHINA	53

3.2.1 As Relações Entre China, União Soviética e a Indochina até a 1955.....	53
3.2.2 O Fracasso dos Acordos de Genebra e a Radicalização da Luta Armada (1955-1960).....	56
3.2.3 O Problema do Laos e o Início da Disputa Pela Indochina (1961-1965).....	57
3.2.4 Da Competição Pela Influência à Ofensiva do Tet (1966-1968).....	59
3.2.5 A Dramatização Sino-Soviética, a Aproximação Sino-Americana e seus Impactos na Indochina (1968-1975)	60
3.3 A TRANSIÇÃO DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA PARA UM CONFLITO SECURITÁRIO	65
3.3.1 As Continuidades e Mudanças nas Relações Sino-Soviéticas	65
3.3.2 Os Efeitos das Mudanças nas Relações Sino-Soviéticas no Campo Socialista e na Indochina	67
4 A TERCEIRA GUERRA DA INDOCHINA E O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA	72
4.1 O IMPASSE VIETNAMITA E O TENSIONAMENTO DA INDOCHINA	72
4.1.1 O Impasse Vietnamita até Meados dos Anos 1970.....	72
4.1.2 A Deterioração Definitiva da Aliança Sino-Vietnamita (1975-1977)	75
4.1.3 O Problema da Indochina e a Invasão do Camboja (1977-1979)	77
4.2 A TERCEIRA GUERRA DA INDOCHINA.....	80
4.2.1 A Invasão do Camboja e a Guerra Sino-Vietnamita (1978-1979).....	81
4.2.2 Da Guerra Sino-Vietnamita à Normalização Sino-Soviética (1979-1989)	83
4.2.3 Da Normalização Sino-Soviética aos Acordos de Paris de 1991 (1989-1991) ...	88
4.3 O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA E A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-VIETNAMITAS.....	89
5 CONCLUSÃO.....	91
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

1 INTRODUÇÃO

O ponto focal do trabalho é a região da Indochina, composta por Vietnã, Laos e Camboja. A **questão** que orienta este trabalho é: como a ruptura sino-soviética impactou as relações entre os países socialistas e as relações entre os países indochineses até o fim da Guerra Fria? O **objetivo principal** é compreender as causas da ruptura sino-soviética, seus impactos sobre as relações entre os países socialistas e seus efeitos sobre os países indochineses até o fim da Guerra Fria. Podemos elencar como **objetivos secundários**: captar os traços peculiares da existência e organização dos países socialistas nas relações internacionais, ou seja, compreender a formação e desenvolvimento do campo socialista; analisar a evolução da ruptura sino-soviética; verificar como a ruptura sino-soviética contribuiu para a produção de modificações nas relações internacionais dentro do campo socialista; verificar como a ruptura sino-soviética contribuiu para a produção de modificações nas relações internacionais na região da Indochina.

A **primeira hipótese** é que o embate entre diferentes projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança determinados por processos revolucionários ocorridos em condições particulares foi a principal causa da ruptura sino-soviética no início da década de 1960. A **segunda hipótese** é que a transição da ruptura sino-soviética para um embate securitário foi o principal mecanismo através do qual houve uma modificação nas políticas chinesas tanto em relação ao campo socialista quanto em relação à Indochina. A **terceira hipótese** é que o Vietnã buscou uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética durante os anos iniciais da ruptura, mas a posição oscilante se tornou insustentável à medida que o embate entre a República Popular da China e União Soviética adquiriu as feições de um conflito securitário propriamente dito. A **quarta e última hipótese** é que a Terceira Guerra da Indochina teve como causa primária a ruptura sino-soviética. Pode-se apreender essas hipóteses e sua correlação com a pergunta e o objetivo principal atribuindo as seguintes sentenças a cada uma delas: causas da ruptura sino-soviética (H1); efeitos gerais sobre o campo socialista e sobre a Indochina e sua modificação ao longo do tempo (H2); reação de uma unidade específica - qual seja, o Vietnã - a esses efeitos e modificações (H3); e, por fim, um resultado particular para a região de interesse, qual seja, a Indochina (H4).

Considerando que a ruptura sino-soviética impactou de forma significativa a dinâmica das relações internacionais durante a Guerra Fria, o trabalho possui relevância intrínseca à medida em que visa interpretar, à sua maneira, este fenômeno. A **justificativa acadêmica**

particular está ligada à relativa carência de explicações satisfatórias acerca não apenas da própria ruptura sino-soviética, mas também de muitas de suas consequências regionais e globais¹. A proposta do trabalho é incorporar criticamente alguns dos avanços realizados no âmbito dos estudos sobre Indochina, Ásia e Guerra Fria em prol da apresentação de uma explicação que, a despeito de não ser definitiva, seja ao mesmo tempo suficientemente completa e teoricamente válida para o fenômeno em questão. Espera-se que esta explicação possa oferecer uma agenda de pesquisa futura frutífera em termos de análise histórica, relações internacionais contemporâneas e proposições teóricas alternativas.

O trabalho, em muitos sentidos, também amplia as pesquisas sobre revoluções e regimes marxistas que têm sido realizadas no âmbito do Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT) e do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA), ambos associados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); além dos estudos acerca de China e Leste Asiático realizados no âmbito do Instituto Sul-Americano de Política e Estratégia (ISAPE). Pesquisas dessa natureza permitem a apreensão por parte dos países e desenvolvimento de fenômenos ligados à periferia e semiperiferia do sistema capitalista, ampliando o leque de interpretações desses fenômenos para agregar de forma positiva à construção do conhecimento na área das Relações Internacionais e a uma visão autônoma do Sul Global acerca de si mesmo. Essas interpretações frequentemente divergem daquelas que eventualmente importamos acriticamente dos maiores centros de produção do conhecimento mundiais e, precisamente por isso, podem ser capazes de nos oferecer ferramentas mais eficazes para a elaboração de agendas de pesquisa e políticas públicas que mais atendam aos nossos interesses e respondam com muito mais atenção às nossas urgências comuns.

A **justificativa social** está ligada precisamente a essa capacidade de oferecer ferramentas mais eficazes para a elaboração de agendas e políticas públicas, capacidade intimamente ligada à compreensão da formação do mundo contemporâneo e das relações internacionais. A isso se liga a necessidade de elaborar estudos acerca da ascensão da China, o fim da União Soviética e suas consequências e as relações entre países como Vietnã, Laos e Camboja, por vezes esquecidas por muitas agendas de pesquisa. De outro modo, a despeito de compreensível, parece-nos enganosa a rejeição dos socialismos e de suas relações durante a Guerra Fria de uma análise mais rigorosa no campo das relações internacionais sob a

¹ A título de exemplo, as interpretações que alguns autores oferecem acerca dos países socialistas e sua política externa através de conceitos como o de “ideologia”, “anti-capitalismo” e “anti-imperialismo”, assim como aquelas que versam somente acerca do aspecto securitário do conflito sem procurar explorar mais a fundo as condições necessárias para a sua existência - a exemplo de Friedman (2015), Khoo (2011) e Lüthi (2008).

justificativa do fim deste período histórico, do aparente fracasso de um ou outro sistema econômico e de certa ilusão de que os acontecimentos do período relativos aos Estados socialistas não afetaram ou contribuíram - e continuam contribuindo - para a formação do mundo contemporâneo, assim como os projetos que construíram ao longo de suas décadas de existência.

Este trabalho também disputa, em parte, a narrativa triunfalista acerca do capitalismo e da democracia liberal e o encaminhamento para um segundo plano dos estudos acerca do socialismo na área das relações internacionais, à medida em que retoma a discussão sobre os projetos socialistas com tudo que lhes é peculiar, assim como sua continuidade no mundo contemporâneo. Igualmente, visa apresentar uma reflexão mais profunda acerca da ascensão chinesa e do fim da União Soviética em relação mútua, associada à formação e desintegração do campo socialista, além do capitalismo como sua contraparte. Em outras palavras, este trabalho visa analisar, terminada a Guerra Fria, um conjunto de projetos e relações que se estabeleceu naquele período e se esfacelou entre os países socialistas, assim como as suas consequências, que hoje podem ser vistas em perspectiva.

Do ponto de vista **metodológico**, esta monografia possui um caráter explicativo-descritivo e consiste em uma análise qualitativa de fontes primárias e secundárias acerca dos temas discutidos. O trabalho se dividirá em três capítulos de desenvolvimento, além da conclusão e da introdução. No primeiro capítulo do desenvolvimento, analisaremos as causas e o desenvolvimento da ruptura sino-soviética. A exposição, além de explorar as contradições inerentes ao bloco socialista, procurará relacionar as distintas condições em que ocorrem os dois processos revolucionários e a consequente emergência de projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança contraditórias no fim dos anos 1950.

No segundo capítulo, abordaremos, primeiramente, os impactos da ruptura sino-soviética sobre o campo socialista, assim como partes do mundo em descolonização e em processos de emancipação, estendendo a exposição até meados dos anos 1970. Em seguida, nos dedicaremos a avaliar os impactos da ruptura sino-soviética na região da Indochina durante o mesmo período. O ponto central desta exposição é a transição da ruptura sino-soviética do que se pode denominar um conflito de agendas para o que se pode qualificar como um conflito securitário, assim como seus efeitos para uma mudança de estratégia da China tanto em relação ao campo socialista e quanto em relação à Indochina.

Por último, discute-se a tentativa vietnamita de assumir uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética e o fracasso dessa estratégia à medida que a competição

sino-soviética adquiriu as feições de um conflito securitário. No fim, discutiremos como essa dinâmica entre China, União Soviética e Vietnã foi a principal responsável pelo desenvolvimento da Terceira Guerra da Indochina, a qual exploraremos até a sua conclusão, no fim dos anos 1990. A conclusão apresenta uma síntese dos principais desenvolvimentos da monografia, assim como as possibilidades para a agenda de pesquisa futura.

2 A FORMAÇÃO DO CAMPO SOCIALISTA E A RUPTURA SINO-SOVIÉTICA

A ruptura sino-soviética foi um fenômeno profundamente impactante para a dinâmica das relações internacionais dentro e fora do campo socialista. Uma explicação completa e satisfatória das consequências da ruptura sino-soviética exige uma explicação de suas causas - ou as variáveis que contribuíram para a ocorrência de uma ruptura sino-soviética. Este capítulo, portanto, visa analisar as causas da ruptura sino soviética.

A proposição teórica mais fundamental para este capítulo é que as diferentes condições estruturais, socioeconômicas, de posição de poder ou geopolíticas² - ou seja, formações sociais distintas - em que ocorrem as revoluções determinam diferentes processos revolucionários e interpretações do socialismo. Portanto, diferentes projetos revolucionários e modelos de desenvolvimento dentro do campo socialista. Cada revolução também se vê confrontada por necessidades estratégicas³ particulares, vinculadas eminentemente a preocupações relativas à sua segurança⁴. Essas diferenças se expressam no âmbito da política institucional na emergência de contradições entre diferentes organizações - mais especificamente, partidos comunistas, suas lideranças e suas interpretações acerca dos rumos de suas respectivas revoluções - que passam a empreender um caminho próprio a despeito da centralidade de um ou outro processo revolucionário.

Destas proposições deriva a nossa **primeira hipótese**, que orientará a construção deste capítulo: o embate entre projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança distintas determinadas por processos revolucionários ocorridos em condições particulares foi a principal causa da ruptura sino-soviética no início da década de 1960. Dialogam como essa hipótese dois objetivos secundários, quais sejam: captar os traços peculiares da existência e organização dos países socialistas nas relações internacionais, ou seja, compreender a formação e desenvolvimento do campo socialista; e analisar a evolução da ruptura sino-soviética.

² Embora seja possível adicionar novas dimensões ou propor outros níveis de análise, utilizaremos esses por entendermos como mais adequados ao objeto em questão.

³ Entende-se aqui por “estratégia” ou “estratégico” a definição mais estrita, relativa ao uso da força ou ameaçada do uso da força. Segundo Saint-Pierre (2018, p. 370): “a estratégia é a planificação da ação futura, da adequação racional dos meios que permitam alcançar os fins desejados, sabendo que para isso haverá que enfrentar outra vontade oposta à realização desses fins, a qual também se planifica e se prepara para evitar que eles sejam realizados; que as duas vontades estão decididas a empregar toda a violência ao seu alcance pelo seu objetivo; e ambas são conscientes de que a possibilidade da morte é um dado espreitando a falha da planificação.”

⁴ Conforme Villa e Braga (2018, p. 895), “a segurança internacional é um conceito e uma prática que buscam assegurar a Estados e indivíduos a ausência de ameaças existenciais [...] Tradicionalmente, a natureza de uma ameaça define se a força deve ser usada ou não.” Apesar dos muitos debates que a definição de segurança pode engendrar, neste trabalho entendemos por “segurança” ou “securitário” aquilo que está associado a essa definição.

Para tanto, este capítulo se divide em três partes. Primeiramente, discute-se os processos revolucionários de caráter socialista de um ponto de vista geral e a formação do campo socialista e de um bloco socialista ao longo da primeira metade do século XX. Em seguida, aborda-se as diferenças entre a Revolução Soviética e a Revolução Chinesa e como tais diferenças contribuem para a formação de distintos projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas. Por último, demonstra-se como o embate entre tais particularismos determinados por processos revolucionários ocorridos em condições peculiares se expressaram no âmbito das disputas entre China e União Soviética no período, constituindo, em última análise, a principal causa da ruptura sino-soviética no início da década de 1960.

2.1 A FORMAÇÃO DOS BLOCOS DE PODER E DO CAMPO SOCIALISTA

Quando decidimos discutir o chamado *campo socialista*⁵, ou as relações entre os *países socialistas*⁶, surge a necessidade implícita de qualificar os tipos de estruturas políticas e econômicas que permitem inserir certo conjunto de países dentro de uma mesma categoria dotada de características comuns, assim como elencar os traços particulares de seus processos formativos e das relações que estabelecem entre si. Em outras palavras, torna-se imperativo compreender como os países socialistas passaram a existir e se organizar em relação ao sistema capitalista e compreender quais são os aspectos peculiares e contraditórios de suas relações. Para tanto, essa seção será dividida em três partes. Primeiramente, discutiremos as origens e a evolução dos processos revolucionários socialistas. Em seguida, discutiremos os

⁵ Entende-se por *campo socialista* o conjunto de regimes socialistas ou de tendência socialista existentes durante o período em análise. Estes incluem não somente aqueles articulados em torno do Pacto de Varsóvia (em especial os do Leste Europeu), mas também aqueles que se ligaram ao Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) ou se identificaram de alguma forma como socialistas. A distinção entre o bloco de poder socialista e o campo socialista será feita ainda neste capítulo. Por outro lado, alguns países do Terceiro Mundo ou em processo de descolonização se associaram por motivos diversos ao socialismo, alguns deles, inclusive, constituindo regimes dessa natureza, de forma que é possível falar em uma intersecção entre Terceiro Mundo e *campo socialista* para alguns países. A relação entre o *campo socialista* e o Terceiro Mundo será vista com maior atenção no terceiro capítulo deste trabalho.

⁶ Opta-se por utilizar o termo *países*, não *Estados*, sobretudo porque a nossa análise é baseada eminentemente em uma interpretação social-territorial do Estado, ou de *Estado-sociedade*, envolvendo uma discussão que se estende para além do Estado como instituição. Em outras palavras, por se tratar de uma abordagem mais ampla do que é o Estado do que as interpretações tradicionais, decidimos utilizar um termo mais abrangente. Dizer isso não é dizer que os Estados não são as principais unidades de análise nas relações internacionais, mas sim que nossa abordagem não seguirá uma interpretação *weberiana* ou *realista* do que constitui um Estado. É preciso reconhecer também que a discussão sobre *Estado* e sua definição engendra um debate sobre o que significa o *Estado*. Embora este trabalho realize, em parte, uma discussão sobre o Estado, uma abordagem é mais adequada a trabalhos futuros. Para uma discussão específica sobre o Estado nas relações internacionais e suas distintas interpretações, ver Halliday (1994) em capítulo específico (*State and Society in International Relations*).

traços peculiares da formação do campo socialista, a sua relação com o que se pode considerar um *bloco de poder* socialista-soviético e as peculiaridades de sua dinâmica interna. Por último, expõe-se a formação histórica do bloco socialista e a sua relação com o processo de descolonização.

2.1.1 As Revoluções Socialistas

O termo central para compreender o socialismo no século XX é **revolução**. Entende-se por revolução uma mudança política brusca, geralmente violenta, que implica a derrubada de um regime e a luta pela construção de um novo regime (GRÖHMANN, 2013). A emergência de revoluções como eventos de impacto significativo pode ser traçada às revoluções burguesas e democrático-burguesas dos séculos XVIII e XIX, mas é a **concepção marxista de revolução** que fundamentará a maior parte das revoluções no século XX. A noção marxista de revolução, conforme Gröhmman, une dois sentidos:

1) a revolução como instrumento de **tomada do poder político**, em geral de curto prazo, em que alguns costumam incluir a participação de elementos populares e/ou de grupos de elite política e que envolve parcelas significativas da sociedade no sentido de promover transformações na ordem do regime ou dos processos políticos, econômicos e sociais; 2) o **processo político, social e econômico de transformação de uma sociedade**, incluindo a transformação do bloco de poder, em geral de longo prazo. [...] a concepção de Marx sobre a Revolução [...] é um instrumento de tomada de poder e, ao mesmo tempo, inaugura a revolução mais profunda de transformação da sociedade. (GRÖHMANN, 2013, p. 15) (grifo nosso)

Segundo o marxismo, as contradições do modo de produção capitalista engendrariam um processo de mudança social. A mais importante dessas contradições é aquela entre o crescimento das forças produtivas e as relações de produção, intensificando a luta de classes entre o proletariado e a burguesia. O proletariado seria o principal ator do processo revolucionário de transformação da sociedade burguesa rumo ao **comunismo**, que implica a eliminação da exploração do homem pelo homem, a divisão justa do produto do trabalho social e o fim do Estado. Esta etapa histórica seria precedida pelo **socialismo**, um estado de transição pós-capitalista implementado através de uma revolução em que o proletariado se apropria do poder do Estado e conduzirá o processo de transformação social rumo ao comunismo.

Para os marxistas tradicionais, os processos revolucionários ocorreriam primeiramente no centro do sistema capitalista, onde as contradições entre o proletariado e a burguesia seriam ainda mais dramáticas. As concepções revolucionárias do marxismo, contudo,

respondiam a um número de problemas aos quais não apenas o proletariado dos países centrais estava submetido, mas também os países que se encontravam na periferia ou semiperiferia do sistema capitalista. A pobreza, a miséria e a exploração agora encontravam eco nas ideias socialistas, de forma que o marxismo passou a constituir uma doutrina atrativa para superar os desafios de países que se lançaram em uma empreitada revolucionária em prol da construção de uma sociedade pós-capitalista, tanto como uma doutrina de conquista e manutenção do poder quanto como orientação para um projeto de desenvolvimento alternativo (GRÖHMANN, 2013).

Assim, é compreensível que, conforme as tensões e contradições do sistema capitalista se aguçaram no início do século XX, **processos revolucionários de inspiração marxista** tenham emergido em pontos diversos do mundo capitalista e não apenas no centro do sistema, conforme esperado pela teoria marxista tradicional⁷. Alguns desses processos revolucionários podem ser classificados como **revoluções democrático-populares** - ou seja, revoluções de libertação nacional, democráticas, anti-imperialistas e "anti-feudais" do Terceiro Mundo, ligadas à descolonização e ao nacionalismo. É possível citar a Revolução Cubana (1959) e as revoluções anticoloniais da África negra (anos 1970) como exemplos de revoluções democrático-populares. A Revolução Vietnamita (1945) e a Revolução Chinesa (1949) constituem, nesse sentido, tipos de revolução que podem ser classificadas ao mesmo tempo socialistas e democrático-populares (GRÖHMANN, 2013).

2.1.2 A Dinâmica Interna do Bloco de Poder Soviético e do Campo Socialista

A primeira revolução socialista de caráter marxista de sucesso foi a Revolução Russa de 1917. Os processos revolucionários desse período⁸ constituem, conforme Gröhmman (2013), a primeira onda revolucionária vitoriosa do século XX, enquanto a segunda onda decorre dos movimentos antifascistas e dos resultados da Segunda Guerra Mundial e é marcada tanto pelas “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, formando Democracias Populares, quanto pelas revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia. A partir do fim da

⁷ Vale-nos, por ora, a breve exposição de Gröhmman: “[...] durante a fase imperialista, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarianização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada ao mercado.” O tema da relação entre o imperialismo e o capitalismo em sua fase tardia se encontra tradicionalmente, do ponto de vista do marxismo, em Lênin (2011) em sua clássica obra *O Imperialismo: Etapa Superior do Capitalismo*. Para uma discussão mais completa, é possível consultar Hobsbawm (2017), Visentini et al (2013) e Michelena (1977).

⁸ A revolução na Mongólia ocorreu no mesmo período (1921). Outras lutas revolucionárias, tais como a da China e da Indochina, começam a se articular na mesma época, embora apenas venham a ter sucesso décadas depois (GRÖHMANN, 2013).

Segunda Guerra Mundial, que coincide com o triunfo desses processos revolucionários, surge o que se pode considerar um novo *equilíbrio de poder* mundial marcado pela divisão entre o socialismo e o capitalismo, ou o campo socialista e o campo capitalista, sendo a União Soviética e os Estados Unidos os eixos de poder de cada um desses dois campos.

Michelena (1977) considera que esse novo padrão nas relações internacionais estabelecido após o fim da Segunda Guerra Mundial é marcado pela formação de dois **blocos de poder**, o capitalista e o socialista. Para o autor, toda *grande potência*⁹ tende a formar um bloco de poder sob a sua liderança econômica, política, militar e ideológica. Os blocos de poder são formados por uma *zona de equilíbrio*, que representa uma área intermediária de influência entre duas ou mais potências; uma *zona periférica*, composta pelos países cujas economias são dependentes ou subordinadas, militarmente frágeis; e, por fim, a *grande potência*, o núcleo desse bloco. Para o autor, o conceito de bloco de poder, assim como seus conceitos associados, constituem uma unidade conceitual utilizada para captar a forma que se reveste a política entre as nações na fase imperialista do capitalismo. Trata-se, pois, de um padrão de distribuição de poder e funções típicos de uma certa fase do desenvolvimento capitalista.

Essa caracterização, é claro, suscita questionamentos em relação à aplicabilidade ou eficácia dos conceitos em questão para os países socialistas. Apesar disso, Michelena (1977) insere a União Soviética - um país socialista - na categoria de grande potência formadora de um bloco de poder, portanto, dotada de um comportamento característico dos países que se inserem nessa categoria¹⁰. Além de considerações acerca do poder soviético, a justificativa do autor está no fato de que, se encararmos a partir de uma perspectiva de longo prazo, ou de transição, é possível dizer que o socialismo necessariamente tem de sofrer a influência de

⁹ Michelena (1977, p.19) utiliza os parâmetros de Gramsci para definir o que seria uma “grande potência”, quais sejam: (i) população e extensão territorial, considerada concretamente sua posição geopolítica; (ii) força econômica; (iii) poderio militar; (iv) consenso interno ou paz interna; (v) uma posição ideológica historicamente determinada que permita ao governo do país em causa exercer a influência necessária para manter interna e externamente um certo nível de coesão. A exposição original desses parâmetros pode ser encontrada em Gramsci (1996, p. 110). Michelena adiciona mais duas outras condições: (a) imprimir uma direção autônoma efetiva às atividades do Estado; (b) tornar-se cabeça e guia de alianças e de pactos formadores de bloco de poder. Aceita-se a aceção de Michelena como válida, a despeito de implicar uma discussão mais ampla acerca do conceito e de sua aplicabilidade. Um exemplo de parametrização alternativa mais recente na bibliografia das relações internacionais - embora partilhe de algumas características comuns - é a de Mearsheimer (2001), baseada na divisão entre poder latente (econômico) e poder militar, em que predomina o último.

¹⁰ A despeito das diferenças nos objetivos das potências socialistas e capitalistas, ambas têm um objetivo político geral: manter e ampliar a sua *zona de influência*. Segundo Michelena (1977), a burguesia, como classe econômica dominante do capitalismo, tem um interesse predominantemente econômico; enquanto as potências socialistas buscam um objetivo basicamente político - qual seja, o de aprofundar e ampliar o campo tendencialmente socialista. Contudo, com o aumento das interrelações entre ambos os campos, cada vez mais a política exterior socialista teria que se guiar por considerações de grande potência.

fatores e formas capitalistas. Essas formas tenderiam a desaparecer conforme o mundo sofresse uma transição gradual em direção ao socialismo.

Um ponto especialmente relevante é que, para Michelena (1977), a formação do bloco soviético representa também a formação de um bloco socialista e está intimamente associada à formação do **campo socialista** durante a primeira metade do século XX. Ou seja, não apenas a expansão do poder soviético implicou a formação de um bloco de poder típico de uma grande potência, mas também condicionou de muitas maneiras o estabelecimento do socialismo à escala mundial.

Embora ambas as considerações exijam um debate mais amplo, é lícito considerar que, para todos os efeitos, a formação de um campo socialista está intimamente associada à formação de um bloco de poder soviético e o desenvolvimento da União Soviética como uma grande potência. Há justificativas consideráveis para aceitar a validade de tal suposição, a despeito dos debates conceituais que ela pode gerar. A União Soviética constitui a primeira revolução socialista de sucesso em um país de dimensões continentais e, a despeito dos levantes revolucionários do entreguerras¹¹, custará um hiato de mais de vinte anos e o início de uma guerra mundial até que a Europa passe por uma segunda onda revolucionária bem-sucedida - em grande medida, dependente da própria União Soviética como arrimo desses processos. De fato, é possível até mesmo dizer que o período que se estende até a Segunda Guerra Mundial representa o fim de uma fase específica no estabelecimento do campo socialista - a fase do “socialismo em um só país”. A partir de então, se dá o início da formação de um bloco soviético propriamente dito, que condiciona a expansão do socialismo às zonas periféricas do capitalismo¹².

Portanto, é possível afirmar que a União Soviética passou a constituir o centro do que se pode denominar um *bloco de poder socialista*, ou, ao menos, o eixo de poder do campo socialista, além de um ponto de referência para aqueles países que, mesmo não estando completamente associados ao campo, viam na União Soviética uma alternativa em relação ao *bloco de poder capitalista*, centrado nos Estados Unidos. Esse bloco de poder socialista-

¹¹ Vale apontar que o período do entreguerras foi marcado pela intensificação das atividades revolucionárias tanto no centro do sistema, como o espartaquismo, quanto a ascensão de partidos comunistas na periferia e semiperiferia (VISENTINI et al, 2013).

¹² Como contraponto a esse argumento, há o fato de que alguns dos processos revolucionários relevantes para o campo socialista em décadas posteriores terá início no período do entreguerras. A revolução chinesa e a revolução na Indochina iniciaram já sua luta revolucionária nos anos 1920 e 1930, a despeito de triunfarem apenas depois do fim da Segunda Guerra Mundial. Trata-se de um conjunto de processos centrados em grande parte na periferia, cujo fator facilitador foram os confrontos entre os países do centro e a decadência dos impérios coloniais e que se desenvolveram enquanto a União Soviética realizava sua própria revolução (VISENTINI et al, 2013). É interessante reparar nesse ponto específico, posto o fato de que será precisamente a China que disputará com a União Soviética a liderança do campo décadas depois.

soviético intimamente ligado à expansão do campo socialista é dotado de uma dinâmica própria devido à natureza peculiar de suas sociedades e de seu processo formativo. Quais são os fatores que determinam essa dinâmica e quais são as suas características?

Para Michelena (1977), um **primeiro conjunto de fatores** origina-se no processo de formação e desenvolvimento da União Soviética e está intimamente associado às condições para que a União Soviética se elevasse a um status de grande potência e adquirisse a liderança do campo. Primeiramente, há o fenômeno burocrático, indispensável ao modelo soviético. De acordo com o autor, esse fator é condicionante do comportamento de grande potência porque gera mecanismos políticos que influenciam decisivamente a política nacional e grupos sociais interessados em conservar as vantagens de ser o grupo dirigente de um país hegemônico. Tais grupos procurarão orientar o processo de expansão do campo socialista em outras regiões, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Segundo, surge a concepção do “socialismo em um só país”. Antes da expansão do bloco socialista, identificam-se os interesses do socialismo com os do socialismo do único país que constituía o campo, a União Soviética. Os partidos comunistas (PCs) passaram a se organizar e conceber suas políticas com base nas políticas soviéticas, se tornando áreas de influências potenciais para o país. Destaca-se, aqui, o papel que a Internacional Comunista (Comintern) terá para o movimento comunista internacional, funcionando como um centralizador das decisões em torno da União Soviética.

Terceiro, há a necessidade de defesa militar ante o sistema capitalista. Em um primeiro momento, a estabilização e segurança do socialismo soviético tornam-se as principais prioridades dos dirigentes. Em um segundo momento, a expansão do campo e a formação do bloco ocorre em função dos interesses estratégicos que a União Soviética, como grande potência, passou a ter no seu processo de desenvolvimento. É possível afirmar que esse segundo momento possui como marco definitivo o estabelecimento do Pacto de Varsóvia, em 1955 (MICHELENA, 1977).

Michelena (1977) não menciona em sua exposição desses pontos as qualidades econômicas e militares que também permitem à União Soviética adquirir a estatura que adquire ao fim da Segunda Guerra, possivelmente porque as supõem implícitas. Porém, cabe mencionar que a União Soviética passou por um acentuado processo de desenvolvimento econômico e militar durante os vinte anos que precederam a Segunda Guerra Mundial (DAVIES, HARRISON, WHEATCROFT, 1994; VISENTINI, 2017). Esses fatores acabam por fornecer à União Soviética uma relação de centralidade em relação aos partidos comunistas e processos revolucionários em escala mundial, o que se expressa politicamente

de maneira definitiva na formação do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), em 1949.

Porém, diferentes formações sociais em que ocorrem as revoluções determinaram diferentes processos revolucionários e interpretações do socialismo. Essa distinção implica a emergência de outros tipos de conflito. Segundo Michelena (1977), tanto o desenvolvimento das organizações revolucionárias em determinadas condições quanto a autonomia do movimento dessas organizações, ocorrendo em condições particulares, contribuem para que cada processo revolucionário em cada lugar possa gerar contradições dentro do campo socialista, a despeito da centralidade da influência soviética, do compartilhamento de concepções similares acerca do socialismo e do interesse compartilhado em prol da expansão do campo. Portanto, há um **segundo conjunto de fatores** condicionantes da formação e expansão do bloco soviético e do campo socialista que funcionam como um contrapeso à centralidade da União Soviética dentro do próprio bloco e do campo socialista.

Pode-se inclusive afirmar que os mesmos fatores supracitados que fornecem à União Soviética sua centralidade e condicionam em parte esses fracionamentos. A pretensão à liderança por parte dos grupos centrais da administração soviética é fator permissivo para uma eventual ruptura de um ou outro movimento revolucionário que não mais interpreta como adequadas as orientações soviéticas. A concepção do “socialismo em um só país” gera contradições conforme ocorre a expansão do campo e o advento de projetos socialistas distintos do socialismo soviético e que necessitam se desenvolver em condições próprias. A necessidade de defesa ante o sistema capitalista pode gerar contradições entre as necessidades estratégicas soviéticas e os interesses revolucionários de determinada localidade. Por último, conforme um país assume qualidades econômicas e militares capazes de fazer frente à União Soviética, é possível que esse país passe a ser um participante menos passivo nas relações internacionais dentro e fora do campo socialista.

Em suma, a dinâmica do bloco socialista implica uma contradição entre os fatores que permitem ao campo ampliar-se como bloco unido e a sua tendência a possibilitar rupturas e cisões dentro desse mesmo bloco à medida em que ocorre uma expansão do socialismo, ou a emergência de socialismos de um tipo distinto em condições particulares. Assim, forças integradoras e desintegradoras atuam em conjunto dentro do campo socialista e colaboram para determinar uma dinâmica particular que se expressará ao longo de toda a história do bloco socialista e, por extensão, do campo socialista. Vejamos como essas contradições se apresentaram concretamente no processo formativo do bloco soviético e do campo socialista.

2.1.3 O Processo Formativo do Bloco Soviético e do Campo Socialista

Michelena (1977) divide a formação do bloco em si em dois períodos: o período de expansão durante a guerra e o período de constituição do bloco propriamente dito. Durante os anos 1920 e 1930, a União Soviética procurou se manter fora dos conflitos entre os países europeus. Parte do período foi dedicada à própria proteção da União Soviética diante das investidas dos países capitalistas contra os seus limites, seguida por um processo de consolidação da segurança interna e das instituições do recém criado país socialista. A invasão germânica no fim dos anos 1930 obrigou a União Soviética a se envolver efetivamente no conflito na Europa, aumentando a sua influência no mundo, sobretudo nos países da Europa Oriental por meio da atuação dos partidos comunistas locais. Ao fim do conflito, a União Soviética já havia conquistado uma parcela considerável do leste da Europa e negociado com os países ocidentais as respectivas zonas de influência de cada potência em todo o globo em prol da criação de um *modus vivendi*.

Paralelamente às intenções da União Soviética, desenvolvem-se os interesses particulares dos diferentes partidos comunistas da Europa em guerra. Inicialmente, esses partidos se alinhavam às decisões soviéticas, não apenas em prol da derrota do fascismo, mas também para não provocar tensões entre a potência socialista e os aliados. Encerrada a guerra, começaram a emergir conflitos proporcionados pelo desenvolvimento dos partidos comunistas em suas condições particulares, comprometendo a integridade do bloco. Conforme Michelena (1977), o período da constituição do bloco soviético em si é marcado por essas contradições entre o interesse geral da União Soviética e os interesses particulares dos movimentos de resistência.

A Europa Oriental representa um caso particular, à medida em que os países da região foram integrados à área de influência socialista sob a presença militar soviética e a garantia da potência socialista suplantou a falta de amadurecimento dos partidos comunistas nacionais. Na região, a União Soviética também foi capaz de suprimir os movimentos autonomistas, o que permitiu a consolidação do poder na região. Em 1947 foi criado o Kominform para coordenar as atividades dos diversos PCs e, em 1949, fundado o Conselho de Ajuda Econômica Mútua (COMECON) para o planejamento econômico a nível internacional. A definitiva formalização do bloco soviético foi em 1955, com a assinatura do Pacto de Varsóvia, criando-se com ele o equivalente à OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) (MICHELENA, 1977).

Conforme Michelena (1977), a prioridade da formação do bloco de poder soviético foi formar um bloco que garantisse sua segurança futura, a despeito das aspirações dos partidos comunistas locais. Os países estrategicamente vitais carentes de um partido forte - tais como a Hungria, a Polônia, a Bulgária, a Romênia e Alemanha Ocidental - foram fortemente influenciados pela União Soviética, que logo foi capaz de reduzir as disputas políticas às facções internas dos partidos comunistas¹³. Para Michelena (1977), os casos da Iugoslávia, Grécia e China representam aqueles países que não eram considerados de vital importância estratégica para a União Soviética e, todavia, passaram a trilhar o caminho revolucionário. Itália e França, por sua vez, constituem os países em cujo os partidos comunistas eram altamente desenvolvidos, porém eram vitalmente estratégicos para o bloco capitalista. Nestes, os partidos comunistas aceitaram a sua posição na zona de equilíbrio.

É preciso abordar, aqui, um processo fundamental que está ocorrendo no mundo durante esse período e passa a se intensificar após o fim da guerra: a **descolonização**. A guerra enfraqueceu os antigos impérios coloniais ao ponto de torná-los frágeis demais para restaurar as suas antigas posições, engendrando movimentos emancipacionistas ou de descolonização na periferia do sistema capitalista, muito dos quais já estavam empreendendo ações políticas há algumas décadas (HOBSBAWM, 2017).

O processo de descolonização, embora participe de um contexto mais amplo de crise dos impérios coloniais, também se associa à ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética. A elevação dos Estados Unidos ao status de potência mundial e centro do capitalismo caminhava de forma paralela à necessidade de encontrar áreas de investimento e mercados transnacionais por todo o globo. Nesse contexto, a potência capitalista perscruta no processo de descolonização não apenas a retirada dos antigos impérios, mas sobretudo oportunidades para a expansão de seus interesses pelo globo. Assim, o país apoiará os processos de descolonização e fará o possível para garantir seus interesses nos países recém independentes (VISENTINI, 2011). A União Soviética, por sua vez, também será partícipe de muitos desses processos, apoiando movimentos de independência através de recursos de toda sorte, se associando aos partidos comunistas locais ou, por vezes, se envolvendo abertamente nas lutas emancipacionistas.

¹³ A Tchecoslováquia é um caso especial entre os países estrategicamente vitais. O Partido Comunista tcheco foi capaz de atingir um alto grau de desenvolvimento e desempenhou um papel importante para a transição para o socialismo, fazendo emergir tendências autonomistas dentro do partido. A Tchecoslováquia, como veremos, será importante para compreendermos a interpretação que a China passou a ter acerca da União Soviética a partir de um determinado momento histórico - a “Primavera de Praga”, em 1968, e a consequente invasão da Tchecoslováquia.

A implicação disso é que aqueles países envolvidos em um processo de emancipação ou descolonização - muitos dos quais vão compor o chamado Terceiro Mundo - serão palco para a competição internacional durante toda a Guerra Fria, alguns deles se associando abertamente ao campo socialista, enquanto outros assumirão outras posições. A partir de certo período, a China também entrará na disputa pela influência nessas regiões, como veremos nos próximos capítulos.

Michelena (1977) não menciona o **caso indochinês**, que se associa ao campo socialista, mas também se enquadra no contexto mais amplo do processo de descolonização. O processo de descolonização na Indochina constitui, de fato, o caso típico de uma revolução socialista associada a um movimento de libertação nacional desse período. Assim como ocorreu com a maior parte dos países em processo de descolonização, os Estados Unidos e a União Soviética procuraram influenciar a Indochina em seu processo de libertação e revolução. A **Revolução Chinesa** também é caracterizada por um duplo movimento de descolonização e de revolução socialista, sendo o ponto culminante de um esforço político, militar e humano sem precedentes. Apenas em 1949, após mais de trinta anos de luta, a revolução socialista finalmente triunfou no país mais populoso do globo (MARTINS; MAGNO, 2013).

As relações entre a República Popular da China e a União Soviética não escaparão da dinâmica contraditória do campo socialista e, pode-se afirmar, representam a expressão máxima dessas contradições no âmbito das relações entre os Estados socialistas. A recém criada República Popular da China se viu diante de problemas similares àqueles que emergiram dentro do campo socialista após o fim da Segunda Guerra Mundial, participando da dinâmica contraditória que determina a sua expansão como um bloco unido em torno da União Soviética.

2.2 A REVOLUÇÃO SOVIÉTICA E A REVOLUÇÃO CHINESA

Assim, no fim dos anos 1940, poucas décadas depois do sucesso da revolução soviética, um terço da humanidade vivia sob regimes socialistas inspirados ou associados à experiência leninista (HOBSBAWM, 2017). Uma parte deles, embora ainda não tivesse triunfado em seu movimento revolucionário, como a Indochina, também se associava ao campo em expansão. A formação de um campo socialista e de um bloco centrado na União Soviética, como vimos, resulta também em contradições. Como essas contradições se

apresentam no caso das relações entre a China e a União Soviética? Como elas contribuíram para a eventual ruptura entre ambos os países?

Para responder a essa questão, cabe-nos um exame mais atento de ambas as revoluções de forma paralela. Primeiro analisaremos as duas revoluções destacando em que medida elas se diferenciam e como isso se reflete em distintos projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas - diferenças que preludem um processo de ruptura na segunda metade dos anos 1950. Em seguida, exploraremos como essas diferenças se manifestam nas relações entre China e União Soviética até a primeira metade dos anos 1950.

2.2.1 As Diferenças entre a Revolução Soviética e Revolução Chinesa

As revoluções russa e chinesa ocorreram em períodos distintos. Embora ambas as revoluções possam ter suas origens traçadas pelo menos até o início do século XX, a Revolução Russa foi a primeira das revoluções socialistas a sair vitoriosa, ainda em 1917. A Revolução Chinesa, por outro lado, enfrentou décadas de luta revolucionária até que o Partido Comunista Chinês fosse capaz de tomar o poder, em 1949.

A razão reside na **primeira diferença** fundamental entre ambas as revoluções, qual seja, as **condições estruturais nas quais ocorrem**. Entende-se por estrutural, aqui, uma visão de todo ou de conjunto, tanto do ponto de vista das relações entre ambas as revoluções e a totalidade mais ampla da qual participam (o sistema internacional) quanto do ponto de vista do conjunto de elementos fundamentais das sociedades nas quais ocorrem (os aspectos estruturantes de suas sociedades). A reflexão aqui envolve também considerar a dimensão histórica desses processos na longa duração, ou seja, para além de seu contexto, discutindo a permanência e continuidade de certas características. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que ambas participam de um mesmo movimento histórico amplo de crise do capitalismo europeu e conflitos interimperialistas, mas em pontos distintos do sistema internacional e cada qual aproveitando à sua própria maneira as circunstâncias que lhes permitem empreender um processo revolucionário.

A Revolução Russa foi um resultado mediato da crise do capitalismo e a culminação de uma crise pela qual o regime czarista passava há algumas décadas. A Rússia Czarista era um país semi-feudal no limite do capitalismo europeu que havia passado por tentativas frustradas de mudanças, na esteira da penetração do capitalismo. Apesar de não ser um grande país capitalista, a Rússia compartilhava do arranjo de poder das grandes potências

européias e dispunha de um poderio militar razoável. A derrota durante a Guerra Russo-japonesa (1904) debilitou parte do poder russo, mas foi a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que radicalizou as contradições nutridas ao longo de décadas e abriu caminho para o processo revolucionário. O triunfo da revolução em 1917 foi rapidamente minado por uma revolução cercada por todos os lados e a iminência de uma guerra civil que se estenderia até meados dos anos 1920 (VISENTINI, 2017; HOBBSAWM, 2017).

A Revolução Chinesa, por sua vez, também é um resultado mediato da crise do capitalismo - porém em condições consideravelmente distintas da Rússia Czarista. Durante milênios a China constituía um império milenar com características de uma Civilização Tributária¹⁴ caracterizada pelo que se poderia denominar modo de produção asiático¹⁵. A partir da primeira guerra do ópio (1839-1842), o país havia sido submetido ao controle estrangeiro parcial, controle que aumentaria com a segunda guerra do ópio (1856-1860) e o tratado de Tianjin (1858). A intensificação da competição interimperialista na segunda metade do século XIX colocou a China em uma posição ainda mais submissa, em especial após a revolta dos Boxers, em 1904. O fim da Dinastia Qing (1664-1911) e os primeiros anos da República de Sun Yat-Sen também não foram particularmente fáceis para a China, considerando os avanços do Japão imperialista sobre a região (MARTINS; MAGNO, 2013).

O Partido Comunista Chinês (PCCh), fundado em 1921, é filho da revolta social do período. A princípio, o PCCh e o Kuomintang coabitavam um mesmo movimento, inspirados pelos “Três Princípios do Povo” de Sun Yat-Sen (nacionalismo, democracia e socialismo). A morte de Sun Yat-Sen, em 1925, permitiu que os caudilhos (os “senhores da guerra”) rivalizassem entre si, aglutinando-se em torno da figura de Chiang Kai-Shek. O Kuomintang, a partir de então, passa a se inclinar progressivamente contra os comunistas, empreendendo ações de repressão e massacres contra suas bases. Tem início em 1928 uma guerra civil entre o Kuomintang, sob a liderança de Chiang Kai-Shek, e o Partido Comunista Chinês, sob a liderança de Mao Zedong. A guerra civil perdurará até o triunfo dos comunistas em 1949, entremeada pela invasão japonesa (1931) e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (MARTINS; MAGNO, 2013; ROBERTS, 1999; PAINE, 2012).

É possível notar que há marcantes distinções entre as posições de ambos os países do ponto de vista de suas relações com o capitalismo e com as potências europeias. A revolução

¹⁴ “Trata-se de uma hierarquia de Estados que mantêm graus variados de autonomia ou soberania, mas que se reportam a um centro imperial - daí o termo tributário.” (MARTINS; MAGNO, 2013, p. 97)

¹⁵ A definição de Marx do modo de produção asiático inclui a ausência da propriedade privada da terra, comunidades de aldeias autônomas e um Estado despótico centralizado encarregado de obras públicas, principalmente de irrigação. O financiamento da infraestrutura pública é principalmente pela coerção e absorção de um excedente econômico produzido pelas comunidades que produzem de forma coletiva (MARX, 2011?).

rusa ocorreu às margens do centro do capitalismo em um país interpretado como soberano pelos seus pares europeus. Embora a revolução russa se encontrasse rapidamente cercada pelos países capitalistas, é difícil argumentar que a Rússia estava anteriormente submetida a qualquer domínio econômico ou militar por parte de outra unidade política. Quando a União Soviética atravessou o seu período mais instável do ponto de vista da ingerência externa, em meados dos anos 1920¹⁶, é possível dizer que os caminhos para a consolidação internacional e seu papel como um ator relevante nas próximas décadas já estão parcialmente abertos. Esses caminhos seriam ainda mais expandidos com o crescimento econômico sem precedentes durante os anos 1930, contrastando com a decadência do capitalismo ocidental.

A China, por outro lado, era um país de extensas raízes históricas fundamentalmente agrário dotado de um modo de produção não-capitalista que passou por mais de um século de humilhações, rebeliões, guerras civis e ingerência direta dos países capitalistas antes da vitória de sua revolução. Pelo menos vinte anos de sua formação foram marcados por uma guerra civil de grandes consequências humanitárias e materiais e pela tentativa traumática de barrar o avanço japonês sobre a região¹⁷. O resultado concreto é a emergência um projeto revolucionário ao mesmo tempo socialista, nacionalista e anti-imperialista - ademais, impellido a valorizar sua autonomia, a despeito de suas necessidades em um período particular. Além do fato de que, como demonstraremos, o Partido Comunista Chinês havia aberto o caminho para sua autonomização já no fim dos anos 1920, inclusive do ponto de vista de sua interpretação acerca da revolução.

Basta-nos, por ora, observar os princípios firmados em setembro de 1949, durante a primeira Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC). A Conferência de 1949 ratificou uma Lei Orgânica e um Programa Comum que deu base à Constituição de 1954, em vigor até 1975. Segundo Martins e Magno (2013), tal conferência estabeleceu quatro eixos que ainda hoje permanecem no centro da revolução chinesa e se correlacionam com a interpretação que o PCCh passara a ter acerca da revolução durante as décadas precedentes: (i) instaurar a “ditadura democrática”; (ii) controlar e desenvolver a economia; (iii) recuperar

¹⁶ É claro, a Segunda Guerra Mundial foi um período traumático para a União Soviética, mas o país já era um ator dotado de relativa estabilidade e seu processo revolucionário já estava bastante avançado, como veremos mais adiante.

¹⁷ Segundo Paine (2012), em 1946 os nacionalistas estimaram que entre 1937 e 1945 a China havia sofrido 5,6 bilhões de dólares em perdas econômicas e 12,8 milhões de mortes, sendo 9,1 milhões de civis. O total de perdas provocadas pela ocupação japonesa, segundo Paine (2012), equivalia a 6,5 bilhões de dólares em danos materiais brutos, 31 bilhões em capital público e privado, 4,5 bilhões em perdas de taxaço pelas áreas ocupadas e 1,6 bilhões de yuan em gastos militares para o governo nacionalista. Quanto à última fase da guerra civil (1946-1949), Martins e Magno (2013) inserem um saldo total de 1 a 3 milhões de mortos, enquanto Lynch (2010) coloca pelo menos 1,5 milhão de mortos do lado nacionalista e 250 mil mortos do lado socialista para o mesmo período, mencionando a possibilidade de até 6 milhões de mortos ao total, incluindo civis.

a soberania sobre os territórios chineses; e (iv) estabelecer-se como potência independente e não alinhada¹⁸ (PAINE, 2012; RPC, 2020; ROBERTS, 1999; TEIWES, 1995).

A **segunda diferença** fundamental está ligada à primeira e se refere à **situação socioeconômica de ambos os países no início dos anos 1950**. A China estava tentando modernizar o país pelo menos desde a segunda metade do século XIX, ainda na Dinastia Qing (1664-1911), porém sem sucesso¹⁹. Quando a revolução triunfa em toda a China depois de décadas de guerra civil, a recém fundada República Popular se vê em um situação econômica sensível e diante da necessidade de consolidar e construir um projeto socialista dentro do Estado recém construído (MAGNO; MARTINS, 2013; ROBERTS, 1999).

A União Soviética, por outro lado, já havia passado por pelo menos quatro diferentes processos de modernização: a Nova Política Econômica (NEP), o I Plano Quinquenal (1928-1933), o II Plano Quinquenal (1933-1937) e o III Plano Quinquenal (1938-1942) (DAVIES, 1994; VISENTINI, 2017). Não havia nenhum outro país dentro do campo socialista capaz de rivalizar com suas capacidades econômicas.], o próprio I Plano Quinquenal da RPC (1953-1958) constituiu um esforço conjunto entre a União Soviética e a China, que havia se tornado largamente dependente do vizinho socialista. Apesar de ter contribuído de maneira significativa em termos de transferência tecnológica, industrialização e coletivização agrícola, o Plano Quinquenal criou ou dramatizou contradições que impeliram a RPC a adotar a sua própria estratégia de desenvolvimento (ROBERTS, 1999; LÜTHI, 2008). Esse fato nos ajuda a compreender o porquê de um dos problemas seminais para a deterioração das relações sino-soviéticas nos anos 1950 ter sido a estratégia de desenvolvimento chinesa, como veremos mais adiante.

A **terceira diferença se dá em termos da posição de poder ou da geopolítica entre os países no início dos anos 1950**. Quando a Revolução Chinesa triunfa sob a liderança de Mao Zedong, a União Soviética já havia formado seu bloco de poder e se consolidado como uma grande potência. As prioridades da União Soviética não são a de um socialismo cercado lutando por sua sobrevivência, mas sim de um país em posição de liderança internacional e

¹⁸ Em 1946, Mao Zedong havia lançado uma reflexão sobre o papel da China no pós-Segunda Guerra utilizando o conceito de “zona intermediária”, que visava uma frente global centrada na União Soviética unida contra o imperialismo estadunidense, considerado uma ameaça para a China. Cabe notar que a Revolução Chinesa também nasceu como um socialismo cercado, o que contribuirá para o senso de ameaça chinês em relação ao imperialismo (LÜTHI, 2008).

¹⁹ Os muitos movimentos que tiveram origem durante esse período de indefinição e competiam por influência dentro da China pensavam cada um à sua maneira em um processo de modernização, incluindo o Kuomintang e o Partido Comunista Chinês. As regiões sob o domínio do Partido Comunista Chinês durante os vinte anos de guerra civil são eminentemente agrárias, resultando em algumas reformas dedicadas ao campesinato (LÜTHI, 2008)

com responsabilidades a cumprir para além da consolidação interna e da exportação da revolução. A coexistência pacífica do XX Congresso do PCUS (1956) é, em certo sentido, a apoteose da posição soviética em relação a sua nova posição de poder internacional (MICHELENA, 1977).

A China, por outro lado, se via diante da necessidade de consolidar seu poder interno, ser reconhecida no âmbito externo e recuperar a soberania dos territórios perdidos²⁰. A Guerra da Coreia (1950-1953) pode ser considerada um resultado do avanço dos interesses estratégicos estadunidenses contra os países socialistas do Leste Asiático, em especial a China, mas a relação conturbada com os Estados Unidos se manifesta também nas duas crises do Estreito de Taiwan nos anos 1950 (1954 e 1958). Durante o período, União Soviética e China se veem aproximados eminentemente por uma necessidade estratégica, podendo a China ser considerada um membro não fundamental do bloco de poder soviético – em verdade, mais como uma espécie de associado na região, como veremos, em uma aliança assimétrica pendendo mais em direção à União Soviética, em que esta lhe fornecerá apoio político, econômico e militar. A partir disso, é possível compreender a emergência de um conflito de agendas de segurança nos anos seguintes, à medida que as necessidades estratégicas da China acabaram conflitando gradativamente com as necessidades da União Soviética. No fundo, trata-se de uma contradição mais fundamental entre as prioridades chinesas em relação à sua segurança e as prioridades da União Soviética - que, em certo ponto, se desassociam.

A essa diferença se conecta a diferença entre as capacidades militares de ambos os países durante o período. No início dos anos 1950, a China possuía um exército frágil para suportar as ameaças dos Estados Unidos e, diferente da União Soviética, ainda não possuía armamento nuclear. Durante a Guerra da Coreia a China se viu pela primeira vez diante da intimidação nuclear estadunidense, mas não seria a primeira vez que isso aconteceria. No quadro geral da Guerra Fria, a União Soviética oferecia alguma proteção, mas a possibilidade da reemergência de uma guerra civil na China e uma possível confrontação isolada com os EUA exacerbavam o senso de ameaça nuclear. Foi esse senso de ameaça que impeliu a China a iniciar seu programa nuclear já em 1954 - precisamente após a primeira crise do estreito de Taiwan, em 1954, quando os EUA utilizam a chantagem nuclear para minar a posição chinesa (MARTINS; MAGNO, 2013). A questão nuclear se tornará um dos maiores pontos de

²⁰ Vale lembrar que não se trata apenas de Taiwan, sob o domínio do Kuomintang. Dentre os territórios que a China necessitava reintegrar, inclui-se: Manchúria, Tibete, Xinjiang, regiões disputadas com a União Soviética (incluindo a Mongólia Exterior), ilhas Diaoyu (Senkaku), ilhas Xisha (Paracelso), ilhas Nansha (Spratly), Macau e Hong Kong (MICHELENA, 1977).

conflito entre a União Soviética e a China durante as décadas posteriores e representará o ponto final na aliança entre ambos os países, no contexto da assinatura do TIPEN de 1963.

A **quarta diferença** é, em certa medida, uma expressão das outras na política, digamos, institucional. Qual seja, a diferença **entre as organizações revolucionárias de ambos os países, suas lideranças e suas interpretações acerca da revolução**. Essa diferença acaba sendo um resultado do desenvolvimento de cada partido em condições distintas, confrontados com problemas próprios a cada realidade, assim como sua autonomia de movimento. Dizer isso, é claro, não é o mesmo que dizer que os partidos e lideranças são o mero resultado das condições, mas que cada partido e liderança terá uma tendência a apresentar um comportamento próprio àquela realidade que lhe é apresentada. É, de fato, no âmbito dos diálogos entre os PCs e lideranças de ambos os países que emerge a evidência de diferenças irreconciliáveis em seus projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança.

As diferenças têm início nos anos 1920, mas será durante os anos 1930 que o pensamento de Mao e do Partido Comunista Chinês procurará adquirir uma maior autonomia em relação ao pensamento soviético propagado pela Comintern. O fato de que Stálin via o cenário europeu de forma distinta do cenário asiático - e, inclusive, conforme abordaremos no próximo capítulo, delega a tarefa de supervisão das revoluções asiáticas à China em 1949 - contribui para fornecer um grau ainda maior de autonomia da RPC em relação ao bloco soviético (OLSEN, 2008; HOLLOWAY, 1996). As diferenças acabaram se acentuando depois da morte de Stálin e do XX Congresso do PCUS (1956), quando as linhas dos partidos entraram em rota de colisão e as lideranças passaram a se distanciar cada vez mais.

Portanto, a China realiza sua revolução em condições particulares que se expressam na emergência de distintos projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança. O desenvolvimento da organização revolucionária chinesa nessas determinadas condições acaba por constituir um incentivo para a sua autonomização, o que cria contradições dentro do campo socialista. Essas diferenças, em certo momento, provocaram um embate entre a China e a União Soviética e uma cisão gradual dentro do campo socialista. Antes de abordarmos a cisão em si, convém realizarmos um apanhado histórico geral das relações entre China e União Soviética até esse período, posto o fato de que muitas das contradições que emergem nos anos 1950 tem suas raízes nas décadas anteriores.

2.2.2 As Relações entre China e União Soviética (1921-1955)

Os contatos entre os revolucionários soviéticos e os revolucionários chineses teve início já no início dos anos 1920. Durante o período que vai da fundação do PCCh, em 1921, à insurreição de Xangai e Cantão (Guangzhou), em 1927, a União Soviética contribuiu para a construção do PCCh ao mesmo tempo em que impeliu o recém criado partido a integrar uma frente política para a unificação da China junto ao Kuomintang²¹. Depois da morte de Sun Yat-Sen, Chiang Kai-Shek passou a se esforçar para destruir a influência do PCCh dentro do partido. Conforme Pantsov (2000), depois da ascensão de Stálin, a partir de 1925, houve foi uma modificação da política soviética em relação ao PCCh e sua relação com o Kuomintang, adotando-se uma posição favorável a um “partido multi-classes” em detrimento de uma proposição de proeminência do PCCh e do uso pragmático dos nacionalistas na empreitada revolucionária nacional. Essa política contribui para manter o PCCh em uma aliança cada vez mais contraditória. A política da Comintern só se modificou depois da aniquilação das forças comunistas em Xangai e em outros levantes pela China, em 1927²² (MICHELENA, 1977).

Depois desses acontecimentos, Mao Zedong estabeleceu a primeira base soviética estável na região fronteira de Hunan-Jiangxi e conduziu uma reforma agrária radical entre os camponeses empobrecidos. Segundo Lüthi (2008), o experimento colocou Mao Zedong em oposição à NEP, que ainda estava sendo empreendida, e às políticas de Stálin. O fracasso do experimento leva Mao a concluir que apenas uma estratégia rural gradual levaria ao sucesso no longo prazo, opondo-se novamente à política de Stálin e também a de outros quadros dentro do partido (LÜTHI, 2008).

A Longa Marcha (outubro de 1934 a outubro de 1935) foi a grande experiência formativa do PCCh e também representou a ascensão de Mao dentro do partido. O período também é marcado pela ascensão de Mao como um teórico revolucionário diante de disputas internas do PCCh²³. O resultado teórico dessas disputas foi os ensaios “Sobre a Prática” e “Sobre a Contradição”, publicados em 1937. No primeiro, Mao critica a aplicação dogmática

²¹ Para Michelena (1977), a ideia dos soviéticos era que a China não estava preparada para um processo revolucionário, devendo antes passar por uma revolução democrático-burguesa. Essa concepção estaria associada, em parte, à necessidade da União Soviética garantir a sua proteção durante o período através de um apoio politicamente defensivo que impedisse uma eventual intervenção estrangeira. Paralelamente à pressão sobre o Partido Comunista Chinês, os dirigentes soviéticos prosseguem na conversação com o governo republicano, o que resultará em um acordo estabelecendo um compromisso entre as partes (MICHELENA, 1977; PANTSOV, 2000).

²² Décadas depois, Mao colocaria a responsabilidade desses acontecimentos em Stálin (LÜTHI, 2008; MICHELENA, 1977).

²³ Para uma discussão mais completa sobre as disputas na liderança do PCCh durante o período, ver Kampen (2002) e Van Slyke (1986).

do marxismo-leninismo, utilizando Lênin como base; no segundo, tenta demonstrar que o processo revolucionário chinês, a despeito de se conectar com uma contradição maior, possui contradições particulares²⁴ (LÜTHI, 2008; MAO, 1975a, 1975b).

Em 1939, Mao Zedong publica “A Revolução Chinesa e o Partido Comunista” chinês e “Sobre a Nova Democracia”, ensaios que rejeitavam indiretamente o modelo soviético. O argumento de Mao era que ambas as revoluções estavam em diferentes fases históricas e os principais inimigos para a China, no momento, seriam o imperialismo e o feudalismo (MAO, 1975c). Após anos de disputa, em 1945, o Congresso Nacional do PCCh se posicionou totalmente a favor da linha de Mao em sua “Resolução do Comitê Central PCCh sobre Certas Questões Históricas” (RESOLUTION, 1981). O Congresso também criou a posição de Presidente (*Chairman*) do Partido Comunista Chinês, sob a liderança de Mao. A incorporação do “Pensamento de Mao Zedong” na Constituição do partido sancionou a posição central do líder dentro do Partido Comunista Chinês (LÜTHI, 2008; LIEBERTHAL, 1995).

A despeito da emancipação de Mao e do PCCh da União Soviética, a cooperação entre ambos os partidos se manteve. A União Soviética continuou a apoiar o PCCh durante os anos de conflito contra o Japão, assim como o PCCh continuou a apoiar a União Soviética. As ações da União Soviética, contudo, ainda eram, no mínimo, claudicantes. O auxílio soviético ao PCCh durante a guerra se manteve muito aquém do necessário e os acordos com os Estados Unidos para a União Soviética entrar em guerra contra o Japão implicavam a manutenção do controle do Kuomintang sobre partes da China²⁵ (TALK, 2021; LÜTHI, 2008).

Ao fim da Segunda Guerra, a despeito das aspirações soviéticas, o PCCh decidiu continuar a luta contra Chiang Kai-Shek e avançou sobre a Manchúria. Ambos os países socialistas se aproximaram novamente na iminência da vitória dos revolucionários. Antes mesmo da vitória completa do PCCh, em fevereiro de 1948, durante as conversações russo-japonesas-iugoslavas, Stálin admite o erro de não apoiar os revolucionários chineses em sua luta contra Chiang²⁶ (LÜTHI, 2008; MICHELENA, 1977; DJILAS, 2014).

²⁴ Conforme a obra *Sobre a Contradição*, de Mao Zedong, “Quando estudamos a particularidade e o carácter relativo da contradição, devemos prestar atenção à diferença entre a contradição principal e as contradições secundárias, entre o aspecto principal e o aspecto secundário da contradição; quando estudamos a universalidade da contradição e a luta dos contrários, devemos prestar atenção à diferença entre as diversas formas de luta. Doutro modo cometeremos erros.” (MAO, 1975, online). Trecho em inglês em MAO (1975a, p. 396).

²⁵ Especificamente, a manutenção do *status quo* da Mongólia exterior, a internacionalização de Dairen e sua cessão à tutela soviética e a exploração por esta das vias férreas do leste chinês e da Manchúria do sul (MICHELENA, 1977).

²⁶ O caso em questão pode ser citado como um dos exemplos de uma contradição entre a necessidade de defesa da União Soviética ante o sistema capitalista, ou seja, as necessidades estratégicas soviéticas, e os interesses

Mesmo com a melhora nas relações entre China e União Soviética, é perceptível que a China buscava traçar a sua própria trajetória revolucionária, assim como construir uma estratégia de desenvolvimento econômico distinta da estratégia soviética. O desejo chinês por uma estratégia autônoma se evidencia novamente no quarto eixo definido Conselho Consultivo do Povo de 1949, que coloca como prioridade para o país “estabelecer-se como potência independente e não alinhada” (TEIWES, 1995). A integração da China como um país relevante entre os países neutralistas, especialmente após a Conferência de Bandung de 1955 e a divulgação dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, parece confirmar a afirmação de uma política chinesa interessada em sua autonomia (VISENTINI, 2011). Ademais, a China também era capaz de perceber as deficiências da política externa soviética, apesar da consciência de que uma aproximação com a potência traria benefícios em termos econômicos de proteção contra as agressões do imperialismo norte-americano (LÜTHI, 2008)

Os três anos até a morte de Stálin, em 1953, podem ser considerados a era de ouro da cooperação sino-soviética e representaram contribuições significativas para o crescimento militar e econômico chinês²⁷. A ascensão de Krushev representou um relaxamento da política externa soviética, resultando no rápido fim da Guerra da Coreia (1953) e no Tratado do Estado Austríaco (1955). A visita de Krushev a Beijing, no outono de 1954, tinha como propósito assegurar o compromisso soviético com a China e envolveu sinais de boa vontade por parte do novo líder soviético (LÜTHI, 2008). Contudo, as relações sino-soviéticas se deterioraram rapidamente nos anos posteriores.

2.3 A RUPTURA SINO-SOVIÉTICA

Apesar das diferenças presentes nas primeiras décadas das relações sino-soviéticas, o início do processo de ruptura tem início apenas em meados dos anos 1950. As bases para a ruptura já estavam dispostas, posto o fato de que a China passou a constituir uma revolução de características próprias dentro do campo socialista, participando inevitavelmente de sua dinâmica contraditória. O resultado é um conflito irreconciliável na segunda metade dos anos

revolucionários de determinada localidade. É um prelúdio ao tipo de conflito entre necessidades estratégicas e de segurança que se apresentou entre China e União Soviética ao longo dos anos.

²⁷ O “Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviética” de 14 de fevereiro de 1950 ofereceu as bases para a nova parceria sino-soviética. Segundo Lüthi (2008), a aliança de Stálin era, em certa medida, um instrumento utilitário para obter as concessões que ele havia tentado extrair do Kuomintang em 1945. Para a China, o tratado garantiria segurança contra o imperialismo norte-americano e a ajuda econômica necessária para a reconstrução do país. A parceria era baseada em três elementos: partido, militares e relações econômicas (NAKAJIMA, 1995; LÜTHI, 2008).

1950 e a eventual ruptura sino-soviética. Esta seção analisa como se deu essa ruptura, ou seja, como os elementos dispostos durante os anos anteriores chegaram aos seus termos.

2.3.1 A Estratégia de Desenvolvimento Chinesa e o Colapso da Unidade Socialista (1955-1957)

O problema seminal que encaminhou a deterioração das relações sino-soviéticas em meados dos anos 1950 foi a ideia básica por trás do I Plano Quinquenal chinês (1953-1958). A estratégia de desenvolvimento econômico herdada pela China causou uma crise estrutural entre agricultura e indústria, similar àquela provocada pela NEP no fim dos anos 1920. Tratava-se, segundo a interpretação da RPC, de uma contradição típica de um país atrasado em seu desenvolvimento agrícola e processo de industrialização (LÜTHI, 2008; ROBERTS, 1999).

Os debates econômicos dividiram a liderança chinesa. Mao Zedong rejeitou tanto o modelo estalinista implementado a partir do II Plano Quinquenal Soviético (1933-1937) quanto outros modelos de desenvolvimento alternativos, como o titoísmo e o bucharinismo. A situação econômica na China era de uma agricultura operando em seus limites naturais enquanto o auxílio soviético alimentava a expansão industrial. Paralelamente, conforme maturavam os empréstimos, colocava-se a necessidade crescente de pagar as dívidas adquiridas nos anos anteriores, sobretudo com a União Soviética, em bens estratégicos e produtos rurais. Havia, portanto, o imperativo de desenvolver a agricultura o suficiente tanto para sustentar o setor industrial quanto produzir quantidades adicionais para sanar as dívidas chinesas (LÜTHI, 2008; ROBERTS, 1999).

É nesse contexto que Mao afirma que a China se vê confrontada com uma tarefa similar à da União Soviética nos anos de sua fundação. Em 31 julho de 1955, Mao critica publicamente a lenta coletivização agrícola em “Sobre a Transição Cooperativa da Agricultura”, afirmando que “o caminho atravessado pela União Soviética é o nosso modelo” (tradução nossa) (MAO, 1977, p. 199). As ideias foram formalizadas em janeiro de 1956 com o Programa Agrícola de Doze Anos, que demandava aumentos significativos na produção agrícola, resultando na chamada Maré Alta Socialista (ou “Pequeno Salto Adiante”), que emulava o tipo de coletivização ocorrido na União Soviética. Os resultados da Maré Alta Socialista foram similares àqueles produzidos pela coletivização soviética, porém menos dramáticos. A produção agrícola diminuiu em tamanho e qualidade, surgindo mesmo alguns focos de fome em províncias chinesas na primavera de 1956 (TEIWES, 1995; LÜTHI, 2008).

Os acontecimentos da Maré Alta Socialista ocorreram paralelamente ao XX Congresso do PCUS, em janeiro de 1956, cujas decisões dispuseram os elementos centrais para a ocorrência da ruptura sino-soviética nos anos posteriores. O XX Congresso estabeleceu uma linha política para a União Soviética que abalaria de maneira definitiva as suas relações com a China. Primeiramente porque a *desestalinização* proposta por Krushev implicava uma afronta ao projeto chinês em curso. Ademais, implicava uma afronta do poder do *chairman* chinês em uma época em que sua autoridade estava sendo questionada. Segundo, o XX Congresso sancionou a tese soviética da *coexistência pacífica* com o capitalismo, linha política que implicava a redução da China a um país submetido ao *status quo* diante dos avanços norte-americanos pela região e de suas próprias necessidades de consolidação interna e externa. Em sentido correlacionado, tratava-se de priorizar a competição econômica entre o socialismo e o capitalismo em detrimento do enfrentamento aberto contra o imperialismo e o avanço norte-americano (LÜTHI, 2008).

A crítica à desestalinização implicava, indiretamente, uma crítica às políticas recentes de Mao Zedong e uma fragilização de sua posição entre os revolucionários chineses. A nova posição soviética suscitou debates dentro da liderança do PCCh, provocando uma espécie de autocritica por parte do *chairman* e dos membros do *politburo* e debates dentro do partido. O resultado do oitavo congresso do Partido Comunista Chinês (1956) foi um sucesso para os opositores de Mao (LÜTHI, 2008; NAKAJIMA, 1995).

Fora da China, o XX Congresso precipitou acontecimentos que levaram tanto ao Outubro Polonês quanto à Revolução Húngara. A China participou de ambos os processos influenciando ou tentando influenciar os acontecimentos²⁸. O PCCh culpou o PCUS pelos problemas dentro do campo socialista, afirmando que os soviéticos haviam cometido três erros: o “chauvinismo de grande potência”; a desestalinização; e a incompreensão da natureza da crise na Polônia e na Hungria. Essa crítica reformulada à liderança soviética também implicou a conclusão de que a desestalinização constituía uma posição *revisionista* e a reafirmação do papel de Stálin dentro do PCCh, fazendo emergir também críticas à coexistência pacífica (LÜTHI, 2008).

Os acontecimentos da Polônia e da Hungria e sua nova aproximação em relação ao campo socialista também refletiram na política interna da China. Mao começou a adotar a liberalização econômica e admitiu o fracasso da Maré Alta Socialista, embora mais para

²⁸ No caso da Polônia, a China solicitou à União Soviética para que não interviesse no país. No caso da Hungria, a posição chinesa foi de apoio à intervenção, considerando os acontecimentos do país como uma “rebelião armada contra-revolucionária”. O impacto da influência chinesa na decisão soviética não é claro para ambos os casos. (LÜTHI, 2008, p.60).

agradar os pensadores econômicos da liderança chinesa em um contexto de fragilidade política. A tentativa de lançar uma nova campanha de retificação através da abertura do debate político (o chamado “desabrochar de cem flores”) foi uma derrota para Mao e acabou resultando em uma campanha interna para expurgar as dissidências do partido no verão de 1957 (a primeira campanha antidireitista). Mais do que isso, os acontecimentos provocaram a reafirmação das concepções associadas ao stalinismo no PCCh, inclusive do ponto de vista da estratégia de desenvolvimento econômico (LÜTHI, 2008).

O Incidente Anti-Partido na União Soviética, no mesmo ano, removeu a oposição à desestalinização dentro do PCUS e confirmou a liderança de Krushchev, provocando uma reação negativa na China. As animosidades dentro do campo socialista se manifestaram novamente no Encontro de Moscou, em novembro de 1957, pouco após uma crise entre a União Soviética e a Iugoslávia. O encontro também confirmou que a posição da China em relação ao stalinismo era minoritária dentro do campo socialista (LÜHI, 2008).

Apesar das relações entre China e União Soviética terem se mostrado pacíficas, emergia uma contradição clara entre a ânsia de Khrushchev pelo relaxamento de suas relações com o capitalismo e uma estreita parceria com a China. Apesar do problema da coexistência pacífica ter se revelado rapidamente, a grande discordância, nesse momento, ainda se dava em relação à desestalinização e sua relação com o projeto revolucionário e a estratégia de desenvolvimento em curso na China.

2.3.2 Os Problemas Domésticos da China e o Aumento das Fissuras nas Relações Sino-Soviéticas (1958-1959)

O Grande Salto Adiante tem origem logo depois do aparente sucesso da campanha antidireitista no PCCh. Foi nesse período que o Comitê Central do PCCh adotou oficialmente o conceito de Revolução Contínua. Subjacente a ela, havia a interpretação de que a Revolução Chinesa era constituída por uma série de revoluções distintas: anti-imperialista, anti-feudal, agrícola, socialista e, logo, tecnológica. A Revolução deveria ser empreendida vigorosamente, ou, conforme as palavras de Mao, “golpear o ferro enquanto ele está quente” (MAO, 2004?, online). A nova estratégia de desenvolvimento chinesa era a expressão política dessa renovada interpretação (LÜTHI, 2008).

O Grande Salto Adiante compartilhava muitas características em comum com os projetos de desenvolvimento do stalinismo dos anos 1920 e 1930²⁹. Tratava-se, assim, pelo menos em parte, de um desafio à autoridade soviética dentro do campo socialista. As fissuras, contudo, apareceram de forma mais evidente na proposta soviética por um submarino desenvolvido em conjunto com a China. A proposta foi interpretada pela RPC como uma tentativa soviética de controlar a costa chinesa - ademais, não se adequava à doutrina militar da RPC, que buscava mais autonomia (LÜTHI, 2008).

A segunda crise do Estreito de Taiwan, em agosto de 1958, aumentou o sentimento de ameaça da China em relação a um possível ataque nuclear estadunidense através de um dos novos sistemas de mísseis instalados na ilha, distanciando-a ainda mais da política soviética da coexistência pacífica. Os novos sistemas eram capazes de atacar várias grandes cidades chinesas, portanto, colocavam a China em uma situação de ameaça permanente (MARTINS; MAGNO, 2013). A China ainda se mantinha dependente do guarda-chuva nuclear soviético, mas, conforme a interpretação das lideranças chinesas, a União Soviética não estaria disposta a se desvincular da coexistência pacífica para defender os interesses da RPC (LÜTHI, 2008).

A decisão chinesa de bombardear e bloquear Jinmen (Quemói), um pequeno arquipélago de Taiwan, como uma resposta aos Estados Unidos, surpreendeu a União Soviética, que não foi notificada anteriormente das intenções chinesas. A China justificou-se afirmando que se tratava de uma questão interna. Apesar dos ataques chineses, o novo sistema permaneceu em Taiwan até 1974 e o PCCh optou por não insistir na posse das ilhas, como forma de manter aberta a mesa de negociações e onerar as defesas de Taiwan (MARTINS; MAGNO, 2013).

O Grande Salto Adiante começou a ser empreendido no mesmo período. A despeito das intenções, o resultado foi catastrófico, provocando o colapso da indústria e da agricultura e aproximadamente vinte milhões de mortes na China. Mao Zedong se responsabilizou pelos erros e afirmou que as condições para a transição ao comunismo na China não haviam sido alcançadas. Nesse contexto, cria-se um ambiente de disputa interna no partido, o que leva a uma nova campanha antidireitista na segunda metade de 1959, fortalecendo ainda mais a posição do *chairman* (LÜTHI, 2008).

O problema não contribuiu de forma positiva para as relações sino-soviéticas, que, haviam sido abaladas novamente pelo levante no Tibete, em março de 1959. O conflito

²⁹ O foco estava na indústria, sobretudo a produção de ferro e seus produtos auxiliares. O projeto também envolvia o aprimoramento da agricultura em direção à mecanização e a intensificação da comunalização (LÜTHI, 2008).

fronteiriço entre a China e a Índia, em agosto, engendrado pelo levante, reitera as interrogações chinesas acerca das prioridades da União Soviética. Quando a União Soviética se coloca em uma posição de neutralidade no conflito, não apenas a RPC fica desapontada com a falta de apoio, como também considera o acontecimento uma vitória para os Estados Unidos. Por outro lado, o conflito sino-indiano é interpretado pela União Soviética como uma tentativa de frustrar a política de paz soviética e controlar a sua política (LÜTHI, 2008).

Apesar de errônea, a interpretação soviética tinha seu fundo de verdade. Apesar de não ter impactado na questão sino-indiana, a recusa soviética em entregar um modelo de bomba-A para a China em junho havia fortalecido a interpretação de que a União Soviética estava procurando uma reaproximação com os Estados Unidos às custas da RPC³⁰. Essa interpretação apenas se amplificou na iminência do encontro sino-americano em setembro. Em 1959, à luz da emergência de tensões bilaterais acerca da coexistência pacífica, Mao Zedong conclui em definitivo que, carente de uma interpretação correta da revolução e do imperialismo, a União Soviética estaria traçando um caminho revisionista e anti-China. Para Mao, a longo prazo, a China se veria isolada, mas apoiada por muitos partidos comunistas, países e povos (LÜTHI, 2008; MAO, 1993).

2.3.3 O Fim das Relações Econômicas e a Trégua Ambígua (1960-1961)

O ano de 1960 foi marcado por uma deterioração progressiva nas relações entre China e União Soviética. O primeiro confronto direto ocorreu durante a reunião do Comitê Consultivo Político do Pacto de Varsóvia, em 4 de fevereiro de 1960. Krushev tenta pressionar pela unidade do campo em torno da posição soviética - o que, como era de se esperar, resulta em protestos por parte da delegação chinesa. A publicação das chamadas Polêmicas de Lênin (“Vida Longa ao Leninismo”) pela China em abril serviu como um contra-ataque e precipitou um desafio à liderança de Krushev no campo socialista em torno de questões como desenvolvimento econômico e desestalinização³¹ (LONG, 1960; LÜTHI, 2008).

³⁰ A recusa se justificava, conforme os soviéticos, porque (i) a montagem de uma bomba chinesa poderia prejudicar negociações internacionais sobre a limitação de armas nucleares, (ii) armas nucleares eram caras demais para a economia chinesa e (iii) as armas soviéticas eram capazes de proteger todo o campo socialista. É interessante notar que a União Soviética teria medo de que a construção de bombas-A na RPC abrisse um precedente para a instalação de armas nucleares na Alemanha Ocidental. Pode-se afirmar, com certa segurança, que se trata novamente de uma expressão da contradição mencionada entre as necessidades securitárias de ambos os países (LÜTHI, 2008, p. 138).

³¹ O documento defendia os experimentos econômicos chineses dos anos anteriores e o anti-imperialismo, afirmando que os verdadeiros marxistas-leninistas deveriam rejeitar a coexistência pacífica (LONG, 1960).

A derrubada do avião norte-americano espião U-2 em Sverdlovsk parecia confirmar as suspeitas da China em relação às intenções norte-americanas, o que levou a uma ofensiva diplomática chinesa em uma reunião da Federação Sindical Mundial (FSM) visando minar as interpretações soviéticas. Em resposta, Krushev pressionou a delegação chinesa a aceitar sua plataforma política no terceiro Congresso do Partido Romeno, associado à Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários, em junho de 1960, mas foi confrontado por uma delegação chinesa intransigente. Decide-se por mais um encontro em dezembro, desta vez em Moscou, para resolver as diferenças entre ambos os países (LÜTHI, 2008).

Como consequência, a União Soviética paralisou definitivamente as iniciativas de cooperação soviética com a China logo depois do Congresso na Romênia³². A atitude mais dramática foi a retirada sem aviso prévio de aproximadamente quatorze mil especialistas soviéticos e de quadros militares instalados na China. O colapso do comércio sino-soviético ocorreu no fim do mesmo ano. O encontro de dezembro, em Moscou, arrefeceu a situação, mas não o suficiente para reaproximar os dois países (LÜTHI, 2008).

O período do início de 1961 a meados de 1962 é marcado por uma relativa distensão nas relações sino-soviéticas. A China estava passando por um período de crise política no âmbito doméstico depois dos resultados do Grande Salto Adiante. Diante das pressões políticas, Mao se retira da liderança do partido³³, o que resulta em uma reversão parcial das políticas anti-soviéticas. A ruptura alban-soviética, o XXII Congresso do PCUS e os conflitos em Xinjiang retomaram as tensões já estabelecidas (LIEBERTHAL, 1995; LÜTHI, 2008).

2.3.4 O Colapso Definitivo das Relações Sino-Soviéticas (1962-1966)

Mao Zedong retornou à liderança do PCCh no verão de 1962. A posição soviética em relação à Guerra Sino-Indiana e a Crise dos Mísseis em Cuba, na linha da coexistência pacífica, deteriorou de forma definitiva as relações entre ambos os países. A China, a partir de então, passou a acusar ativamente a União Soviética de revisionismo e capitulação para o imperialismo norte-americano. Mao também passa a utilizar a retórica anti-soviética para se

³² Há o fim definitivo da colaboração nuclear com a China e o fim da publicação da revista *Druzhiba (Amizade)*. A União Soviética também puniu a Albânia por ter se recusado a apoiar a sua política no Congresso, cortando auxílios econômicos ao país (LÜTHI, 2008).

³³ De fato, o que ocorre no período é uma reversão do Grande Salto Adiante e a admissão de seus erros - o que implicará, como é de se esperar, pressões para que o chairman se responsabilizasse pelo ocorrido e o PCCh modificasse sua linha de ação. A expressão máxima das dificuldades internas pelas quais a China está passando ocorre na Conferência dos 7000 Quadros, entre o fim de 1961 e o início de 1962 (LIEBERTHAL, 1995).

contrapor aos adversários domésticos, o que se expressa no slogan *fanxiu fangxiu* (反修防修) (“se opor ao revisionismo estrangeiro, prevenir o revisionismo doméstico”) (LIEBERTHAL, 1995; LÜTHI, 2008).

O período também coincide com o aprimoramento das conversações entre Estados Unidos e União Soviética sobre a questão da não-proliferação nuclear. A barganha favorável dos Estados Unidos diante da União Soviética visava indiretamente o objetivo de fragilizar as pretensões chinesas a um projeto nuclear autônomo e incentivar uma clivagem ainda maior nas relações entre os antigos parceiros socialistas. Para a União Soviética, os acontecimentos dramáticos da Crise dos Mísseis e as relações já fragilizadas com a RPC arrazoavam a assinatura de um acordo nuclear com os Estados Unidos às custas de uma reaproximação sino-soviética. Deste modo, a assinatura do Tratado de Interdição Parcial de Ensaios Nucleares (TIPEN) em julho de 1963 acabou por representar uma espécie de ponto final na relação entre ambos os países (LÜTHI, 2008).

A partir de então, a ofensiva anti-soviética na China adquire um impulso indelével. O debate doméstico se intensifica na China e os conflitos na fronteira sino-soviética começaram a ocorrer regularmente. A queda de Krushev, em 1964, não resultou em uma reversão nas políticas soviéticas, frustrando as esperanças chinesas. No mesmo ano, a China realiza os seus primeiros testes de armamentos nucleares, o que contribui para fechar a vulnerabilidade do flanco chinês aos Estados Unidos (ASPATURIAN, 1968; LÜTHI, 2008).

Após o sucesso do programa nuclear chinês, Mao percebe a necessidade de preservar o seu legado e evitar a emergência de tendências destrutivas dentro do partido. O resultado é a Revolução Cultural, que implica a continuidade das políticas anti-revisionistas dentro da China e a eliminação da facção pró-soviética do PCCh. O fim definitivo das relações entre China e União Soviética coincide com o início do empreendimento da Revolução Cultural na China, em meados de 1966 (MARTINS, MAGNO, 2008; LÜTHI, 2008; ROBINSON, 1991).

2.3.5 Considerações Finais sobre a Ruptura Sino-Soviética

Depois desta extensa exposição, cabe realizar um trabalho de síntese acerca das causas da ruptura sino-soviética. É possível afirmar que, em um nível mais amplo há a divisão entre o campo socialista e o campo capitalista. O campo socialista possui como eixo de poder a União Soviética, que, dotada de um status de grande potência, engendra um bloco de poder coerente com as suas capacidades econômicas e militares sobre a qual exercerá sua influência - daí o termo área de influência.

Para a manutenção da unidade do bloco e da centralidade da União Soviética no campo socialista colaboram um conjunto de fatores que, *grosso modo*, são o fenômeno burocrático, o “socialismo em um só país”, a necessidade de defesa ante o capitalismo e as qualidades econômicas e militares. Opõem-se a tal unidade e centralidade o desenvolvimento de organizações revolucionárias em determinadas condições e a autonomia do movimento dessas organizações, que eventualmente geram contradições dentro do bloco de poder soviético e do campo socialista.

A China, desenvolvendo-se em condições particulares, acaba por participar dessa dinâmica à medida que as diferenças se transformam em contradições insanáveis, desafiando a unidade do campo e a centralidade da União Soviética. Tais condições distintas podem ser divididas em estruturais, socioeconômicas, de posição de poder e - em parte, a expressão institucional destas - diferenças entre as organizações revolucionárias de ambos os países, suas lideranças e suas interpretações acerca da revolução.

Tais diferenças emergem desde antes do processo de ruptura em si, que teve início em meados dos anos 1950. Porém, é possível apontar algumas causas mais imediatas para que essas diferenças se tornassem irreconciliáveis e assumissem um caráter contraditório. A mais significativa delas é o XX Congresso do PCUS (1956), que estabelece a desestalinização e a coexistência pacífica. Ambas as interpretações acabam por se opor dramaticamente aos interesses da China, que acaba por intitular a posição soviética de *revisionismo*, uma acusação reiterada ao longo dos anos. A desestalinização, primeiro, e sobretudo a coexistência pacífica, colocam a China em uma posição secundária, destinada a uma aceitação do seu *status quo* internacional.

Se utilizarmos os conceitos estabelecidos neste trabalho, podemos afirmar que enquanto a desestalinização corroía a estratégia de desenvolvimento e a possibilidade do desenvolvimento do socialismo na RPC, a coexistência pacífica minava as suas prioridades estratégicas e de segurança, assim como um dos eixos importantes de seu projeto revolucionário - o anti-imperialismo. A bem da verdade, é até mesmo possível inferir que o slogan *fanxiu fangxiu*, “se opor ao revisionismo estrangeiro, prevenir o revisionismo doméstico”, constitui praticamente uma transposição simétrica da ideia de se opor à coexistência pacífica no âmbito externo e evitar a desestalinização no âmbito doméstico.

As frequentes tentativas de engendrar um processo de desenvolvimento acelerado na segunda metade dos anos 1950 colaboram para afirmar as motivações por trás de uma posição favorável aos antigos projetos de desenvolvimento soviéticos, sendo a desestalinização, assim, inadequada às pretensões chinesas. Elementos como os conflitos sino-indianos, a segunda

crise do estreito de Taiwan e a recusa soviética em apoiar o desenvolvimento nuclear chinês podem ser considerados como expressões de posições contraditórias do ponto de vista das necessidades estratégicas e de segurança entre ambos os países, sendo a coexistência pacífica a expressão política seminal dessas contradições.

É claro que essas contradições se expressam nos embates no âmbito das instituições e, sobretudo, nas lideranças, porém isso não significa que o ônus da ruptura esteja fundamentalmente nesses personagens ou organizações. Embora Mao Zedong e Krushev representem os pólos de formações e concepções distintas, seria inadequado atribuir a ruptura a um desejo de um ou de outro. O fato de que a retirada de Krushev não modificou fundamentalmente a política soviética, assim como a morte de Mao não permitiu a reaproximação entre ambos, parece indicar que as diferenças entre China e União Soviética eram muito mais profundas do que uma disputa entre lideranças. Seria conveniente, porém, em trabalhos futuros, refletir acerca dos aspectos organizacionais em si que poderiam ter contribuído para a condução dos processos da maneira como irromperam no período.

Antes de avançarmos para a discussão acerca dos impactos da ruptura sino-soviética no campo socialista e na Indochina, cabe-nos realizar algumas considerações. Primeiramente, apontar que a ruptura sino-soviética, ao cindir o campo socialista e quebrar a sua unidade, implicou uma fragilização da União Soviética, à medida em que não apenas possibilitou a ascensão da China como uma “terceira via” do ponto de vista das possibilidades de associação e aliança - via que será útil para muitos dos países do Terceiro Mundo e/ou em processo de descolonização - como também foi fator permissivo para uma eventual aliança sino-americana de consideráveis impactos para os rumos da Guerra Fria.

Segundo, indicar que algumas daquelas contradições ditadas por distintos projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança acabam passando por mudanças ao longo dos anos 1960 e 1970, assim como as diferentes condições que lhes servem de arrimo. Algumas dessas modificações se apresentam já em meados dos anos 1960, mas custará alguns anos e uma série de mudanças domésticas e externas antes que elas se dramatizem a ponto de modificarem de forma significativa as relações dentro e fora do campo socialista. O próximo capítulo, preocupado em explorar os impactos da ruptura sino-soviética no campo socialista e na Indochina, acabará por abordar algumas dessas modificações, sendo a principal delas a transição da União Soviética como a principal ameaça à segurança para a China.

3 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA E SOBRE A INDOCHINA

Assim, em meados dos anos 1960, as relações entre a União Soviética e a República Popular da China apresentam uma fissura praticamente irreparável. Até a metade dos anos 1970, essa fissura se transformou em um conflito securitário de impactos consideráveis. Este capítulo tem como propósito considerar a **segunda hipótese** deste trabalho, qual seja, a hipótese de que a transição da ruptura sino-soviética para um embate securitário foi o principal mecanismo através do qual houve uma modificação nas políticas chinesas tanto em relação ao campo socialista quanto em relação à Indochina.

Pode-se analisar essas modificações dividindo-as em dois procesos principais. O primeiro diz respeito à transição de (a) uma competição tanto pelo campo socialista quanto pelo Terceiro Mundo e em descolonização para (b) uma rejeição ou resistência campo socialista, em especial aqueles países mais intimamente ligados à União Soviética, paralela ao renovado interesse no Terceiro Mundo e os países recém independentes como uma via de associação internacional alternativa para a China. O segundo, específico da Indochina, diz respeito à transição de (c) uma competição pela lealdade vietnamita para (c) a pressão, controle e balanceamento da China contra o Vietnã na região indochinesa, em especial diante da gradual aproximação deste país e a União Soviética. Ambas as modificações foram determinadas pela transição das relações entre China e União Soviética de uma ruptura devido a um conflito, pode-se dizer, de agendas ou de interesses, para um conflito em que a União Soviética passará a ser, aos olhos da China, a principal ameaça à sua segurança.

Para verificar essa hipótese, exploraremos, em um primeiro momento, a forma como a dinâmica entre União Soviética e China se modificou e como essas modificações impactaram, primeiro, sobre o campo socialista, o Terceiro Mundo e o mundo em descolonização; depois, sobre a Indochina. A última seção analisa os fatores que levaram a essas modificações e sintetiza seus impactos.

3.1 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE O CAMPO SOCIALISTA

Este subcapítulo tem como objetivo analisar os impactos da ruptura sino-soviética sobre o campo socialista e sua evolução até meados dos anos 1970. O subcapítulo também apresentará uma discussão acerca dos impactos da ruptura sino-soviética sobre o Terceiro Mundo, que inclui países em processo de descolonização e emancipação que de alguma forma

se associaram ao campo socialista, mas não possuíam uma ligação mais concreta com o bloco soviético.

3.1.1 Os Impactos Iniciais sobre o Campo Socialista e o Mundo em Descolonização (1955-1959)

É possível afirmar que os impactos da ruptura sino-soviética sobre o campo socialista começaram a emergir antes mesmo da terminação das relações entre ambos os países em meados dos anos 1960. Os primeiros impactos dessa cisão são perceptíveis tanto nos movimentos de descolonização e desenvolvimento do período que se associaram de uma maneira ou de outra ao socialismo quanto em eventos que se desenrolam nos países europeus ligados ao bloco de poder soviético.

A segunda metade dos anos 1950 é marcada pela emergência de um número de processos de independência, descolonização e desenvolvimento, sobretudo na África e alguns países asiáticos. A União Soviética respondeu a esses processos aumentando o seu auxílio aos países nascentes tanto através de auxílios econômicos quanto por meio do envio de recursos e toda sorte. Enquanto a União Soviética estendia sua mão para praticamente todos os continentes, a China se dispunha a ajudar em primeiro lugar os países asiáticos, postas as limitações de seu alcance econômico e, até pelo menos a segunda metade dos anos 1960, certa divisão funcional em relação ao padrão de cooperação do socialismo soviético e chinês (FRIEDMAN, 2015).

Para a China e a União Soviética, o mundo em desenvolvimento e descolonização oferecia mais do que apenas uma chance de atrair os novos Estados para longe da influência dos antigos impérios - era também uma oportunidade para o exercício da influência sobre esses países em processo de formação que pouco a pouco estavam se inserindo ativamente nas relações internacionais. Para Friedman (2015), o problema prático de decidir acerca do padrão de distribuição de apoio político e econômico impele a União Soviética e a China a afirmar duas concepções distintas que orientarão em parte a sua política externa em relação a esses novos atores. A União Soviética se propôs a defender a possibilidade do desenvolvimento por uma “via não capitalista” para poder auxiliar e apoiar politicamente e economicamente aqueles países que não necessariamente se encontravam no campo socialista, mas participavam do amplo processo da descolonização. A China, por sua vez, optou por reafirmar a necessidade da luta anti-imperialista seu padrão de auxílio externo esteve por algum tempo associado a essa interpretação.

Pode-se inferir que a afirmação chinesa do anti-imperialismo está fortemente associada com a sua rejeição das proposições do XX Congresso do PCUS (1956) e a nova política soviética. Trata-se, por certo, de rejeitar uma estratégia de desenvolvimento e um padrão de relações externas que já é interpretado como nocivo aos interesses chineses por pelo menos uma parte das lideranças do PCCh. A questão da política em direção à descolonização responde, portanto, também a um quadro maior nas relações sino-soviéticas e que envolve questões já discutidas no capítulo anterior. Isso não significa, contudo, que a China não vinculava sua política externa a esses novos atores e a uma agenda ligada ao neutralismo. Cabe notar que pelo menos desde a Conferência de Bandung (1955) a China havia partido para uma ofensiva diplomática em relação aos países afro-asiáticos e estabelecido uma fórmula para a manutenção de relações salutaras entre esses novos atores - os “cinco princípios da coexistência pacífica” (VISENTINI, 2011). Porém custará os problemas sino-soviéticos de 1959 para que a China veja a presença soviética no mundo em descolonização como negativa passe a se envolver ativamente além de sua região.

O período não é marcado apenas pelo prelúdio de uma disputa no mundo em descolonização, mas também pela intensificação de fissuras no cenário europeu. O primeiro deles, já mencionado, são as crises na Polônia e na Hungria. O envolvimento e possível influência da China nas questões aumentou a sua confiança em relação à sua posição no campo socialista. Ambos os casos refletem discordâncias da China em relação à política soviética sobre os Estados pertencentes ao seu bloco de poder e que a China estava disposta a se envolver politicamente nessas questões. Essa disposição se revela tanto no discurso de alguns líderes chineses quanto nos diálogos com os soviéticos após a crise com a Iugoslávia em 1957³⁴. Porém, tal como no caso dos países em descolonização, será depois dos acontecimentos de 1959 que uma disputa pelo campo socialista realmente começará a tomar forma (LÜTHI, 2008; NAKAJIMA, 1995).

3.1.2 O Início da Competição pela Liderança do Campo Socialista (1960-1966)

A avaliação da República Popular da China acerca da política soviética é acompanhada pelo fortalecimento do anti-imperialismo e da autonomia como ideias de força. Trata-se de traços resultantes de uma conjugação de fatores, já abordados, e constituirão

³⁴ Os soviéticos, nesse ponto, também se mostraram abertos a comportar as posições chinesas, mas se veem incomodados com as colocações chinesas acusando-os de chauvinismo de grande potência (LÜTHI, 2008).

conceitos relevantes para a política externa chinesa dos anos vindouros - inclusive quando ocorre uma modificação das interpretações chinesas em relação à União Soviética.

A nova interpretação da situação política internacional resultou na observância da China em relação às suas parcerias com os países em processo de descolonização. Em 1960, conhecido como o *ano africano*, a maioria dos países da África se tornaram independentes. No período, delegações de muitos dos países em processos de descolonização visitaram a China, além de estudantes e ativistas. Um dos exemplos é a visita de Viriato da Cruz, do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e de Amílcar Cabral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em agosto (FRIEDMAN, 2015).

O já mencionado artigo “Vida Longa ao Leninismo” marca a posição chinesa de maneira clara em abril de 1960. A ofensiva diplomática na Federação Sindical Mundial (FSM) e os litígios do Congresso do Partido Comunista Romeno (ou Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários) se inserem nesse contexto. O ano de 1960 terminou com uma trégua temporária e superficial depois da conferência de dezembro, em Moscou. O encontro foi tenso e a maior parte dos países presentes na conferência se opôs ao PCCh, embora a RPC tenha considerado o encontro uma vitória sobre os soviéticos. A avaliação chinesa é acentuada pelo fato de que parte dos países em processo de descolonização havia se inclinado em direção à agenda chinesa como resultado de suas políticas (LÜTHI, 2008; FRIEDMAN, 2015).

No cenário europeu, as discordâncias entre a Albânia e a União Soviética resultaram em uma parceria assimétrica entre aquela e a China. A questão do afastamento da Albânia recebeu mais atenção no XXII Congresso do PCUS³⁵, em outubro de 1961. Devido a essas discordâncias, em que subjaz a parceria sino-albanesa, a Albânia é excluída das reuniões da COMECON e do Pacto de Varsóvia - o que revolta o PCCh (FRIEDMAN, 2015; LÜTHI, 2008).

³⁵ Friedman (2015) argumenta que até o XXII Congresso do PCUS (1961) o objetivo da China em relação ao campo socialista não era competir com a União Soviética por influência, mas influenciar e mobilizar a opinião anti-imperialista afro-asiática para exercer pressão sobre os soviéticos para mudar sua própria política. Isso seria corroborado pelo fato de que a China esperava o apoio soviético nos casos de agressões por parte de países como a Índia e os Estados Unidos e se viu frustrada quando não o obteve, sendo o conflito sino-indiano de 1962 o atestado definitivo de uma política que não mais favorecia a China. É possível argumentar contra o ponto do autor ao apontar que os chineses haviam tentado interferir na zona de influência soviética antes mesmo da conclusão da ruptura. Ademais, as desconfianças em relação às intenções dos soviéticos e a autonomia como uma ideia central no pensamento estratégico chinês servem como argumentos para o fato de que a China não contava com uma mudança na posição soviética para a realização de suas políticas. Cabe uma pesquisa mais aprofundada para aprimorar a discussão.

Os acontecimentos de 1962, em especial a Guerra Sino-Indiana e a Crise dos Mísseis, provocaram uma reavaliação das políticas chinesas e encaminharam a ruptura definitiva entre União Soviética e República Popular da China. Os ataques do PCCh à União Soviética não foram bem recebidos dentro do campo socialista, como revelado em congressos de cinco PC diferentes ocorridos entre novembro de 1962 e janeiro de 1963 - Bulgária, Hungria, Itália, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental (FRIEDMAN, 2015).

No mundo em descolonização, ocorre um acirramento da competição por influência através de apoio político e recursos. Os anos que se estendem de 1963 a 1965 constituem, para Friedman (2015), o ápice da competição entre União Soviética e China pela lealdade desses países. A China tenta cortar os soviéticos da estrutura política do bloco afro-asiático, ao passo em que a União Soviética procura ilustrar a China como não confiável e irresponsável. Havia uma impressão entre os países em descolonização - incluindo o Vietnã, do qual falaremos depois - que a União Soviética estava de fato procurando um *modus vivendi* com o Ocidente em detrimento de seus interesses, o que, na época, fornecia à RPC certa vantagem em sua associação com esses países.

A União Soviética, como era de se esperar, reage a essa situação desfavorável. No período, ocorre um aumento dramático dos esforços diplomáticos, econômicos e de políticos soviéticos contra a China³⁶, além de uma modificação da linha soviética em prol da defesa de um conceito de “democracia revolucionária” em detrimento do conceito de “democracia nacional”, mais abrangente. A China, por sua vez, passa a contribuir ativamente com os países em processo de descolonização através de apoio político e na forma de recursos utilizando-se de um discurso amplamente favorável à autonomização econômica e política daqueles países ainda em processo de formação. As atitudes chinesas romperam parte de seu isolamento internacional depois das disputas com a União Soviética, particularmente quando consideramos a sua influência sobre os países africanos (FRIEDMAN, 2015).

A queda de Krushev e a ascensão de Brezhnev-Kosygin não modifica significativamente a linha soviética em relação à China³⁷, mas apresentam um interesse renovado nas credenciais anti-imperialistas para isolar o país socialista em detrimento de suas relações com o Ocidente. A China procura afirmar o seu protagonismo na Conferência de

³⁶ A propaganda soviética tinha como foco expor a hipocrisia chinesa em relação aos movimentos revolucionários dos países em desenvolvimento. Além de uma carta aberta do PCUS para o PCCh, distribuída mundialmente, a União Soviética também comissionou artigos e publicações dedicadas a explorar a questão sino-soviética. As embaixadas soviéticas também colaboraram na distribuição de propaganda anti-chinesa (FRIEDMAN, 2015, p. 105-106).

³⁷ Lüthi (2008) argumenta que houve tentativas de reaproximação por parte dos soviéticos, mas as diferenças persistiram. Não apenas as políticas de ambos não estavam dispostas a se modificar, como a nova liderança se colocou de forma oposta a Mao.

Bandung de 1964, que ocorre sem a participação dos soviéticos. A União Soviética, por sua vez, tenta reconstruir sua aliança com parceiros chineses³⁸, promover a centralidade soviética em encontros regionais³⁹ e realizar um encontro internacional do movimento comunista sem a China com o propósito de isolar o país. Muitos países hesitam em aderir a iniciativa, que percebiam, corretamente, como uma tentativa de isolar a RPC (ASPATURIAN, 1968; FRIEDMAN, 2015; ROBINSON, 1991).

Essas iniciativas são acompanhadas por um renovado interesse soviético em se envolver nos países em processo de descolonização. A modificação principal na renovada política soviética, contudo, está associada com os acontecimentos no Vietnã, discutidos na próxima seção. Basta afirmar, por ora, que com o incidente em Tonkin, em 1964, e a invasão estadunidense, o país se torna o centro da luta anti-imperialista e socialista no mundo e uma zona em que a União Soviética, a China e os Estados Unidos vão procurar exercer a sua influência (ASPATURIAN, 1968; FRIEDMAN, 2015).

Ao mesmo tempo, o ano de 1965 foi particularmente difícil para a relação da China com os seus parceiros. Muitos dos aliados chineses, como Sukarno (Indonésia) e Ben Bella (Argélia), saem do poder. Países afro-asiáticos pressionados pela diplomacia e pelo auxílio advogaram pela presença soviética na Conferência de Bandung de 1965. A China decidiu não comparecer ao encontro, que, no fim, acaba não ocorrendo. No fim de 1965, a China se vê isolada, mas diante de uma condição interessante: a deposição parcial por parte da União Soviética da coexistência pacífica e a intensificação da agenda anti-imperialista e autonomista no mundo em descolonização. Os problemas na política externa chinesa ofereciam uma desculpa para a retirada da política externa chinesa durante a Revolução Cultural (FRIEDMAN, 2015; ROBINSON, 1991).

3.1.3 A Revolução Cultural e a Dramatização Sino-Soviética (1966-1969)

A Revolução Cultural também produziu efeitos na política externa chinesa. O primeiro deles foi a ordem de retorno de funcionários de embaixadas chinesas sob a ordem de Mao Zedong e os problemas que imediatamente seguiram no Ministério de Relações Exteriores da China. É possível afirmar que, devido à desorganização do MRE, o isolamento parcial da China das questões de política externa, ou melhor, a carência de uma política externa

³⁸ Segundo Friedman (2015), a URSS entrou em contato com a República Democrática da Coreia do Norte, a República Democrática do Vietnã, o Japão e a Indonésia para resolver as suas diferenças.

³⁹ Friedman (2015) cita o Encontro dos Partidos Comunistas Latino-Americanos e a Conferência Árabe Comunista.

organizada, se traduziu em ativas iniciativas de distribuição de propaganda. Muitos países cortaram as suas relações com a China e passaram a não apoiar as políticas chinesas durante o período (FRIEDMAN, 2015; JISEN, 2004; ROBINSON, 1991).

Os soviéticos se viram em uma posição favorável em relação àqueles aliados disputados com a China ao longo da década. Porém a renovada política soviética havia criado expectativas em relação ao seu papel no mundo em descolonização e anti-imperialista. O problema, era claro, como conciliar isso com o desejo de evitar a confrontação com o Ocidente. Segundo Friedman (2015), o resultado será o aumento do controle sobre seus aliados, uma estrutura partidária mais rígida e ortodoxa e certa flexibilização em seu modelo econômico.

Na América Latina, Cuba era o maior ponto de discordância com a política soviética, o que resultou em litígios no âmbito dos diálogos inter-socialistas bilaterais e multilaterais⁴⁰. No Oriente Médio, os problemas serão maiores. Conforme aponta Friedman (2015), o apoio e, alegadamente, incentivo soviéticos à Nasser teria sido uma das causas permissivas para o ataque da Guerra dos Seis Dias (5 a 10 de junho de 1967). Depois do ocorrido, Brezhnev publicamente acusou de forma implícita os aliados árabes, apesar de assumir a posição de que a guerra foi produto da agressão de Israel (BREZHNEV, 1967). O resultado foi uma tensão evidente entre os aliados soviéticos no Oriente Médio, em que a coexistência pacífica reemerge como ponto de discórdia.

Mais importante que a situação em si foram as suas consequências. O ocorrido leva a União Soviética a tentar impor um nível maior de controle sobre seus aliados, o que se estende também para um controle mais ativo das estruturas e ideologias de países em processos revolucionários ou em desenvolvimento que de forma ou de outra se associavam à União Soviética. Os problemas da China são tomados como a confirmação dessa interpretação e dos problemas do nacionalismo para a União Soviética, posto que rompe a sua centralidade dentro e fora do campo socialista (FRIEDMAN, 2015).

Os anos de 1968 e 1969 foram decisivos para uma modificação na política externa chinesa em relação à União Soviética. Dois eventos interligados provocaram uma modificação significativa da interpretação chinesa em relação ao vizinho socialista. O primeiro deles foi a Primavera de Praga e a consequente invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética, no outono de 1968. O segundo foram os temores de uma guerra sino-

⁴⁰ A exemplo da Conferência Tricontinental em Havana, em que a posição soviética pela coexistência pacífica é vista com maus olhos por muitas das delegações (FRIEDMAN, 2015).

soviética em 1969, com escaramuças fronteiriças em março e agosto e a ameaça de uma guerra nuclear entre ambos os países⁴¹ (JIAN, 2006).

Devido a esses acontecimentos, a União Soviética passa a ser, aos olhos da China, a principal ameaça à sua segurança. Os eventos na Tchecoslováquia ocorrem quando China estava emergindo de seu período de isolamento e recuando na promoção dos valores da Revolução Cultural através de seus instrumentos de propaganda. A questão da Tchecoslováquia provocou uma profunda preocupação das lideranças chinesas acerca das intenções securitárias e expansionistas da União Soviética e, especialmente, se o caso se trataria de um prelúdio a uma pressão do vizinho socialista sobre a China. Ademais, havia o temor de que a Romênia e a Albânia, que ainda mantinham laços com a China, poderiam ser atacados pelo gigante socialista, o que se associa com a implementação da Doutrina Brezhnev na política externa soviética⁴². É na invasão da Tchecoslováquia que emerge na China a acusação de “social-imperialismo” para se referir à União Soviética, que será utilizado repetidamente para apontar o vizinho socialista não apenas como uma potência revisionista, mas também imperialista e anti-chinesa (FRIEDMAN, 2015; JIAN, 2006; KHOO, 2011).

A invasão da Tchecoslováquia não repercutiu apenas na China. A Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários que deveria ter acontecido em novembro de 1968 teve que ser adiada, porquanto muitos partidos comunistas se recusaram a participar devido à invasão. O encontro ocorreu em junho de 1969 com a ausência de quatorze partidos, incluindo Vietnã e Coreia do Norte - além, é claro, da China. Durante a conferência, pelo menos sete partidos criticaram abertamente a invasão da Tchecoslováquia. Alguns partidos ocidentais aprovaram apenas parte da resolução final, dado que uma defesa integral das ações da URSS poderia comprometer sua popularidade diante da Nova Esquerda. O ocorrido pode ser considerado um demonstrativo da fragilização da unidade do campo socialista em torno da União Soviética. Essa seria, efetivamente, a última conferência internacional de partidos socialistas da história promovida pela União Soviética (FRIEDMAN, 2015).

⁴¹ Além desses dois grandes acontecimentos, é possível citar ainda as sublevações estudantis no Ocidente, que, em certa medida, colocam tanto a China quanto a União Soviética não somente em dívida com a causa revolucionária, mas também em um campo de batalha por parte do apoio de alguns elementos ocidentais (FRIEDMAN, 2015).

⁴² A Doutrina Brezhnev também é conhecida como Doutrina da Soberania Limitada. A Doutrina foi expressa em 12 de novembro de 1968, no quinto congresso do Partido Unido dos Trabalhadores da Polônia. Brejnev diz que “quando forças externas e internas hostis ao socialismo tentam reverter o desenvolvimento de um dado país socialista em direção à restauração do sistema capitalista, quando uma ameaça se ergue à causa do socialismo nesse país... não é mais meramente um problema para as pessoas daquele país, mas um problema comum, uma preocupação de todos os países socialistas.” (OUIOMET, 2003, p. 67)

O temor de uma guerra sino-soviética em 1969 teve início com conflitos na ilha Zhenbao (Damanskii) entre os dias 2 e 15 de março, causando mortes de ambos os lados. As tensões aumentaram ao longo dos meses, provocando um novo conflito na fronteira em Xinjiang no dia 13 de agosto, resultando na eliminação de uma brigada chinesa. No dia 28 de agosto, o comitê central do PCCh impôs status de mobilização geral nas províncias na fronteira com a União Soviética e com a Mongólia Exterior pela primeira vez na história. As conversações e iniciativas dos líderes chineses após o ocorrido revelam uma abertura para uma nova interpretação da realidade internacional diante desses conflitos - em especial, a possibilidade de aproximação com os Estados Unidos, que ocorrerá durante os anos seguintes (JIAN, 2006).

3.1.4 A Luta pelo Terceiro Mundo (1970-1975)

No início dos anos 1970, o campo socialista parecia estar mais focado nas preocupações de cada localidade do que no campo socialista como um todo. A União Soviética havia renovado suas credenciais anti-imperialistas e ainda mantinha uma relação estável com os Estados Unidos, mas em um campo fragilizado. Do ponto de vista de recursos militares, a União Soviética havia aumentado substancialmente a entrega de armas a aliados e associados e estava se colocando disposta a auxiliar na luta anti-imperialista. Do ponto de vista das relações econômicas, a União Soviética havia retornado a uma política mais restritiva, se limitando aos países de “orientação socialista”, auxiliando sobretudo na construção política e nas instituições.

O XXIV Congresso do PCUS (1971) parecia confirmar uma União Soviética que havia vencido a luta política internacional contra a China e agora se colocava diante de desafios na esfera doméstica. Quando questões sobre o mundo em desenvolvimento foram levantadas, o foco foi na transformação socioeconômica, não na luta anti-imperialista. Mesmo assim, o congresso delimitou como fatores chave para a manutenção da solidariedade internacional a cooperação estreita com o sistema socialista e com as forças anti-imperialistas (CPSU, 1971). A nova interpretação acerca do que eram os “países de orientação socialista” era de que as novas transformações socioeconômicas adquiridas pela independência radicalizavam a luta de classes, necessitando de forças políticas poderosas nas quais os comunistas gradualmente conseguiriam mais protagonismo. O foco dos esforços soviéticos agora seria em países mais estratégicos, institucionalmente e ideologicamente ligados a Moscou (FRIEDMAN, 2015).

O XXIV Congresso ocorria em um contexto em que a União Soviética, depois da ofensiva anti-imperialista dos anos anteriores, se via novamente engajada em uma política de *détente* com os Estados Unidos. Para aliviar os temores de seus associados em relação aos seus compromissos, a União Soviética realizou uma série de tratados de amizade com aliados centrais do Terceiro Mundo durante o período. Apesar disso, no geral, a *détente* não danificou significativamente a imagem da União Soviética para os países do Terceiro Mundo. Em certa medida, porque a China havia iniciado um movimento de aproximação com os Estados Unidos e recuado em sua posição de ativa oposição anti-imperialista, o que deixava a União Soviética em uma posição relativamente melhor para realizar esse movimento. Outrossim, devido à acentuada consciência soviética sobre perigos políticos da promoção da “paz” e da necessidade de garantir segurança aos seus aliados (FRIEDMAN, 2015).

Durante esse período de transformação e emergência do Terceiro Mundo, a China também tentou competir pela liderança entre esses países - limitada, agora, pela reaproximação com os Estados Unidos e ameaçada pelos avanços da União Soviética desde o fim dos anos 1960. O Terceiro Mundo, nesse período, serviria de fato como uma alternativa tanto aos Estados Unidos quanto à União Soviética, uma área com possibilidades políticas e econômicas para uma China diante de novos desafios e dotada de uma interpretação renovada da realidade internacional.

A entrada da República Popular da China nas Nações Unidas (em outubro de 1971) ofereceu ao país uma plataforma adicional para agir politicamente. O discurso de Qiao Guanhua do dia 15 de novembro estabelece as linhas da política externa da China em relação aos anos vindouros, focando na independência, na soberania e na igualdade dos países buscando seus próprios projetos. A atividade da China na ONU será fundamentalmente de oposição às superpotências e de unidade do Terceiro Mundo. As disputas no Terceiro Mundo não se limitaram apenas às Nações Unidas, se traduzindo também no aumento do auxílio econômico⁴³ (WEI, 2019; XIAOPING, 2003; FRIEDMAN, 2015).

Como era de se esperar, a ofensiva chinesa foi respondida por Moscou. A União Soviética passa a tentar agir com maior vigor no Terceiro Mundo, incluindo uma presença mais ativa em encontros de organizações vinculadas ao mundo em desenvolvimento, como a UNCTAD e o Movimento dos Não Alinhados. É nesse período de disputa que a China propõe

⁴³ É interessante notar que essa mudança na posição chinesa gerou complicações com grupos comunistas instalados em países do Terceiro Mundo, como no Sri Lanka e na América Latina, posto o fato de que a China removeu parte do suporte desses grupos, apesar de ter mantido publicamente uma posição favorável à luta revolucionária (FRIEDMAN, 2015). Há um paralelismo potencialmente produtivo se pensarmos que a União Soviética havia tomado atitude similar em situações em que as necessidades estratégicas e de segurança colidiram com os interesses particulares dos partidos comunistas locais.

uma interpretação baseada nos “Três Mundos” (*sange sijie huafen*): as duas superpotências, o mundo em desenvolvimento e os outros países desenvolvidos envolvidos entre ambos. Essas interpretações servem como um ataque à União Soviética por sua posição econômica e a relutância em se envolver ativamente na agenda de debate econômico. Elas também foram acompanhadas pela declaração explícita de que o campo socialista havia deixado de existir, dando lugar aos “Três Mundos”, sendo a RPC uma integrante do Terceiro Mundo (WEI, 2019; XIAOPING, 2003; FRIEDMAN, 2015).

Uma série de atitudes chinesas interpretadas como contrária ao que propagava seu discurso, porém, fragiliza a sua posição em meados dos anos 1970. O apoio chinês à oposição ao MPLA na Angola representa um ponto crítico na relação entre a China e aqueles países e movimentos que outrora ela pretendia representar. Os acontecimentos na Angola coincidem com a ascensão de Deng Xiaoping como a liderança do PPCh e uma virada na agenda interna com as Quatro Modernizações (agricultura, indústria, defesa e ciência & tecnologia) e um recuo de uma posição abertamente revolucionária e uma luta ativa pelo Terceiro Mundo na política externa. Enquanto a China recua, a União Soviética avança a liderança da agenda do Terceiro Mundo e suas revoluções - agenda que era eminentemente anti-imperialista, não, propriamente, socialista (FRIEDMAN, 2015).

3.2 OS IMPACTOS DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA SOBRE A INDOCHINA

Esta seção tem como objetivo analisar os impactos da ruptura sino-soviética sobre a Indochina e sua evolução ao longo dos anos. A Indochina, embora constitua o núcleo de processos revolucionários relevantes e integrados ao campo socialista, em especial no caso do Vietnã, também representa o caso de um movimento de descolonização, o que permite inseri-la em um contexto distinto da Europa socialista. Portanto, a região participa de um contexto mais amplo de disputa entre China e União Soviética não somente pelo campo socialista mas também pelo Terceiro Mundo ou em descolonização. Aqui, nos dedicaremos a explorar a forma particular como as modificações entre as relações entre China e União Soviética afetaram a região.

3.2.1 As Relações Entre China, União Soviética e a Indochina até a 1955

Quando falamos das relações entre os países da Indochina, é preciso reconhecer a centralidade do Vietnã para a dinâmica regional. As décadas formativas da região indochinesa

contemporânea são marcadas, paralelamente, por reafirmações da autonomia de cada unidade política através de acordos diversos e pela centralidade do Vietnã para os acontecimentos políticos desta localidade (VĂN LỢI, 2006). Um dos exemplos da centralidade do Vietnã é o fato de que o movimento revolucionário na Indochina surge unificado no Partido Comunista Indochinês (PCI), sob a liderança eminentemente vietnamita, destacando-se a figura de Ho Chi Minh como a principal liderança do partido. Mesmo depois da dissolução do PCI em unidades menores, o Vietnã ainda exercerá um papel predominante nos movimentos revolucionários de seus vizinhos até pelo menos a década de 1980 e há indícios de que atores relevantes, como a China e o Vietnã, consideravam a Indochina como um cenário conjunto para o conflito vietnamita, o que é reforçado pelo fato de que o conflito transbordará para toda a região (KHOO, 2011; VISENTINI, 2007). Afirmar a centralidade do Vietnã, pois, além de destacar um dado factual sobre a história da Indochina, significa também indicar que uma análise sobre a dinâmica da região indochinesa será, naturalmente, focada no Vietnã.

Quando observamos as relações sino-vietnamitas, o dado histórico mais evidente é, primeiro, a longevidade de suas relações; segundo, o fato dessas relações terem sido caracterizadas pela assimetria, ora pacífica, ora belicosa, vinculada à luta vietnamita em prol da autonomia diante do “império do meio”. Essa dinâmica em que a China constitui um centro de poder que busca exercer a sua influência no Vietnã se repetirá uma vez mais no caso em questão. A União Soviética, em contrapartida, aparecerá como um ator importante somente após o triunfo da Revolução Chinesa e aumentará a sua participação na região ao longo das décadas (WOMACK, 2006).

A Revolução de Agosto (1945) participa de um amplo movimento de descolonização e luta revolucionária, mas ocorreu isolada e praticamente sem aliados internacionais. É da busca ativa por associados fortes que o Vietnã adquire proximidade tanto com a China quanto com a União Soviética. Porém a natureza das relações entre ambos se diferenciava de acordo com as prioridades de cada país, sendo estabelecida certa divisão funcional no Leste Asiático. Nos anos iniciais, a União Soviética parecia mais preocupada com outras regiões, além do fato de que a disputa anti-colonial colocava o país em uma posição sensível em relação ao arranjo com seus aliados Europeus; a China, nesse contexto, é delegada a assumir como eixo das revoluções e da estratégia soviética naquela região do globo⁴⁴ - posição que se modifica ao longo da ruptura sino-soviética (OLSEN, 2006; HOLLOWAY, 1996).

⁴⁴ Em 1949, conforme registros, Stálin comunica Mao que a China deveria assumir a responsabilidade por ajudar os movimentos revolucionários no mundo colonial, semi-colonial e países subordinados na Ásia, posto que a China estaria em condições muito melhores para realizar tal papel na região. Assim, a União Soviética limita

A China foi o primeiro país a reconhecer a República Democrática do Vietnã, em 1949, seguindo-se o reconhecimento da União Soviética logo depois. Durante a Primeira Guerra da Indochina (ou Guerra Franco-Vietnamita) o Vietnã recebeu auxílio da China tanto em termos de recursos humanos quanto em recursos militares. De fato, a maior parte das armas utilizadas pelas forças vietnamitas eram de origem chinesa e há indicativos de uma dependência direta do auxílio chinês para a manutenção da luta revolucionária na região (OLSEN, 2006; HOLLOWAY, 1996; VÃN LỢI, 2006).

O Camboja ainda se mantinha sob o domínio francês e se tornará independente apenas em 1953. O Príncipe Sihanouk, que até então mantinha um governo associado à França, encabeçaria o processo de independência pouco antes da derrota definitiva dos franceses na região (TULLY, 2005). O Laos, por sua vez, havia começado um processo de autonomização com os nacionalistas do Lao Issara e o Viet Minh, em meados dos anos 1940, sendo instalado o Reino do Laos em associação com os franceses em 1947. Tal como no Camboja, a independência do Laos foi adquirida em 1953, na iminência da retirada francesa (EVANS, 2002).

O ano de 1953 é marcado pelo fim da Guerra da Coreia, que é seguido pela organização das conversações da Conferência de Genebra em prol do arrefecimento das tensões internacionais, sobretudo as da Indochina. Havia o interesse da União Soviética em integrar a China ao grupo das quatro grandes potências - os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a União Soviética - através dessa conferência devido ao papel que a China estava cumprindo na Ásia. As conversações tiveram início em maio de 1954 e foram entremeadas pela Batalha de Dien Bien Phu, que representou a derrota definitiva dos franceses na região. Diante dos avanços dos socialistas vietnamitas, a China tentou moderar a posição dos revolucionários e empurrar o país em direção a um acordo de divisão do país no paralelo 17, dividindo o Vietnã ao meio. A principal justificativa era a possibilidade de intervenção dos Estados Unidos e a criação de uma situação similar à da Coreia⁴⁵ (OLSEN, 2006; RAY, 1983; VISENTINI, 2007).

Os Acordos de Genebra foram assinados em 20 de julho de 1954. As principais decisões são a definição de um cessar-fogo; a divisão temporária do Vietnã no paralelo 17; as

suas oportunidades e responsabilidades em relação à Ásia. A China foi o primeiro país a reconhecer a República Democrática do Vietnã, em 1949, seguindo-se o reconhecimento da União Soviética logo depois (OLSEN, 2006; HOLLOWAY, 1996).

⁴⁵ Ray (1983) argumenta que o interesse chinês era ver uma Indochina enfraquecida e vulnerável ao exercício de sua hegemonia na região. A despeito dos debates possíveis acerca do ponto em questão, mantém-se o fato de que o Vietnã foi efetivamente persuadido a aceitar uma solução que, de fato, não resolvia seus problemas. Também concorria o fato de que a saída de Mendès-France do poder na França poderia piorar as condições para um eventual acordo (OLSEN, 2006).

eleições gerais em 1956; e o reconhecimento da independência e neutralidade do Laos e do Camboja. A China aumentou consideravelmente o seu prestígio internacional e sua segurança sob os auspícios de uma União Soviética que ainda hesitava em se envolver ativamente na região. No Vietnã, a sensação era de oportunidade perdida para unificar o país. Apesar dos acordos de Genebra terem ajudado a consolidar o controle sobre o norte do país, os acordos também colocaram o país em uma posição que, em lugar de resolver definitivamente os conflitos na Indochina, levaria a uma guerra prolongada e à intervenção estadunidense em meados dos anos 1960 (OLSEN, 2006; VISENTINI, 2007; RAY, 1983).

3.2.2 O Fracasso dos Acordos de Genebra e a Radicalização da Luta Armada (1955-1965)

Os acordos de Genebra deixaram os vietnamitas insatisfeitos tanto com a posição soviética quanto com a posição chinesa. A unificação era a prioridade para o Vietnã e, sob a percepção justificada de que as eleições de 1956 não ocorreriam, o país logo começou a se envolver ativamente em seu principal objetivo estratégico (OLSEN, 2006).

O XX Congresso do PCUS (1956) impactou na Indochina à sua própria maneira. Hanói decide apoiar publicamente as decisões do XX Congresso, mas o partido ainda se mantinha dividido em relação ao que fazer sobre as revelações do PCUS, o que se revelou nas discussões da Nona Plenária do Comitê Central do Lao Dong⁴⁶ e na visita do premier soviético Mikoyan. Por outro lado, a campanha de retificação dentro do partido após os problemas da reforma agrária de 1956, baseada em políticas chinesas, excluíram do partido alguns dos quadros que advogavam uma política mais próxima da China⁴⁷. A campanha, ademais, fortaleceu a posição favorável ao avanço da luta armada na região (OLSEN, 2006).

A coexistência pacífica deixava a União Soviética em uma posição que não combinava com os interesses dos do Lao Dong. Havia indícios de que a União Soviética via o Vietnã como dois Estados independentes, como mostra o exemplo da proposta de aceitação da RDV e da Coreia do Norte nas Nações Unidas em 1957 - contra a qual a RDV se posicionou, posto o fato de que subentendia uma aceitação do *status quo* de um Vietnã dividido. Ademais, a política soviética estava apreensiva em relação a uma nova Conferência de Genebra, posto o

⁴⁶ O Partido dos Trabalhadores do Vietnã, sucessor do Partido Comunista da Indochina - dividido em três em 1951, um para cada partido chinês em formação.

⁴⁷ O apoio chinês à intervenção soviética na Hungria no período também deixou os vietnamitas desconfiados em relação às intenções chinesas para a Indochina (RAY, 1983).

fato de que o resultado poderia ser menos favorável do que o da Convenção de 1954⁴⁸ (OLSEN, 2006).

A China, também, não parecia querer buscar uma solução baseada na rejeição dos acordos de Genebra e em uma solução baseada na luta armada. A RPC, assim, incentiva o Vietnã a adotar uma estratégia de direcionamento propagandista contra os Estados Unidos e o estabelecimento de um *modus vivendi* com o Sul. Em certa altura, em 1958, a China afirma para os vietnamitas que a estratégia correta consistiria em promover a revolução socialista e reconstrução no Norte e não expor as forças por um longo período no Sul, para que elas se fortaleçam, aguardando a oportunidade esperada (OLSEN, 2006).

Portanto, durante a segunda metade dos anos 1950, nem a China, nem a União Soviética estavam interessadas na mudança estratégica na qual a RDV se envolveria. A decisão da Décima Quinta Plenária do Comitê Central do Lao Dong, entre dezembro de 1957 e janeiro de 1959, afirma a continuidade da luta no Vietnã do Sul; o Terceiro Congresso do Lao Dong, em setembro de 1960, reafirma tal decisão; e em dezembro de 1960 cria-se uma organização para levar adiante os novos planos - a Frente Nacional para a Liberação do Vietnã do Sul (FNLV, ou *Vietcong*) (OLSEN, 2006).

Paralelamente, as relações sino-soviéticas se deterioram dramaticamente. Após a retirada dos especialistas soviéticos da China, a preocupação das lideranças do Lao Dong se torna mais manifesta, assim como as tentativas de aproximar ambos os países em prol da resolução de suas diferenças (LÜTHI, 2008). Durante o Congresso do Partido Romeno, Ho Chi Minh escreveu à Kruschev expressando suas preocupações em relação à situação do campo socialista. As preocupações se expressaram novamente em visitas a ambos os países durante o ano, assim como na conferência de dezembro, em Moscou.

3.2.3 O Problema do Laos e o Início da Disputa Pela Indochina (1961-1965)

Segundo Olsen (2006), a deterioração das relações sino-soviéticas provocou as atenções soviéticas em relação à nova estratégia vietnamita. Para a autora, a interpretação soviética era de que o Vietnã estava ao lado da China em questões relacionadas tanto à construção do socialismo na RDV quanto ao XX Congresso do PCUS. Diante de uma RDV

⁴⁸ As instruções soviéticas ao embaixador soviético em 1958, ao mesmo tempo em que revelam o desejo de não contradizer a coexistência pacífica e o entendimento de que a situação da divisão se manteria por um tempo, também revelam o desejo de compreender a influência dos EUA na área. Conforme Olsen (2006), os soviéticos não estavam preocupados com as estratégias vietnamitas, seja porque não acreditavam que as mudanças na estratégia impactaram na estabilidade, seja porque acreditavam que a China ainda mantinha certo controle sobre a situação.

disposta a se envolver na luta armada, é razoável supor que a União Soviética tinha motivos para aprimorar suas políticas nesse sentido em prol do apoio dos revolucionários vietnamitas em detrimento da China, o que teria se traduzido tanto na forma de um acordo tácito a favor da intensificação das guerrilhas ao Sul. A China, diferente da União Soviética, havia passado a apoiar abertamente a luta armada no Vietnã a partir de 1961, propondo até mesmo um tratado de aliança militar sino-vietnamita no fim do ano. A aliança foi rejeitada pelo Vietnã, que reagiu com reserva à oferta chinesa e se recusou a assinar o tratado. Assim, pareciam abertos os caminhos para uma eventual disputa entre União Soviética e China pela influência sobre o Vietnã - que, por sua vez, parecia estar tentando trilhar um caminho autônomo de acordo com as próprias necessidades nacionais, se equilibrando entre os dois gigantes socialistas em prol da própria sobrevivência e sem perder sua autonomia através de uma dependência excessiva de um ou outro aliado (RAY, 1983; OLSEN, 2006).

Na mesma época, o Laos adquiriu importância aos olhos dos três países socialistas. As políticas tanto da China quanto da União Soviética em relação ao Laos se mantiveram as mesmas desde Genebra, mas a eclosão da guerra civil 1960⁴⁹ se tornou um teste para a cooperação entre os países socialistas na região. A Conferência de Genebra sobre o Laos, em maio de 1961, revelou discordâncias entre China e União Soviética: o primeiro empreendia uma ofensiva para adquirir a liderança do campo na Ásia; o segundo ainda mantinha a política da coexistência pacífica se mostrava profundamente insatisfeito com a posição chinesa. A presença da Trilha Ho Chi Minh atravessando o Laos e o apoio dos vietnamitas ao Pathet Lao deixavam a situação ainda mais complicada. Depois de longos debates, o resultado foi um acordo pela neutralidade permanente do Laos, em 1962 (OLSEN, 2006).

Em 1963 a influência da China no Vietnã teria atingido seu ápice, o que preocupou os soviéticos. A política do Vietnã em relação ao Sul também se colocava contra uma estratégia defensiva em prol de uma estratégia de conflito aberto com o regime apoiado pelos Estados Unidos. Há, contudo, elementos que nos permitem afirmar que o Vietnã não desejava se associar abertamente a um ou outro país, preferindo advogar pela reconciliação sino-soviética,

⁴⁹ Convém uma digressão. O Laos, a partir das convenções de Genebra, era governado por uma coalizão liderada pelo Primeiro Ministro Príncipe Souvanna Phouma, de tendência neutralista. O grupo mais forte da coalizão eram os comunistas do Pathet Lao. Os Estados Unidos, que haviam começado a adquirir alguma influência sobre o Laos, encorajam a retirada de Souvanna Phouma da liderança do país em 1957, mas o primeiro ministro retorna o poder no mesmo ano é encorajado pela Assembleia Nacional a melhorar suas relações com o Pathet Lao. Entre 1958 e 1959, aumenta a influência da RDV sobre o país, em especial com o crescente apoio vietnamita e o Pathet Lao e a construção da Trilha Ho Chi Minh, que servia para transportar recursos entre partes do Vietnã passando pelo Laos. Em 1960, os militares assumem o poder no Laos, apoiados pelos EUA, vendo-se confrontados tanto com os neutralistas associados a Souvanna Phouma quanto ao Pathet Lao, dando início a uma guerra civil no país (EVANS, 2002; OLSEN, 2006).

a exemplo da defesa aberta da unidade do campo socialista durante a visita de Liu Shaoqi ao Vietnã, em março de 1963. A visita de Le Duan à Moscou, em janeiro de 1964, também revela que o Vietnã ainda necessitava do apoio soviético, apesar de ter se inclinado recentemente em direção à China (OLSEN, 2006; LÜTHI, 2008).

O incidente no Golfo de Tonkin, em agosto de 1964, provocou uma mudança na política soviética em relação ao Vietnã. A queda de Krushev, como discutido, não modificou substancialmente a política soviética, sobretudo em relação à coexistência pacífica - mas a potência socialista apresentará um interesse renovado nas credenciais anti-imperialistas para isolar a China em detrimento de suas relações com o Ocidente (FRIEDMAN, 2015; ASPATURIAN, 1968). No fim do mesmo ano, a União Soviética passou a ser o maior parceiro vietnamita em termos de assistência militar e econômica, redundando em uma visita de Kosygin a Hanói em fevereiro de 1965 e no estabelecimento de uma aliança *de facto* (KHOO, 2011). Apesar de desconfiar das intenções da União Soviética, o Vietnã percebia a necessidade de sua assistência diante das circunstâncias: em ou mal, a URSS era o aliado mais confiável diante da iminência de uma invasão norte-americana. Ademais, o estreitamento de laços com os soviéticos se encaixava com a ideia de romper com a dependência em relação à China, que já era uma questão sensível no Vietnã há alguns anos (OLSEN, 2006).

A situação em Tonkin e o avanço dos interesses soviéticos, é claro, inquietam os chineses, que se veem agora diante de uma situação tanto de avanço dos Estados Unidos em uma região próxima ao seu flanco sul quanto em condições em que teriam que competir com a União Soviética por sua influência na região. Essa nova situação se expressa concretamente no aumento substantivo de assistência econômica e militar, conforme apontam os dados de Khoo (2011) sobre os anos entre 1964 e 1968. A rejeição de uma ação unida no Vietnã, proposta pela União Soviética, revela que os chineses não estavam dispostos a capitular em relação à sua posição e ao seu papel na Indochina (RAY, 1983).

3.2.4 Da Competição Pela Influência à Ofensiva do Tet (1966-1968)

É possível apontar duas fontes principais de insatisfação entre a União Soviética e a China durante o período. Primeiro, a crescente insatisfação chinesa em relação à dependência do Vietnã em relação à potência socialista, expressa em diálogos entre lideranças desde 1964. No período, os chineses procuram persuadir os vietnamitas das intenções negativas da União Soviética, que acusam de revisionista e interessada em vender o Vietnã aos Estados Unidos.

Segundo, a influência da União Soviética na estratégia de guerra vietnamita e suas consequências políticas e estratégicas para a China. O auxílio soviético permitiu a mudança de uma estratégia de guerrilha predominantemente defensiva para uma estratégia de ofensiva de largas unidades de forças regulares. A escolha não apenas era contra o que acreditava o pensamento estratégico chinês, manifestado abertamente em conversações entre os vietnamitas, como também aumentava a dependência vietnamita em relação à União Soviética. Isso explica em parte as motivações para a China defender claramente a autonomia e independência estratégica do Vietnã como as melhores opções. Os chineses também se colocam contra uma negociação com os Estados Unidos, que acreditavam que poderiam, junto com a União Soviética, manipular os interesses do Vietnã; além de advogar por uma estratégia de guerra prolongada baseada no conceito de “guerra popular”⁵⁰. O Vietnã, por sua vez, defendia uma estratégia de “negociar enquanto luta” (*dàm va đánh*), em que predominam as ações militares sobre as diplomáticas, mas ambas se complementam (KHOO, 2011; RAY, 1983; WESTAD et al, 1998).

Os anos de 1966 a 1968 revelam claramente esses conflitos no âmbito das discussões bilaterais entre China e Vietnã. Por um lado, os chineses procuram demonstrar a sinceridade de sua posição, apontar que a União Soviética estaria vendendo o Vietnã e demonstrar que uma solução negociada seria inadequada; por outro, o Vietnã procura se equilibrar entre as duas posições em busca de apoio e firmar uma posição autônoma (KHOO, 2011; RAY, 1983; WESTAD et al, 1998).

3.2.5 A Dramatização Sino-Soviética, a Aproximação Sino-Americana e seus Impactos na Indochina (1968-1975)

O biênio 1968-1969 foi decisivo para a modificação nas relações sino-soviéticas. Como abordado, dois acontecimentos colaboraram para que a RPC passasse a interpretar o vizinho socialista como a sua principal ameaça securitária: a invasão da Tchecoslováquia, em agosto de 1968⁵¹, e as escaramuças fronteiriças sino-soviéticas do ano seguinte. Do ponto de vista das relações entre China, União Soviética e a Indochina, mais um terceiro acontecimento

⁵⁰ Em uma das conversas entre Zhou Enlai e Le Duan, em março de 1966, o primeiro afirma que “a oposição aos Estados Unidos deve vir lado a lado com a oposição ao revisionismo” (ENLAI, 1998, tradução nossa).

⁵¹ A invasão foi apoiada pela RDV, sobretudo devido ao crescente apoio da União Soviética ao país, em comparação com a relativa falta de apoio da RPC. Os chineses não ficaram satisfeitos com a posição vietnamita e encaminharam uma mensagem a Hanói alertando sobre a associação entre os revisionistas soviéticos e os imperialistas estadunidenses para traír os vietnamitas (CHENG GUAN, 2004).

colaborou para a modificação da percepção chinesa em relação à região: a Ofensiva do Tet, na primeira metade de 1968.

A Ofensiva foi a apoteose das divergências entre a estratégia chinesa e vietnamita. A iniciativa vietnamita consolidou uma posição de força da RDV para o início de negociações com os Estados Unidos e significou o afastamento definitivo de uma tática chinesa de guerra prolongada em prol de uma tática que implicava maior dependência do armamento avançado soviético. O início efetivo das negociações com os norte-americanos em Paris, em 1968, revoltou a China⁵² e, conforme Nguyen (2006), foi decisivo para que a China passasse a repensar não apenas a sua estratégia em relação à Indochina, mas também a sua estratégia global.

A partir de então, a China passa a empreender uma aproximação com os Estados Unidos. Em junho de 1969, membros do Grupo Central da Revolução Cultural concluíram que o foco do confronto estratégico entre URSS e EUA estava na Europa - portanto, seria improvável o lançamento de uma guerra de larga escala contra a China. Os conflitos na fronteira, em agosto, apontam para a RPC a possibilidade de usar “a carta dos Estados Unidos” para se contrapor à União Soviética, que agora se apresentava como a principal ameaça à segurança da China. Simultaneamente, nos EUA, Kissinger também estava avaliando deterioração das relações sino-soviéticas e seu potencial para os Estados Unidos. A melhora das relações sino-americanas, em um contexto de desgaste pela guerra do Vietnã e desejo de se desvincular da região, traria aos EUA vantagens estratégicas significativas. Entre 1970 e 1971 ocorreu a aproximação definitiva entre China e Estados Unidos (JIAN, 2006).

A partir do fim de 1968, a China passa a aprovar as negociações em Paris, sobretudo porque vê que não pode impedir os vietnamitas de se colocarem na mesa de negociação. Segundo Jian (2006), tratava-se de uma forma de ainda manter certo controle sobre o Vietnã, mesmo discordando do rumo dos acontecimentos⁵³. O apoio vem, porém, com uma redução dramática na ajuda aos vietnamitas: na primeira metade de 1969, a RPC provê à RDV apenas pouco mais de 30% do que havia prometido; a ajuda militar diminuiu pela metade em relação ao ano anterior; e em 7 de julho de 1970, todas as tropas chinesas instaladas no Vietnã retornaram à China. Simultaneamente, a União Soviética oferece ainda mais apoio ao Vietnã.

⁵² A RPC até mesmo ameaçou romper os laços diplomáticos com Hanói se a RDV não se desvinculasse da União Soviética e suspendesse as negociações com os Estados Unidos. No dia 19 de outubro, a imprensa chinesa fez uma declaração pública se contrapondo às negociações. A despeito das pressões da China, o Vietnã não modifica a sua posição em relação à questão (CHENG GUAN, 2004; KHOO, 2011).

⁵³ Conforme Jian (2006), depois de ver as negociações se desenvolvendo em Paris, os líderes chineses gradualmente perceberam que tinham um impacto muito limitado sobre o processo decisório e que, se continuassem criticando a estratégia de negociação vietnamita, poderiam perder a habilidade de influenciar a política de Hanói, empurrando-os para o lado dos “revisonistas” soviéticos.

Durante o período, houve um aumento do auxílio econômico e militar, além do aprimoramento dos diálogos diplomáticos, sobretudo aqueles relacionados às conversações de Paris. Por vezes a União Soviética pressiona o Vietnã - em outras ocasiões, serve como intermediário entre o país socialista e os Estados Unidos (CHENG GUAN, 2004; KHOO, 2011).

O Vietnã, por outro lado, embora se aproximasse da opinião soviética em relação às negociações⁵⁴, ainda desejava certa proximidade com a China, posto o fato de que não confiava integralmente nas intenções da União Soviética e ainda necessitava do apoio chinês⁵⁵. Uma expressão da relutância vietnamita em se associar plenamente à União Soviética está na recusa de um sistema de segurança coletiva asiático, proposto por Brejnev, em junho de 1969. Também é possível encontrar evidências da desconfiança do Vietnã em relação à União Soviética durante as conversações sino-vietnamitas no período em questão (WESTAD et al, 1998).

A aproximação entre China e Estados Unidos provoca reações negativas no Vietnã. Para os vietnamitas, o que a China fez foi “jogar um colete salva-vidas para Nixon, que estava quase afogado” (GUO MING apud JIAN, 2006, p. 53). A China não queria passar a imagem de que estava abandonado a linha revolucionária internacional, então reitera numerosas vezes seu apoio à luta na Indochina. De fato, em 1971 houve um aumento do auxílio chinês, o que facilitou a Ofensiva de Páscoa, em 1972; além do oferecimento de apoio militar ao Vietnã durante o Linebacker II⁵⁶ (KHOO, 2011). Na verdade, porém, como aponta Jian (2006), a política chinesa estava cada vez mais preocupada com criar as condições para os Estados Unidos se retirarem da região e com o sucesso das conversações em Paris.

É nesse período que a China passa a competir por influência com o Vietnã sobre o Laos e o Camboja. Em março de 1970, o General Lol Nol derruba o Príncipe Sihanouk, que, depois de um período de ambiguidade, passa a ser apoiado pela China como uma liderança pró-Beijing para se contrapor ao Vietnã na Indochina. O Vietnã também apoia Sihanouk, mas o príncipe decide pender para o lado da RPC e critica o Vietnã por sua sobreposição à

⁵⁴ Durante a 18ª Plenária do Terceiro Comitê Central do Lao Dong, em janeiro de 1970, o partido adotou como seu objetivo primário a busca pela luta política e diplomática no mesmo nível da luta militar (CHENG GUAN, 2004).

⁵⁵ Em uma conversa entre Pham Van Dong (primeiro ministro da RDV), Nguyen Van Linh (secretário-geral do Vietcong) e Mao Zedong, o primeiro afirma que “É verdade que nós dependemos das armas chinesas”, ao que Van Linh secunda, “Nós confiamos na força de nosso povo, mas sem armas chinesas, será mais difícil.” (WESTAD et al, 1998, p. 146).

⁵⁶ Conforme Khoo (2011), a sensação de traição por parte do Vietnã foi utilizada como uma alavanca para conseguir mais apoio tanto da China quanto da União Soviética, especialmente em 1972 e 1973. Para o autor, o argumento também será útil para a mobilização durante a Guerra Sino-Vietnamita de 1979.

autonomia cambojana. As relações entre o Lao Dong e o Partido Comunista do Camboja (PCCa), por sua vez, haviam se deteriorado nos anos anteriores, resultando na eliminação de quadros pró-vietnamitas dentro do partido (NGUYEN, 2006).

Diferente do Camboja, no Laos a influência vietnamita ainda tinha muita força. Além da tradicional parceria entre o Lao Dong e o Pathet Lao, o Príncipe Souphanouvong (o “Príncipe Vermelho”) apoiava o Pathet Lao e a presença vietnamita no país. A queda de Sihanouk impeliu Pathet Lao a consolidar seu controle sobre a parte sul do Laos para garantir a manutenção da Trilha Ho Chi Minh, levando ao empreendimento da Operação Lam Son 719 contra o Laos, em janeiro de 1971. No mesmo mês, empreende-se um ataque contra o Camboja. A China não reagiu tão fortemente à agressão ao Laos quanto à agressão ao Camboja. Presume-se, tanto para se contrapor às forças políticas apoiadas pelo Vietnã presentes no Laos quanto pela recente inclinação em direção aos Estados Unidos. Nesse contexto, o Vietnã reitera a unidade indochinesa contra os Estados Unidos e seus fantoches incorporando os laços históricos e culturais entre os três países e apostando na inclusividade (a luta anti-americana incluía o Camboja e o Laos) e na exclusividade (a Indochina para os Indochineses) (NGUYEN, 2006).

É possível inferir que o que começa a se desenhar de forma clara na Indochina não é mais uma disputa entre a União Soviética e a China pelo apoio do Vietnã, mas sim uma disputa entre China e Vietnã para que o último não fortalecesse quaisquer pretensões, digamos, “hegemônicas” na região da Indochina, associada à União Soviética - agora considerada sua maior ameaça securitária⁵⁷. A impressão que a China passou a ter é a de que a União Soviética estaria cercando a China utilizando o Vietnã como algoz, conforme apontam os autores Khoo (2011), Ray (1983), Jian (2006), Cheng Guan (2004), dentre outros. Essa nova configuração se acentuará depois da assinatura dos Acordos de Paris, no dia 27 de janeiro de 1973, que termina oficialmente a guerra do Vietnã e permite a retirada dos Estados Unidos⁵⁸ da região. A essa altura, a União Soviética e a China já se viam como inimigos

⁵⁷ A União Soviética havia reunido uma quantidade considerável de forças na fronteira com a RPC, portanto, estava em uma posição propícia a punir severamente o país vizinho, se assim dispusesse - ademais, havia uma clara disparidade em termos qualitativos e quantitativos. Portanto, havia motivos suficientes para que a China desconfiasse das intenções da União Soviética. Assim, é compreensível que a China tenha agido com desconfiança quando, em 1973, a União Soviética procurou se aproximar com base na coexistência pacífica e propôs a assinatura de um tratado de não-agressão. Apesar da resposta positiva, não houve iniciativas para levar adiante a retórica da RPC (GELMAN, 1982; KHOO, 2011; ROBINSON, 1991)

⁵⁸ É preciso apontar que a aproximação com os Estados Unidos para conter o que a China percebia como uma ameaça soviética também tinha seus custos. Segundo Khoo (2011), os dois principais são a falta de flexibilidade na política externa, posto o fato de que a aliança colocava a China em uma posição de dedicação integral ao problema soviético e relativa dependência das iniciativas norte-americanas para manter um balanceamento em relação à União Soviética. Segundo, o dano significativo que a nova parceria infligiu na parceria sino-vietnamita.

declarados. As relações entre China e Vietnã, nesse período, começaram a ser mediadas pelo crescente medo de um cerco soviético em que o Vietnã participaria (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Simultaneamente, a União Soviética aumentou consideravelmente seu auxílio ao Vietnã, movimento que parece ser é indicativo não do conflito soviético-americano, mas sim sino-soviético, à medida que havia poucos incentivos para a União Soviética se envolver na questão por franca oposição aos Estados Unidos. A cooperação soviética, por mais que alienasse a China, servia ao principal interesse do Vietnã durante o período, qual seja, o de unificar o país. A estratégia ofensiva e a unificação definitiva foram apoiadas militarmente e politicamente pela União Soviética, resultando na Ofensiva Ho Chi Minh, em 1975, que culminou com a derrota definitiva do regime de Thieu e a abertura do caminho para a unificação vietnamita (HUYNH, 2006; KHOO, 2011; VISENTINI, 2007).

Assim, durante o biênio 1974-1975, a China passou a adotar uma estratégia de balanceamento em relação ao Vietnã. A primeira ação da RPC é mais direta e se refere às ocupações das Ilhas Spratly e Paracel no Mar do Sul da China. A China ocupou as ilhas no início de 1974, depois de alguns conflitos com o exército do Vietnã do Sul, que estava ocupando as ilhas. Embora o alvo imediato tivesse sido o Vietnã do Sul, tratava-se de uma forma de pressionar a RDV diante das iminentes conversações sobre o delineamento do Golfo de Tonkin. Hanói e Beijing entraram em negociações a respeito das ilhas no mesmo mês da ocupação. As ilhas até hoje ainda estão em posse da RPC (KHOO, 2011; RAY, 1983).

A segunda ação que a RPC tomará em relação ao Vietnã é o apoio ao Khmer Vermelho, no Camboja - sobretudo após a percepção correta de que o Vietnã se encaminhava para a unificação definitiva, em 1974. O Khmer Vermelho considerava o Vietnã o seu maior inimigo, o que se traduzia tanto em declarações públicas anti-vietnamitas quanto em campanhas violentas contra grupos dentro do Camboja. Tratava-se de uma maneira de apostar em um grupo político com tendências à autonomização para enfraquecer o propósito vietnamita de criar uma Indochina estável sobre a sua liderança. O auxílio se dará tanto em termos de apoio militar quanto político e econômico a partir de 1974. Em 1975, o Khmer Vermelho toma o poder no Camboja e declara a formação do Kampuchea Democrático. As relações entre a China, o Khmer Vermelho e o Vietnã serão fundamentais para compreender os acontecimentos posteriores na Indochina (KHOO, 2011; RAY, 1983).

3.3 A TRANSIÇÃO DA RUPTURA SINO-SOVIÉTICA A UM CONFLITO SECURITÁRIO

É possível afirmar sem maiores esforços que as relações sino-soviéticas entre 1965 e 1975 passaram por modificações significativas que impactam de diferentes formas o campo socialista e a Indochina. Essa seção visa analisar essas modificações e os seus impactos, considerando a exposição realizada nas seções acima.

3.3.1 As Continuidades e Mudanças nas Relações Sino-Soviéticas

Primeiramente, convém qualificar a ruptura sino-soviética com base em alguns parâmetros e verificar as mudanças de tais parâmetros entre 1965 e 1975. É possível utilizar como parâmetro as mudanças tanto naquelas condições contrastantes apontadas no Capítulo 2 quanto nas contradições para as quais servem de arrimo.

Começamos pelo **projeto revolucionário**, assim como as condições estruturais a ele subjacentes. Para a China, a Revolução Cultural acaba por ser a confirmação de seu projeto revolucionário e a afirmação de uma linha completamente autônoma para a Revolução Chinesa, rejeitando as tendências ditas “revisionistas” dentro do partido - ou seja, pró-soviéticas⁵⁹. Em outras palavras, ela confirma o projeto político em curso nas décadas anteriores e a autonomia do PCCh. Porquanto a União Soviética não reverte as condições para que se mantenha como centro do campo socialista e não passa por eventos que justifiquem qualquer modificação significativa em sua estrutura social ou política externa, o que implica a manutenção de um *modus vivendi* com o Ocidente.

As **condições socioeconômicas** tomadas em contexto, em comparação, haviam sofrido algumas mudanças. Depois do fracasso do Grande Salto Adiante, a China consegue retomar o crescimento econômico agrícola e industrial e recuperar rapidamente a sua economia. Em termos reais, a renda nacional em 1965 foi 29% acima de 1957 e 51% acima de 1962. Na verdade, não apenas a economia havia se recuperado, como alguns ramos da economia - como o energético - haviam se fortalecido durante o período (LARDY, 1995). A estratégia de desenvolvimento empreendida a partir da Revolução Cultural, uma amálgama de políticas dos anos 1950 e do Grande Salto Adiante, também permitiu à China um crescimento formidável

⁵⁹ Convém apontar que os ataques diretos e indiretos à União Soviética se intensificaram durante o período da Revolução Cultural. Houve ataques a partes da embaixada soviética e cidadãos da União Soviética na China (ROBINSON, 19991)

em praticamente todos os setores da economia, com destaque à indústria pesada, que havia sido o foco da China pelo menos desde o I Plano Quinquenal (1953-1958). O período entre 1966 e 1969 apresentou algumas perturbações econômicas, mas o crescimento econômico até 1976 foi consistente e, tudo indica, endógeno e autônomo (PERKINS, 1991).

Ou seja, não apenas a **estratégia de desenvolvimento** da China não se modificou dramaticamente, como também provocou um rápido crescimento na década em questão. O ponto mais relevante aqui é o fato de que a China havia adquirido um poderio econômico considerável ao longo da década da Revolução Cultural. Se considerarmos que a força econômica (ou poder latente, se utilizarmos a linguagem realista) é uma das condições para a elevação de um país ao status de *grande potência*, o que podemos afirmar é que a China havia certamente avançado consistentemente em direção a um status internacional fortalecido.

Porém, as modificações mais significativas foram, sem dúvidas, em relação à **posição de poder e às capacidades militares chinesas**, que dialogam diretamente com as **necessidades estratégicas chinesas e aquelas relativas à sua segurança**. Três acontecimentos podem ser apontados aqui como fundamentais para uma modificação nessas dimensões. Primeiramente, a ascensão da China como uma potência nuclear em meados da década de 1960, que altera de forma significativa a correlação de forças na Ásia. Para Visentini (2011), o país novamente atingia um patamar de importância frente às potências regionais, acarretando o relaxamento das relações com outros países europeus, além do reforço das relações informais com o Japão. A China, pois, a partir do aprimoramento de suas capacidades, se encaminha para romper o isolamento internacional, o que incluirá, depois, a aproximação com os Estados Unidos.

Durante o período da Revolução Cultural, ocorreram outros dois acontecimentos fundamentais do ponto de vista estratégico e securitário - a invasão da Tchecoslováquia, em 1968, e as escaramuças na fronteira sino-soviética, em 1969. Ambos aumentam dramaticamente o senso de ameaça da China em relação à União Soviética, que passará a ser considerada a principal ameaça a sua segurança. É possível argumentar, até mesmo, como faz Jian (2006), que a aliança sino-americana não teria ocorrido se as relações sino-soviéticas não tivessem se deteriorado até esse ponto. Em outros termos, uma ruptura entre dois países que tinha como um dos principais eixos de discordância a carência de preocupações estratégicas e de segurança compartilhadas acaba por evoluir para se tornar, para ambos, ela mesma uma preocupação estratégica e de segurança. A primeira metade dos anos 1970 foi marcada pelo incremento das forças soviéticas direcionadas à China, assim como um direcionamento das

capacidades militares - inclusive nucleares - chinesas em direção à União Soviética, sobretudo na fronteira (ROBINSON, 1991).

3.3.2 Os Efeitos das Mudanças Sino-Soviéticas sobre o Campo Socialista e a Indochina

Cabe-nos identificar os efeitos dessas mudanças, em especial esta última, no campo socialista e na Indochina. Quanto ao campo socialista, é difícil afirmar que se trata de uma posição pela liderança do campo, pelo menos a princípio. As ações iniciais da China dentro do campo socialista até 1962 parecem indicar mais uma tentativa de pressionar a União Soviética a modificar a sua política e admoestar suas ações - como reflete os casos da Polônia e da Hungria - do que, de fato, destituí-la de seu status dentro do campo. A partir de 1962, perante a carência de apoio, a China parece ter se afastado - ou melhor, sido afastada - de uma política ativa em relação ao bloco socialista, em especial sua parte europeia.

A partir de então, as políticas chinesas direcionadas aos países afro-asiáticos, não-alinhados e aqueles que se encaixavam grosso modo na categoria de anti-imperialistas se intensificaram - vale apontar, linha política que não constituía fato extraordinário para a política externa chinesa. O que ocorre é, na verdade, um fenômeno em que a China, se vendo parcialmente isolada, dispendo de suas credenciais anti-imperialistas e não-alinhadas, passa a procurar aliados onde possível - e o possível era os países do que passavam a constituir o Terceiro Mundo e em processo de descolonização.

A União Soviética se vê, nessas circunstâncias, diante de uma competição com a China tanto em alguns países socialistas pertencentes à sua área de influência, alguns dos quais ainda pendiam para o lado da RPC, como a Albânia, quanto em países que, embora não fossem necessariamente partes do bloco de poder soviético, acabaram se associando ao campo socialista tanto por interesses materiais e políticos quanto pela afinidade pela natureza de seus regimes. O início da guerra no Vietnã com o incidente no Golfo de Tonkin, em 1965, acentua a necessidade implícita de se comprometer com o anti-imperialismo e os movimentos emancipacionistas diante dos avanços da RPC, a despeito dos prejuízos possíveis para a coexistência pacífica. Esses acontecimentos colocam a União Soviética em um imperativo particularmente sensível, qual seja, o de equilibrar a coexistência pacífica com seus compromissos anti-imperialistas ou emancipacionistas.

É possível supor que a invasão da Tchecoslováquia, em 1968, funciona tanto como um indicativo da carência de controle da União Soviética sobre alguns dos países do bloco socialista, inclusive os estrategicamente relevantes, quanto do interesse renovado em impor

um controle mais rígido sobre os seus associados, o que se traduz politicamente na Doutrina Brezhnev. A conturbada Conferência de Representantes dos Partidos Comunistas e Operários de 1969 é outro indicativo de que o campo socialista havia sido enfraquecido, enquanto o fato de que seria a última conferência apenas reforça a evidência.

Diante da percepção chinesa de que a União Soviética constitui agora a maior ameaça à sua segurança, a RPC se inclina em direção aos Estados Unidos. Pouco depois, dispõe em sua política externa a “teoria dos três mundos” e afirma o fim do campo socialista. É possível inferir que tal “fim do campo socialista” anunciado pela China representa, em certo sentido, uma rejeição da União Soviética e de seus afiliados, ou, ao menos, uma tentativa de colocar a União Soviética no mesmo patamar dos Estados Unidos, acoplando ao gigante socialista os seus traços negativos, o que é reforçado pelas acusações de “social-imperialismo”. De outro modo, o “terceiro mundo” chinês constituía uma posição intermediária entre a União Soviética como ameaça securitária; e entre os Estados Unidos, como aliado *ma non troppo*, fiel da balança contra o primeiro. Portanto, a feição que esses países tinham para a China era de oportunidade econômica e política, o que se liga ao fato de que a inclinação em direção ao “terceiro mundo” correspondia a uma posição que a revolução chinesa já havia firmado há pelo menos duas décadas - em outras palavras, não apenas era vantajoso se inclinar ao “terceiro mundo”, como não constituía uma guinada significativa para a política chinesa.

O avanço da China é respondido com um reforço da competição com a União Soviética em relação a esses países, competição que já havia sido estabelecida desde o início dos anos 1960. Diante disso, a União Soviética procura assegurar suas posições no Terceiro Mundo e oferecer garantias e apoio a esses países. Se se tratava eminentemente de uma forma de conter o avanço chinês, ou somente assegurar as alianças (potenciais ou consolidadas) diante dos paradoxos da *détente*, ou ambos, convém uma reflexão que não cabe a este trabalho. O fato é que a RPC, agora dotada de suas próprias contradições com o “anti-imperialismo”, posta sua associação com os Estados Unidos, sairá derrotada também por essa renovada disputa pelos países do Terceiro Mundo.

A situação na Indochina será um tanto diferente. Primeiro, a Indochina sempre esteve na área de influência da China - influência, pode-se dizer, bastante direta. Segundo, tratava-se de uma região que, diferente dos países do Leste Europeu, encontrava-se distante da área de influência soviética - de fato, pode-se considerar a existência até de certa divisão funcional entre a União Soviética e a China em relação à região a partir de 1949, em que a segunda cumpriria um papel de afiliado regional. Terceiro, a região se tornará o núcleo dos movimentos emancipacionistas e gozará de um valor simbólico considerável para o campo

socialista e para os movimentos de emancipação. Por último - como uma condição ligada às necessidades revolucionárias vietnamitas -, o Vietnã necessitava tanto do apoio soviético quanto do apoio chinês para o sucesso de sua revolução, o que o impele a agir procurando extrair benefícios de ambos, a despeito de empreender um caminho autônomo.

Assim, a competição pelo campo socialista e pelos países em descolonização a partir da ruptura sino-soviética, quando se manifesta na Indochina, acaba se desenvolvendo de uma maneira particular. Em um primeiro momento, a partir de 1949, a China havia claramente assumido o protagonismo como patrocinadora ativa do processo revolucionário e emancipacionista vietnamita. Portanto, quando a ruptura de fato ocorreu, a China tinha condições reais de aumentar e manter a sua já considerável influência sobre o desenvolvimento dos acontecimentos na região, enquanto o mesmo não pode ser dito de outras localidades (e.g. o cenário Europeu). É compreensível, assim, que a União Soviética tenha evoluído para uma posição mais próxima do Vietnã ao longo da primeira metade dos anos 1960 em parte como uma forma de conter os avanços da China, sobretudo após o incidente do Golfo de Tonkin.

O Vietnã, por sua vez, realizou dois movimentos em relação à União Soviética e à China durante o período. O primeiro foi a tentativa fracassada de mediar a ruptura sino-soviética e reaproximar ambos os países, dos quais necessitava para a continuidade do empreendimento revolucionário e emancipacionista. O segundo, uma política de equilíbrio entre ambos os países para evitar uma situação de dependência de um ou de outro, que acaba se vendo frustrada diante do fato de que as necessidades estratégicas e táticas do Vietnã coadunavam eminentemente com o tipo de auxílio que somente os soviéticos poderiam prover, somada à capacidade que o gigante socialista tinha de se contrapor ao Ocidente, sobretudo após a escalada do conflito com os Estados Unidos.

O resultado concreto foi a inclinação (desapaixonada, pode-se dizer) do Vietnã em direção à União Soviética durante a segunda metade dos anos 1960, ao passo em que o país continuava a tentar extrair o possível de sua aliança com a China. A RPC ataca a estratégia vietnamita sobretudo por vê-la, compreensivelmente, como uma estratégia que tornaria acutuar a dependência e proximidade do Vietnã em relação à União Soviética. A Ofensiva do Tet, em 1968, o ápice das discordâncias chinesas a respeito da estratégia vietnamita, oculta, pois, o conflito sino-soviético subjacente.

A invasão da Tchecoslováquia e as escaramuças fronteiriças sino-soviéticas, em 1968 e 1969, provocaram uma modificação fundamental nas relações entre China, Vietnã e União Soviética. Com as relações sino-vietnamitas já amargadas pela crescente dependência do

Vietnã em relação à União Soviética, a percepção de que os soviéticos agora constituíam a principal ameaça à segurança da China passou a contar em seus cálculos em relação ao vizinho indochinês. A aproximação com os Estados Unidos tornará a parceria sino-vietnamita ainda mais contraditória, à medida que a China não somente terá que equilibrar seu compromisso com os Estados Unidos, mas também convencer o Vietnã de que não se trata de uma traição à causa revolucionária.

Em um primeiro momento, a China procurou manobrar o Vietnã para convencê-lo de que ele permanecia seu associado e controlá-lo na mesa de negociações, inclusive aumentando ou segurando o envio de recursos durante o início dos anos 1970. Porém, o que passa a ocorrer, em especial após os Acordos de Paris de 1973, é uma tentativa de barrar o fortalecimento do Vietnã na Indochina através de uma política de contenção ao Vietnã e competição pela influência no Laos e no Camboja. A Ofensiva Ho Chi Minh, em 1975, que resultou na unificação do Vietnã, acaba por confirmar um Vietnã com um status regional fortalecido e associado à União Soviética, precisamente a maior ameaça à segurança. A partir de então, as relações sino-vietnamitas se encaminharão para uma ruptura definitiva.

É possível realizar uma série de caminhos explicativos para o fenômeno da transição do conflito sino-soviético a um conflito securitário. Michelena (1977), de vertente marxista, aponta a China como uma grande potência em ascensão que passará a tentar formar o seu próprio bloco de poder ou zona de influência, proposição que é adequada, se considerarmos o crescimento econômico e militar⁶⁰, assim como os avanços diplomáticos da China em direção aos países do campo socialista, afro-asiáticos e, na intersecção, a Indochina. Diante dessa perspectiva, é uma possibilidade supor que, em um primeiro momento, a Indochina constituía uma espécie de zona de equilíbrio entre o bloco de poder socialista, ou suas áreas de influência, e o bloco de poder norte-americano, ou o campo capitalista, sendo a China uma parte associada do bloco de poder soviético. Depois da derrota dos Estados Unidos, a região teria evoluído para se tornar uma zona de equilíbrio entre o bloco de poder soviético e as pretensões de uma China que estaria ascendendo ao status de grande potência, quer no sentido de formar uma zona de influência ou no sentido de se proteger de quaisquer ameaças à sua segurança.

Outra possibilidade é adotar uma interpretação realista do fenômeno. Por exemplo, é possível aplicar uma interpretação neorrealista e assumir que a reação da China constitui um

⁶⁰ Cabe apontar que a China também havia passado por um processo de modernização do Exército Popular de Libertação (EPL) coordenado por Lin Biao, na primeira metade dos 1960. O exército também se fortaleceu politicamente durante a Revolução Cultural, na qual assumiu uma função estabilizadora (ROBERTS, 1999).

caso em que a China passa a ver sua sobrevivência ameaçada pela União Soviética, se vê diante da necessidade de maximizar o seu poder na região e diminuir o poder do principado aliado regional do gigante socialista - o Vietnã. É também possível considerar certa inclinação da China de se tornar um *hegemon regional*, ou o fato de que os Estados Unidos teriam realizado uma estratégia de buck-passing diante da China para conter a União Soviética. Ou que o mesmo teria sido feito em relação ao Vietnã, do ponto de vista da União Soviética, para conter a China. Também nessa linha, é possível considerar a transição da ruptura sino-soviética como um caso de, em lugar de balanço de poder, balanço de ameaça (*balance of threat*) (MEARSHEIMER, 2001; WALT, 1985).

Por ora, basta-nos reconhecer as transições do aumento do senso de ameaça da China em relação à União Soviética e seus impactos sobre o campo socialista, o Terceiro Mundo e a Indochina até 1975. No próximo capítulo, exploraremos os desenvolvimentos posteriores da ruptura sino-soviética e seus impactos sobre a Indochina.

4 A TERCEIRA GUERRA DA INDOCHINA E O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA

Este capítulo tem como objetivo considerar duas hipóteses. Primeiramente, a **terceira hipótese**, que o Vietnã buscou uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética durante os anos iniciais da ruptura, mas a posição oscilante se tornou insustentável à medida que o embate entre a República Popular da China e União Soviética adquiriu as feições de um conflito securitário propriamente dito. Esta hipótese, discutida no primeiro subcapítulo, descreve a reação de uma unidade específica, o Vietnã, às modificações descritas no capítulo anterior – em especial a transição para um conflito securitário.

Em seguida, abordaremos, a **quarta hipótese**, que a Terceira Guerra da Indochina teve como causa primária a ruptura sino-soviética, hipótese que será abordada no segundo subcapítulo. Trata-se de uma hipótese de síntese, à medida em que representa o resultado último dos desenvolvimentos relacionados à ruptura sino-soviética na Indochina. Vale apontar que, por causa primária, entende-se causa principal para a ocorrência do conflito, a despeito de não ser uma causa imediata, conforme veremos. Por último, no terceiro subcapítulo, realizamos uma síntese das discussões do capítulo relacionando-as ao fim da União Soviética e a normalização das relações sino-vietnamitas.

4.1 O IMPASSE VIETNAMITA E O TENSIONAMENTO NA INDOCHINA

Esse subcapítulo busca avaliar a terceira hipótese, de que o Vietnã buscou uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética durante os anos iniciais da ruptura, mas a posição oscilante se tornou insustentável à medida que o embate entre a República Popular da China e União Soviética adquiriu as feições de um conflito securitário propriamente dito. Ele será dividido em três partes. Na primeira, discute-se o impasse vietnamita até meados dos anos 1970. Na segunda, abordamos o desenvolvimento da ruptura entre China e Vietnã na segunda metade dos anos 1970. Na terceira, abordamos a dinâmica regional e sua relação com a China, o Vietnã e a União Soviética.

4.1.1 O Impasse Vietnamita até Meados dos Anos 1970

Parte da exposição factual acerca do dilema enfrentado pelo Vietnã já se encontra no capítulo anterior, em que abordamos a transição da ruptura sino-soviética para um conflito securitário e os impactos iniciais dessa mudança na região da Indochina. Vimos que o que se

desenha a partir de 1968 e 1969 não é mais a competição entre a China e a União Soviética pela influência no Vietnã, mas sim uma situação em que a China já percebe a União Soviética como a principal ameaça à sua segurança e o Vietnã se apresentará, pouco a pouco, aos olhos da China, como um algoz da potência soviética na região.

Inicialmente, a China tenta comprar o apoio vietnamita ao passo em que procura convencer as lideranças do país indochinês a não depositarem a sua confiança na União Soviética. Esse posicionamento está imediatamente acoplado às acusações de “revisão” por parte da China, sobretudo no que diz respeito à adoção da coexistência pacífica. O ponto nevrálgico dessas acusações, do ponto de vista da segurança da China, são as implicações da coexistência pacífica para necessidades estratégicas e de segurança chinesas diante dos avanços dos Estados Unidos na região. O anti-imperialismo chinês e o apoio ao Vietnã podem ser considerados manifestações parciais desse quadro mais amplo de contraposição aos Estados Unidos. Além disso, apesar do que há de particular na Indochina, a situação faz parte do contexto geral competição entre a RPC e a URSS pelo campo socialista e pelos países em processo de descolonização.

Depois do biênio 1968-1969, há uma modificação nas prioridades de segurança da China, que passa a olhar para a União Soviética como seu principal inimigo, redundando na aproximação com os Estados Unidos e fazendo emergir no discurso as acusações de “social-imperialismo” direcionadas aos soviéticos. Assim, a coexistência pacífica com os Estados Unidos se torna um problema menor para a China perante o avanço dos interesses da União Soviética, interpretado como uma espécie de cerco ao socialismo chinês.

O Vietnã, desde meados dos anos 1960, já se via confrontado por um dilema entre a União Soviética e a China e necessitando equilibrar-se entre os dois aliados necessários. Primeiramente porque, sem ambos, o Vietnã não teria tido condições de manter seu esforço revolucionário, apesar de jamais ter se colocado em uma posição que comprometesse a sua autonomia. Segundo, porque se trava de um mecanismo para evitar a dependência exclusiva a um ou outro aliado, seja lá qual fosse.

Apesar dessa inclinação a preservar sua autonomia, o Vietnã possuía inalienáveis necessidades estratégicas, sendo a necessidade imediata a vitória sobre os Estados Unidos e, posteriormente, a unificação do país. Essas necessidades impeliram o país a adotar certa estratégia no campo de batalha e na mesa de negociações, estratégia que acabava alienando a China e tornando o Vietnã mais dependente do auxílio soviético. Assim, a aproximação entre Vietnã e União Soviética em detrimento da China foi em grande medida um resultado das necessidades vietnamitas mais do que qualquer motivação anti-chinesa. No período que se

estende de 1965 a 1968, há escassos indícios de que o Vietnã desejava se apartar da China, a despeito das discordâncias entre ambos.

O que ocorre com a modificação da interpretação chinesa em relação à União Soviética a partir do biênio 1968-1969 é que a China ao se distanciar dos soviéticos acaba por afastar pouco a pouco também o Vietnã. O que antes consistia em uma pressão para comprar um aliado se torna uma tentativa ativa de controlá-lo no início dos anos 1970; incapaz de controlá-lo, a China passa a agir contra ele, sobretudo a partir da percepção de que o Vietnã almejaria o domínio da Indochina associado à União Soviética. Este, por sua vez, pende cada vez mais para o lado da União Soviética, por necessidade - primeiro, em relação aos Estados Unidos; depois, diante da ameaça da própria China.

Assim, embora seja possível argumentar que a aproximação entre Vietnã e União Soviética derivou mais das necessidades vietnamitas, o afastamento definitivo da China em relação ao Vietnã foi consequência particular e mediata da ruptura sino-soviética. Há elementos suficientes para afirmar que o Vietnã, de fato, não desejava se afastar da China e não agiu ativamente para alienar-se do aliado; assim como o fato de que a China preferia um Vietnã como seu associado regional, uma espécie de parceria assimétrica, em lugar de um Vietnã neutro. Ou, talvez, um Vietnã como parte de sua área de influência ou bloco de poder, constituindo, assim, um padrão de distribuição de poder conforme aquele discutido no Capítulo 2. A apoteose desse afastamento fundamentalmente determinado pela ruptura sino-soviética, conforme vamos argumentar, foi o conflito sino-vietnamita de 1979. A próxima subseção tratará de abordar a ruptura definitiva da aliança sino-vietnamita na segunda metade dos anos 1970 e sua relação com a ruptura sino-soviética.

4.1.2 A Deterioração Definitiva da Aliança Sino-Vietnamita (1975-1977)

A ruptura sino-soviética na segunda metade participa de um contexto mais amplo de aumento do senso de ameaça da China em relação à União Soviética. Em meados dos anos 1970, diante do afastamento dos Estados Unidos de uma política externa mais ativa na política mundial, a União Soviética se viu em condições favoráveis para realizar uma política externa mais assertiva. Conforme argumenta Khoo (2011), essa maior assertividade se traduzirá em três esferas principais: a ameaça militar em relação à China; a política soviética em relação ao Terceiro Mundo; e as relações entre Estados Unidos e União Soviética.

Em relação à ameaça militar em relação à China, em 1976 havia aproximadamente trezentos mil homens na fronteira sino-soviética. Embora os números para cada lado fossem

equivalentes, os soviéticos eram superiores do ponto de vista tático e nuclear. Essa superioridade foi acentuada quando, em 1978, a União Soviética instalou mísseis balísticos de alcance intermediário (IRBMs) SS-20 com ogivas de Reentrada Múltipla Independentemente Direcionada (MIRV) e estava se preparando para colocar em atividade o bombardeiro Tupolev Tu-22M (*Backfire*), capaz de realizar missões de propósitos múltiplos em uma área praticamente duas vezes superior à de seu antecessor, o Tupolev Tu-22 (*Blinder*). Essas mudanças davam à União Soviética a capacidade de acertar alvos em qualquer lugar da China, Nordeste da Ásia, partes do Sudeste Asiático e da América do Norte. Além disso, desde os anos 1960 a União Soviética havia melhorado consideravelmente as suas capacidades aéreas, por um lado, e operacionais em sua frota no pacífico, por outro (KHOO, 2011; ROBINSON, 1991).

Em relação às ações da União Soviética no Terceiro Mundo, construindo acima da discussão do capítulo anterior, podemos apontar que o ano de 1975, representa um recuo da China e um avanço da União Soviética como liderança da agenda terceiro-mundista e de suas revoluções. Conforme aponta Khoo (2011), tratados de amizade foram assinados com Somália (1974), Angola (1976), Moçambique (1977) e Etiópia (1978). Os auxílios às revoluções, sobretudo na África, incluíam equipamento militar e aconselhamento tático. A China, durante o período, chega a apoiar retoricamente até mesmo forças do continente africano consideradas reacionárias. Na Ásia, a União Soviética passa a abordar o conceito de segurança coletivo junto à ASEAN (Associação dos Países do Sudeste Asiático), o que é interpretado pela China como uma tentativa de expansão da influência soviética na região (KHOO, 2011).

Sobre as relações entre Estados Unidos e União Soviética, a China temia o uso da *détente* para prejudicar a China, seja pelos soviéticos ou pelos norte-americanos. É possível verificar a insatisfação da China tanto na reação negativa aos Acordos de Helsinque de 1975⁶¹ quanto em uma edição da *Peking Review* criticando fortemente a *détente*. Essa conjunção de fatores colaboram para um aumento no conflito sino-soviético, ilustrado por vários acontecimentos entre 1976 e 1978⁶². Mesmo a morte de Mao, em setembro de 1976, não foi

⁶¹ Os acordos foram o resultado de uma conferência que reuniu os Estados Unidos, a União Soviética e quase todos os países da Europa. O evento foi visto como um passo significativo para reduzir as tensões da Guerra Fria e como um triunfo diplomático da União Soviética.

⁶² Alguns fatos podem ajudar a ilustrar o ponto. Primeiramente, a rejeição da parabenização oficial de Brezhnev à Hua Guofeng pela indicação como novo chairman do PCCh sob a justificativa da inexistência de laços entre os partidos; segundo, o impasse nas negociações fronteiriças entre dezembro de 1976 e fevereiro de 1977; terceiro as críticas de Hua Guofeng no XI Comitê Central do PCCh, reiterando a ameaça soviética e a culpa da URSS pela deterioração nas relações bilaterais; quarto, a publicação de um comentário estendido sobre a Teoria dos Três Mundos intensificando as críticas à União Soviética, em novembro de 1977; por último, a rejeição da

capaz de alavancar uma nova aproximação, a despeito dos avanços diplomáticos da União Soviética (KHOO, 2011).

Ao mesmo tempo em que se desenrolam esses acontecimentos, a União Soviética aumenta o seu auxílio ao Vietnã. Logo em 1975, a União Soviética cancelou a dívida de Hanói, avaliada em 450 milhões de dólares; em 1976, firmou-se um compromisso de assistência no Plano Quinquenal 1976-1981; por último, em junho de 1978, o Vietnã foi admitido no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON). A questão da assistência soviética era uma necessidade para um Vietnã em processo de unificação e com necessidades imediatas para a reconstrução do país - portanto, o auxílio soviético aqui aparece novamente como uma necessidade para o Vietnã. Durante o período, há também o aumento da assistência militar⁶³ e a União Soviética manifestou interesse tanto no acesso à Baía de Cam Ranh, no Golfo de Tonkin, quanto na possibilidade de uma aliança militar - ambas ideias rejeitadas pelo Vietnã (RAY, 1983; KHOO, 2011).

Em 1975, as relações entre China e Vietnã haviam esfriado, mas ainda não era possível falar em uma ruptura. As fissuras se demonstravam especialmente nas questões relativas às relações entre Vietnã e União Soviética. Durante a visita de Le Duan à Beijing, em agosto de 1975, houve complicações para chegar a acordos de cooperação econômica. A consideração de Le Duan sobre o fato de que o Vietnã deseja manter relações tanto com Beijing quanto com Moscou incomodou os chineses. Houve também uma discussão acerca dos interesses soviéticos no Mar do Sul da China (RAY, 1983; KHOO, 2011).

Um acontecimento importante foi o Quarto Congresso do Partido dos Trabalhadores (Lao Dong) e do Partido Popular Revolucionário (o equivalente ao Lao Dong no Sul), em dezembro de 1976, em que as duas organizações se fundem e adotam o nome de Partido Comunista do Vietnã (PCV) (VISENTINI, 2007). O Congresso consolidou a posição de Le Duan no partido, marcando a adoção de uma linha mais associada à União Soviética e a priorização da unificação vietnamita (KHOO, 2011; HUYN, 2006).

Em junho de 1977, poucos meses depois do Vietnã entrar na COMECON, uma visita de Pham Van Dong em Beijing, apesar de um tom amigável, revela discordâncias em numerosas instâncias, dentre elas algumas declarações anti-chinesas por parte do Vietnã; discordâncias lindeiras; e o tratamento de chineses étnicos no Vietnã. A partir do mesmo mês, a China decide não mais fornecer auxílios econômicos ao vizinho (KHOO, 2011).

China, em 1978, de uma proposição de um encontro e da reconstrução das relações bilaterais entre ambos os países (KHOO, 2011)

⁶³ Khoo (2011) traz mais dados apontando o aumento do auxílio militar e econômico soviético durante o período.

4.1.3 O Problema da Indochina e a Invasão do Camboja (1977-1979)

Antes de abordar os acontecimentos de 1977 a 1979, é preciso considerar a questão da intencionalidade do Vietnã em estabelecer uma “federação indochinesa”. Ecoando o que diziam as lideranças vietnamitas do período, autores como Vãn Lợi (2006) e Quinn-Judge (2006) apontam que o Vietnã, de fato, não desejava estabelecer algo como uma “federação indochinesa”, autores como Khoo (2011) e Ray (1983) apontam a existência desse desejo na mente dos vietnamitas. A questão é relevante se considerarmos que muitas vezes essa será a acusação feita ao Vietnã tanto por parte de seus vizinhos quanto de países como a China e até a União Soviética. Mesmo se não considerarmos que, de fato, havia o desejo de criar uma “federação indochinesa”, os fatos nos apontam para, no mínimo, um entorno regional vietnamita estabilizado e afiliado ao país socialista.

O Vietnã já havia conseguido estabelecer sua influência no Laos desde pelo menos o início dos anos 1960, como discutido no capítulo anterior. A vitória do Pathet Lao, no verão de 1975, procedida pela fundação da República Democrática do Lao no fim de 1975, permitiu um estreitamento ainda maior dos laços entre ambos os países. Tropas vietnamitas continuaram a ocupar partes do Laos e projetos de infraestrutura conjuntos também faziam parte da parceria. Em julho de 1977, ambos os países assinaram um Tratado de Amizade e Cooperação firmando a parceria (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Com o Camboja, contudo, a situação era bastante distinta. O Khmer Vermelho possuía um histórico anti-vietamita que se estendia pelo menos até 1971, conforme discutido. O recém fundado Kampuchea Democrático dava ênfase à independência e à oposição à instalação de bases estrangeiras no país - um recado claro para o Vietnã, que havia dominado o PC cambojano e depositado tropas dentro das fronteiras durante a guerra. Em uma demonstração de força, as forças cambojanas invadiram as ilhas de Phu Quoc e Tho Chu, em maio de 1975, mas foram expulsas pelos vietnamitas (KHOO, 2011; RAY, 1983).

As negociações lindeiras, iniciadas em abril de 1976, foram suspensas no mês seguinte. A partir de então, o Camboja recusa-se a dialogar com os vietnamitas. A partir desse período, o Vietnã será afirmado como o principal inimigo do Camboja. Convencido de que o Vietnã gostaria de conquistar o país através da infiltração de quadros dentro de suas fronteiras, Pol Pot empreende perseguições a membros do partido ligados ao Vietnã (RAY, 1983).

Em janeiro de 1977, os Cambojanos começaram a empreender ataques nas fronteiras com o Vietnã. As tropas cambojanas foram instruídas a matar tantos civis quanto possível

para provocar medo no povo vietnamita. Em abril, houve uma intensificação dos conflitos fronteiriços, destacando-se a infiltração um largo contingente cambojano no Vietnã e o massacre de civis. Em junho, as solicitações vietnamitas em favor de negociações são respondidas pela solicitação da retirada mútua de tropas e a criação de uma zona desmilitarizada. Nenhum dos lados estava disposto a recuar na questão. Os ataques ao Vietnã aumentaram durante esse período, resultando na morte de milhares de civis vietnamitas (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Segundo Ray (1983), a partir de 1975, com os vietnamitas fora do Camboja e os soviéticos ausentes, o vácuo foi preenchido pelos chineses, que aumentaram a sua assistência técnica, econômica e militar ao recém fundado Kampuchea Democrático. Quando os soviéticos tentam entrar em contato com a nova liderança, em 1975, o Khmer Vermelho destruiu a embaixada soviética. A China, a partir de então, passa a incentivar ativamente o Camboja a se contrapor às pretensões “hegemônicas” do Vietnã.

Apesar disso, a China mantinha uma posição de indecisão em suas relações com Phnom Penh, sobretudo no caso das escaramuças fronteiriças, tanto por apoiar o Kampuchea quanto para evitar não empurrar o Vietnã ainda mais em direção à União Soviética. Há indícios de que a China, de fato, não queria que a situação derivasse para um conflito militar, apesar de se apresentar contrariamente às supostas aspirações vietnamitas. As solicitações realizadas pelo Vietnã para que a China mediasse a situação foram inicialmente recusadas pela China. Ao mesmo tempo, intensificaram-se os intercâmbios diplomáticos entre China e Camboja, com uma visita de Pol Pot à China em meados de 1977, onde foi recebido com grandes ovações por parte dos líderes chineses (GOSCHA, 2006; KHOO, 2011; RAY, 1983).

Em outubro, empreende-se uma grande ofensiva contra o Camboja, culminando com um recuo planejado e a solicitação de uma trégua supervisionada internacionalmente. Apesar dos avanços do Vietnã, o Camboja se recusou a negociar e continuou a atacar o país. Nesse contexto, o Vietnã responsabiliza a China pela deterioração da situação na Indochina. A visita de Le Duan à Beijing, em novembro de 1977, mostra o quanto as relações sino-vietnamitas haviam se deteriorado no período. Le Duan aponta que a diferença mais importante é como os vietnamitas veem a União Soviética e os Estados Unidos (KHOO, 2011, RAY, 1983).

A visita de Chen Yonggui ao Camboja em dezembro de 1977 confirmou definitivamente o enviesamento chinês para o lado do Khmer Vermelho na questão fronteiriça, destacando-se o discurso de Chen acerca da defesa histórica contra o inimigo (o Vietnã) e a afirmação de que o Kampuchea e a China seriam camaradas “para sempre”. Em dezembro, o Kampuchea acusa o Vietnã de agressão e afirma que o vizinho desejaria anexar o

país em uma “federação indochinesa” sob o controle vietnamita. No mesmo mês, o Vietnã realiza outro ataque massivo ao Camboja, que efetivamente rompe as relações diplomáticas com o país vizinho (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Os anos de 1978 e 1979 testemunham o colapso definitivo das relações sino-vietnamitas e vietnamitas-cambojanas. Em janeiro e fevereiro de 1978, o vice-ministro das relações exteriores vietnamita Phan Hien visita a China para discussões sobre a questão do Kampuchea. Simultaneamente, Deng Xiao visita o Camboja para conversações e apoia a posição do Kampuchea em relação ao Vietnã⁶⁴. Segundo Ray (1983), no mesmo período, a China começou a enviar equipamento militar e recursos humanos para o Kampuchea, chegando ao número de dois navios por semana e vinte mil militares. Hua Guofeng acusa a União Soviética de tentar estar utilizando o Kampuchea como uma base para a expansão soviética no Sudeste Asiático, reiterando as acusações contrárias ao que é considerado um hegemonismo vietnamita (KHOO, 2011).

As acusações do Kampuchea contra o Vietnã são reiteradas em diversas oportunidades, em especial a acusação de que o Vietnã estaria realizando uma política expansionista contra o Kampuchea para controlar o seu território - acusações que pelo menos a partir de maio seriam reiteradas publicamente pela China. Os vietnamitas negam as acusações e apontam que seu objetivo é fomentar a solidariedade militante e a cooperação na região - a ideia de formar uma “federação indochinesa”, segundo o Vietnã, está fora de questão. O Vietnã, ao mesmo tempo, acusa a China de estar auxiliando o Kampuchea e instigando o regime de Pol Pot contra Hanói. Também ocorre em 1978 a frustrada tentativa de golpe contra Pol Pot, elaborada por So Phim com ajuda vietnamita. Seu tenente, Heng Samrin, foge para o Vietnã e forma a Frente Unida Nacional para a Salvação do Kampuchea (FUNSK), que seria importante depois da intervenção vietnamita no ano seguinte.

Durante o ano, o Vietnã anuncia a nacionalização de todas as empresas, o que resulta na retirada de empresas de propriedade privada no Sul, em sua maioria de chineses. O resultado é a migração massiva da população, reforçada pelas dificuldades internas de abastecimento e pelos boatos de uma possível intensificação da guerra. O ocorrido ficou conhecido como a crise dos Hoa⁶⁵ ou a crise dos *boat people*, posto o fato de que muitos desses migrantes saíam do país em embarcações precárias. A situação deteriorou ainda mais

⁶⁴ Segundo Ray (1983), o intercâmbio da China entre o Vietnã e o Camboja tinha como objetivo apoiar ativamente o Camboja; para Khoo (2011), representava uma tentativa chinesa de mediar a questão.

⁶⁵ Vietnamitas de raiz étnica chinesa parcial ou completa, também conhecidos como sino-vietnamitas.

as relações sino-vietnamitas e foi responsável por graves acusações contra Hanói por parte da China (KHOO, 2011; VISENTINI, 2007).

Paralelamente, a União Soviética parecia estar agindo em oposição ou provocação à China. Em abril, lideranças pró-soviéticas assumem o controle do Afeganistão, o que é interpretado como mais um passo na tentativa soviética de cercar a RPC. Em maio, militares soviéticos penetraram em território chinês, sob o pretexto de estar perseguindo um cidadão soviético. No mesmo mês, as forças soviéticas realizaram exercícios militares no Mar do Sul da China. Ainda em julho, Deng Xiaoping afirma que “o Vietnã está se virando para o lado da União Soviética, que é a inimiga da China”. Em 16 de junho, a China anuncia o fechamento de seu consulado em Ho Chi Minh (Saigon) e outras cidades vietnamitas. Em julho, Beijing paralisa todo o seu auxílio a Hanói e os diálogos sino-vietnamitas acerca das questões fronteiriças chegam a um impasse (KHOO, 2011).

No fim de 1978, já era claro para o Vietnã e para a União Soviética que a China estava se associando ao Kampuchea para, segundo suas interpretações, minar a segurança do Vietnã. Além dos ataques realizados ao longo do ano, responsáveis pela morte de milhares de civis, mais de 160 mil cambojanos haviam se refugiado no país - portanto, havia claros indícios de que o Vietnã entraria no Kampuchea como uma espécie de libertador. Para a China, o Vietnã representava não apenas o seu interesse de se tornar um “pequeno hegemon”, mas também os interesses da União Soviética na região, o “grande hegemon” (KHOO, 2011; RAY, 1983).

Em novembro, assina-se o Tratado Soviético-Vietnamita de Cooperação e Amizade, com duração de 25 anos, como o objetivo de servir de anteparo à China na iminência de um conflito Vietnã-Kampuchea⁶⁶. No mesmo mês, a China vai buscar apoio da ASEAN contra o recém consolidado eixo Moscou-Hanói e a aquiescência a uma política de contenção ao Vietnã na região (KHOO, 2011). Estava pronto o cenário para a invasão do Kampuchea, a Guerra Sino-Vietnamita e - como prolongamento de ambas - a Terceira Guerra da Indochina.

4.2 A TERCEIRA GUERRA DA INDOCHINA (1979-1991)

Neste capítulo avaliaremos a quarta hipótese, qual seja, de que a Terceira Guerra da Indochina teve como causa primária a ruptura sino-soviética. Trata-se, por um lado, de uma consideração geral acerca das causas imediatas e mediatas do conflito. Por outro, de uma

⁶⁶ O tratado era bastante discreto em termos de cooperação militar e foi formulado de uma maneira que permitisse à União Soviética evitar o envolvimento imediato e incondicional ao lado do Vietnã em um eventual conflito (RAY, 1983; GELMAN, 1983).

exposição de seus acontecimentos e sua derradeira resolução, associada ao colapso da União Soviética; assim como suas consequências regionais.

4.2.1 A Invasão do Camboja e a Guerra Sino-Vietnamita (1978-1979)

É possível afirmar que no fim de 1978 todos os elementos responsáveis pelo início e continuidade da Terceira Guerra da Indochina já estavam dispostos e preparados para encontrar expressão nos acontecimentos. Do ponto de vista das relações entre os países indochineses, o Kampuchea, convencido das intenções expansionistas do Vietnã, havia se negado a negociar em prol de uma solução diplomática para a questão. O Vietnã, por sua vez, a despeito de suas tentativas de avançar em negociações diretas com o Camboja, até mesmo tentando utilizar a China como mediadora, viu-se diante de uma ameaça à sua segurança e estabilidade. Impelido por tais considerações, inclina-se à garantia da União Soviética, que ao longo dos últimos anos havia se tornado seu principal parceiro. Assim, a invasão do Kampuchea se tornara um imperativo para o Vietnã diante de suas necessidades de segurança, a despeito dos (ou em consideração aos) muitos outros problemas internos pelos quais o país recém unificado estava passando; a aliança com a União Soviética, por sua vez, constituía uma necessidade para a proteção posterior diante das ameaças da China.

A China vê no Kampuchea um mecanismo para se contrapor ao que percebe como ambições hegemônicas ou expansionistas vietnamitas, apoiando politicamente, militarmente e economicamente o regime de Pol Pot. Em especial, orientada pela interpretação de um cerco da União Soviética, a China percebe o Vietnã como uma espécie de *proxy* soviético na região, disposto a se alçar a uma empreitada para assumir o domínio da Indochina sob os auspícios da grande potência socialista. A União Soviética, por sua vez, apoia um Vietnã que se sente ameaçado e, também dotada de seu próprio interesse na região, coloca-se como um anteparo para uma eventual ameaça chinesa ao aliado indochinês - tida, conforme Ray (1983), como inevitável na opinião da União Soviética.

O primeiro grande acontecimento é a invasão do Kampuchea pelo Vietnã entre dezembro de 1978 e janeiro de 1979. No dia 7 de janeiro, os vietnamitas já haviam chegado à Phnom Penh e derrotado as forças do Khmer Vermelho, que se espalharam pelo Camboja e fugiram em direção à Tailândia. Pouco depois os vietnamitas subiram para o noroeste e capturaram Sisophon, tomando a principal rota de suprimentos em direção à Tailândia. De janeiro a março o Vietnã consolida o seu poder e se defende contra ataques do Khmer Vermelho (KHOO, 2011; QUINN-JUDGE, 2006; RAY, 1983).

A ofensiva vietnamita foi respondida com declarações de apoio da China ao Kampuchea e declarações chinesas de que o Vietnã estaria violando fronteiras terrestres e marítimas (as Ilhas Spratly e parte do Golfo de Tonkin). A China também afirmou que a ação militar no Camboja se tratava de um complô soviético integrado à estratégia de Moscou para a aquisição da hegemonia global. Logo após a invasão, em fevereiro de 1979, o presidente Deng Xiaoping visita os Estados Unidos e informa ao presidente Carter que o Vietnã pagaria o preço por suas ações. Segundo Deng, era necessário ensinar ao Vietnã uma lição limitada apropriada por causa de suas ambições. Imediatamente depois do retorno de Deng, a China empreende uma guerra contra o Vietnã⁶⁷. No retorno, passa pelo Japão, onde tenta propor uma intervenção conjunta contra o Vietnã (KHOO, 2011; MÉNETREY-MONCHAU, 2006).

A Guerra Sino-Vietnamita se estendeu do dia 17 de fevereiro ao dia 16 de março de 1979. A China concentrou nas províncias uma estimativa de 300 mil soldados, além de tanques, aviões e artilharia, e invadiu o país com um efetivo entre 100 mil a 170 mil soldados. A China lançará uma proposta de paz, rejeitada pelo Vietnã, que acusa a China de estar em um complô com os norte-americanos para realizar suas ambições expansionistas e hegemônicas na região (RAY, 1983).

Conforme Ray (1983), o problema da China era como invadir sem suscitar uma reação soviética. Para isso, a China tentou empreender uma ofensiva limitada e curta. A URSS também estava envolvida nas negociações do SALT II, que estavam em seu estágio final, e uma ofensiva soviética para proteger o Vietnã prejudicaria o processo. Ademais, a visita a Carter dava a impressão de que os Estados Unidos estariam apoiando as ações chinesas, o que colocava a União Soviética em uma situação mais delicada. Mesmo assim, durante a ofensiva a União Soviética esvazia as suas fronteiras e é colocada em alerta máximo.

O apoio estadunidense à China foi mais reservado e discreto. A ambiguidade estadunidense provoca a inquietude soviética, que acusa os Estados Unidos de apoiarem a invasão chinesa. Depois, a União Soviética recua para dar continuidade às negociações do SALT II com Carter, acusando a China de tentar minar as relações americanas com a União Soviética. Apesar de afirmar que vai se manter longe do conflito, a URSS envia navios e armas para Hanói. O Sudeste Asiático, por sua vez, adota uma posição ambivalente (RAY, 1983).

O Vietnã tinha superioridade militar qualitativa e quantitativa em relação à China. Além de estarem melhor equipadas e treinadas, as tropas vietnamitas tinham sido testadas em

⁶⁷ Ray (1983) aponta que havia algumas provocações fronteiriças desde o início de dezembro.

batalha por décadas de luta. Ademais, o Vietnã contava com um sistema de defesa aérea superfície-ar considerado mais do que suficiente para se contrapor aos aviões chineses. A partir de certo ponto, o avanço chinês tornou-se praticamente impossível sem perdas substanciais. A China anunciou a retirada dia 5 de março de 1979, depois de aproximadamente 50 mil baixas; o Vietnã, por sua vez, havia perdido aproximadamente 10 mil soldados (RAY, 1983).

Depois da retirada, a China afirma que o ataque foi um “completo sucesso” e reitera suas acusações contra o Vietnã criticando a sua presença no Kampuchea. Apesar de ser possível argumentar que a China, de fato, não ensinou nenhuma “lição” ao Vietnã, é possível argumentar também que a ela atingiu seu principal objetivo: enfraquecer o Vietnã, minar suas pretensões à hegemonia na Indochina e encaminhar seu isolamento na região do Sudeste Asiático por mais de uma década. O Vietnã, por sua vez, exalta a sua vitória contra a China e reitera que outros atos de guerra não seriam tolerados. O país também acusa a China de ter cometido crimes de guerra e destruído as suas fronteiras. Apesar disso, terá que lidar com uma década de isolamento internacional e administrar seu envolvimento na guerra civil do Kampuchea (KHOO, 2011; RAY, 1983; QUINN-JUDGE, 2006).

4.2.2 Da Guerra Sino-Vietnamita à Normalização Sino-Soviética (1979-1989)

Os anos de 1979 até 1991 representam o isolamento quase completo do Vietnã. Apesar do país ter libertado o Camboja, a recém fundada República Popular do Kampuchea (RPK) surgia isolada do Ocidente e da ASEAN e era eminentemente dependente do Vietnã. Os projetos de construção da RPK eram coordenados pelo exército vietnamita e pelo Ministério do Interior, supervisionados pelo politburo do PCV. O Vietnã auxiliará substancialmente na reconstrução do Camboja nas mais diferentes esferas da sociedade, devastada pelo Khmer Vermelho. A economia foi revitalizada, o comércio foi reavivado e a integração econômica avançou de forma considerável, apesar dos desafios enfrentados durante o período (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỖI, 2006).

As políticas dos Estados Unidos, China e da ASEAN criavam uma situação difícil para a retirada do Vietnã da RPK ao mesmo tempo em que incentivavam o país a se manter associado à União Soviética. O ponto de discórdia que atrasou o início de negociações foi a recusa em rejeitar a legitimidade do Khmer Vermelho e manter seu reconhecimento

internacional⁶⁸, inclusive nas Nações Unidas. A formação do Governo de Coalizão do Kampuchea Democrático (GCKD)⁶⁹, em junho de 1982, constituía uma forma pelo menos aparente de remover a liderança do Khmer Vermelho do que ainda era reconhecido como o governo legítimo do Camboja para aumentar a legitimidade internacional do regime paralelo em detrimento da RPK (QUINN-JUDGE, 2006).

A China continuava a auxiliar o Khmer Vermelho através de armamentos e apoio internacional⁷⁰. Segundo Vãn Lợi (2006), entre 1979 e 1982 a China afirmou que as condições ainda não eram suficientemente maduras para a negociação⁷¹. A situação na fronteira sino-vietnamita era permanentemente tensa, impedindo a continuação normal das atividades produtivas, além de perdas materiais e humanas. A guerra de sabotagem durou aproximadamente seis anos.

Ainda em 1981, iniciam-se negociações sino-soviéticas, abrindo caminho para as grandes potências discutirem o problema cambojano. A China faz uma proposta de cinco pontos, solicitando que o Vietnã retirasse as tropas para assim poder negociar o restabelecimento de relações diplomáticas com o país. Segundo Vãn Lợi (2006), a China tinha a intenção de usar a URSS para pressionar o Vietnã e usar o problema cambojano para melhorar as relações sino-soviéticas (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006).

Em 1982, Brezhnev realizou um discurso conciliatório em Tashkent em prol da melhora das relações sino-soviéticas. A China responde à União Soviética apontando três obstáculos para a melhora das relações entre os dois países: (i) a retirada das forças do Afeganistão; (ii) a retirada das tropas vietnamitas do Camboja; e (iii) a redução das tropas na fronteira sino-soviética (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006). A política soviética ainda não se via disposta a oferecer concessões à China em relação aos três obstáculos, mesmo depois da morte de Brezhnev, em novembro de 1982, e a ascensão de Yuri Andropov. O sucessor de Andropov, Konstantin Chernenko (1984), manterá uma política defensiva em relação à China

⁶⁸ Não apenas alguns países socialistas haviam passado a reconhecer a RPK, como alguns outros países do Ocidente estavam deixando de apoiar o Khmer Vermelho. A título de exemplo, como aponta Loi, em 1981 a Grã Bretanha e a Austrália deixaram de reconhecer o governo de Pol Pot como legítimo.

⁶⁹ O GCKD congregava a Frente Nacional de Libertação do Povo Khmer (FNLPK), liderada por Son Sann, e as forças de Sihanouk, cujo partido político era a Frente Unida Nacional para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperativo (FUNCINPEP). O Khmer Vermelho, agora sob a liderança de Khieu Samphan, realizava a maior parte da luta militar no Camboja, somando uma força de aproximadamente 30 mil homens - maior do que os outros dois partidos somados.

⁷⁰ Em 1984, durante um encontro ministerial da ASEAN, discutiu-se a possibilidade de retirar alguns dos membros mais eminentes do Khmer Vermelho da composição do GCKD. A China reagiu ameaçando cortar o auxílio, afirmando seu apoio ao Khmer Vermelho contra os agressores vietnamitas (KHOO, 2011).

⁷¹ Pode-se supor que a China não desejava a continuidade das negociações porque queria esperar pelo Khmer Vermelho ganhar certa posição no Camboja, desejando enfraquecer o Vietnã grandemente tendo que lutar tanto no Norte quanto no Sudoeste, isolado diplomaticamente, piorando as condições políticas, econômicas e sociais enfrentadas por Hanói.

- inclusive, segundo aumentando o número de divisões na fronteira sino-soviética de quarenta e seis para cinquenta e três (KHOO, 2011).

A despeito dos muitos desafios, o Vietnã nunca passou por qualquer perigo de perder o controle sobre o Camboja. As forças vietnamitas que se retiravam do país foram gradualmente substituídas por um exército cambojano regular treinado com a ajuda da União Soviética. A ofensiva na estação seca de 1984-1985, que inclui a tomada da base do Khmer Vermelho de Phnom Malai, foi um ponto de virada importante para o esforço vietnamita para expulsar o Khmer Vermelho do Camboja e assumir o controle de regiões pertencentes ao GCKD. Assim, cria-se uma oportunidade para procurar uma solução negociada para o Camboja ao lado da coalizão não-comunista congregada no GCKD. Até então, todas as aproximações entre Vietnã e ASEAN tinham sido infrutíferas (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LÕI, 2006).

Apesar do desejo de parte da ASEAN avançar em negociações, a China e os Estados Unidos continuaram a obstaculizar a resolução. Segundo Quinn-Judge (2006), a política dos EUA e da RPC podem refletir a percepção de ambos de que, conforme a URSS perderia sua influência no Sudeste Asiático, seria adequado continuar adiando as negociações em prol de um acordo mais favorável. Ademais, aceitar o governo vietnamita no Camboja seria uma admissão de que a retirada de Pol Pot não havia sido completamente injustificada, minando a imagem da “Cuba do Oriente”, parte da política norte-americana na região.

Na União Soviética, em 1985, Mikhail Gorbachev ascende ao poder e dá início à *Perestroika* e a *Glasnost*. Embora elas representassem uma reação à perda de terreno por parte da União Soviética nos últimos anos, elas envolviam também um desengajamento do Terceiro Mundo - ou, em outros termos, um envolvimento mais pragmático com a África e a Ásia. O desejo de Gorbachev de reduzir seus compromissos com o Terceiro Mundo estava associado com a interpretação de que a União Soviética havia excedido seu auxílio a outras regiões em detrimento dos seus próprios interesses, mas também constituía uma tentativa de dar fim à corrida armamentista com os Estados Unidos (VISENTINI, 2007).

A ascensão de Gorbachev também representava uma nova abordagem em relação à China. Em um discurso em março de 1985, Gorbachev aponta quatro razões para a reaproximação sino-soviética: (i) uma reaproximação poderia servir de base para um bloco socialista reavivado; (ii) tal movimento poderia diminuir a influência americana na China; (iii) Gorbachev antecipou que as reformas chinesas fortaleceriam a economia do país, portanto, seria melhor negociar as fronteiras agora, em um momento de relativa fraqueza; (iv) o sucesso de sua política mais ampla em relação à Ásia dependia da cooperação chinesa. A

resposta chinesa foi positiva. Em abril de 1985, Deng aponta uma distinção entre o uso soviético da baía de Cam Ranh, contra a qual não se opunham - divergindo de sua posição da década anterior - e a ocupação do Camboja pelo Vietnã, contra a qual se opunham. As aproximações seguintes da União Soviética foram respondidas pela China com a reiteração dos três pontos acima mencionados (KHOO, 2011).

A retirada das tropas do Camboja constituía não somente um problema diplomático para a União Soviética, posto o fato de que obstaculizava a normalização das relações sino-soviéticas. A União Soviética também estava tendo dificuldades com o financiamento da ocupação, conforme aponta Quinn-Judge (2006). Ademais, a URSS estava interessada em melhorar suas relações econômicas com a ASEAN, cujos países membros estavam se desenvolvendo rapidamente - portanto, necessitava realizar uma política capaz de aliviar as suas relações com o bloco (KHOO, 2011).

Assim, a União Soviética adotará um tom mais complacente com a China e exercerá certa pressão ao Vietnã para encerrar sua ocupação. Em julho de 1986, em um discurso em Vladivostok, Gorbachev inicia uma política de concessão em relação a pelo menos dois pontos apontados pelos chineses como um obstáculo para a normalização. Primeiramente, Gorbachev anuncia a retirada parcial das tropas soviéticas do Afeganistão. Segundo, declara uma redução significativa das tropas na fronteira sino-mongol. Ademais, faz uma concessão à China em relação à demarcação do Rio Ussuri na fronteira sino-soviética. Quanto ao Vietnã, Gorbachev apenas aponta que a normalização das relações sino-soviéticas estaria ao alcance das relações entre os dois países. Em setembro, em uma entrevista, Deng afirma que se o problema do Camboja fosse resolvido, a China estaria disposta a se encontrar com Gorbachev em qualquer lugar da União Soviética (KHOO, 2011).

As negociações fronteiriças sino-soviéticas foram retomadas em fevereiro de 1987, chegando-se a um acordo preliminar no mesmo ano. Em fevereiro de 1987, a União Soviética anunciou a efetiva retirada das tropas soviéticas do Afeganistão - pouco depois, em 1988, realizaram-se os acordos de Genebra acerca do Afeganistão. Em agosto de 1988, conclui-se pelo lado soviético a necessidade da retirada das tropas vietnamitas do Camboja para a resolução da questão. Em fevereiro de 1989, realiza-se a primeira negociação direta sino-soviética sobre o Camboja, resultando em um comunicado conjunto. A visita de Gorbachev à China, indicativo da normalização das relações entre ambos os países, ocorreu em maio do mesmo ano (QUINN-JUDGE, 2006).

Segundo Quinn-Judge (2006), a União Soviética passou a pressionar o Vietnã a aceitar uma solução negociada com o Khmer Vermelho para o Camboja a partir de 1988. O que o

Vietnã parecia buscar era uma política e duas vias, prometendo se retirar do Camboja, mas reservando a opção de reocupar o país de acordo com as suas demandas securitárias - posição a qual a União Soviética passara a se opor. A neutralidade soviética diante dos ataques chineses às Ilhas Spratly, em março de 1988, teriam servido como um indicativo ao Vietnã de que a posição soviética estava cada vez mais complacente com a China. Em maio de 1988, o Vietnã anuncia a retirada de mais tropas do Camboja até o fim do ano (KHOO, 2011; VÃN LỢI, 2006).

O Vietnã também realizava a sua própria diplomacia com os países da ASEAN, tentando se aproximar de uma solução negociada para a questão. Em julho de 1987, o Vietnã, representando os países indochineses, e a Indonésia, representando a ASEAN, assinaram um comunicado conjunto em Ho Chi Minh, começando o processo de diálogo com o objetivo de resolver o problema cambojano. O primeiro encontro dos partidos cambojanos, ou Encontro Informal de Jakarta (Jakarta Informal Meeting, JIM I) ocorreu em Bogor em julho de 1988. Outros JIM (II e III) ocorreram em 1989. Em janeiro de 1989, os ministros da China e do Vietnã se encontraram secretamente para discutir o problema do Camboja. Em setembro de 1989, ocorre a retirada definitiva das tropas vietnamitas (VÃN LỢI, 2006).

Vale destacar um acontecimento importante para a modificação da posição vietnamita em relação à questão: o Sexto Congresso do PCV, no fim de 1986, que marcou a ascensão do novo secretário geral Nguyen Van Linh e o início do *doi moi* (mudança para o novo) no Vietnã - um conjunto de reformas liberalizantes, mais ainda sob o controle do PCV, que seriam importantes para a integração econômica e reorganização do Vietnã nas próximas décadas. O novo pensamento associado ao *doi moi* representava também uma autocrítica ao PCV, o que incluía as relações com a China e com a União Soviética. O período também é marcado pela intensificação de uma crise econômica no Vietnã, que é ainda mais acentuada pelos problemas políticos associados aos acontecimentos na Praça da Paz Celestial, em 1989. O problema do abandono da União Soviética imersa nas reformas da *Glasnost* e da *Perestroika* obrigou o país a se abrir ainda mais do ponto de vista econômico, enquanto se fechou do ponto de vista político (QUINN-JUDGE, 2006; VISENTINI, 2007).

Internacionalmente, a retirada das tropas do Camboja permitiram ao país romper o seu isolamento em uma região que estava se desenvolvendo rapidamente. Nessas circunstâncias os líderes vietnamitas decidiram partir para uma nova fase na luta para uma coexistência com a China, a ASEAN e os EUA. Para tanto, era necessário formular uma solução para o problema cambojano enquanto a aliança entre os três países indochineses deveria ser

fortalecida para criar um ambiente pacífico no Sudeste Asiático (QUINN-JUDGE, 2006; VISENTINI, 2007).

4.2.3 Da Normalização Sino-Soviética aos Acordos de Paris de 1991 (1989-1991)

No fim de 1989, a União Soviética começou a sua retirada do Vietnã, incluindo a sua presença na Baía e Cam Ranh. Simultaneamente, passa a ocorrer a desagregação dos regimes socialistas do Leste Europeu. Era o fim da COMECON e do Pacto de Varsóvia - e, dois anos depois, da própria União Soviética. Os países do Terceiro Mundo, antes apoiados pela União Soviética, agora estavam definitivamente abandonados à sua própria sorte. O auxílio soviético ao Vietnã caiu 63% em 1990 e foi completamente encerrado depois do fim da URSS, em 1991 (KHOO, 2011; QUINN-JUDGE, 2006; VISENTINI, 2007).

Apenas depois da normalização das relações sino-soviéticas, marcada pela visita de Gorbachev à China em maio de 1989, que as relações sino-vietnamitas começaram a se estabilizar. Segundo Vãn Lợi (2006), quando o grupo de Pol Pot não tinha mais possibilidade de restaurar sua posição militar, a ASEAN passou a atuar mais ativamente na questão cambojana. Os EUA retiraram o seu apoio ao assento do GCKD na ONU e começou a negociar com o Vietnã o problema cambojano. A postura chinesa se modificou no mesmo período, enquanto o Ocidente e a ASEAN começaram a fazer negócios com o país. De 3 a 4 de setembro de 1990, ocorre uma conferência conjunta entre Vietnã e China em Chengdu. Foi o primeiro encontro em dez anos entre os líderes da China e do Vietnã. A normalização definitiva das relações viria em novembro de 1991, depois da assinatura dos Acordos de Paris sobre o Camboja (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỢI, 2006).

Os acordos foram resultado da Conferência Internacional sobre o Camboja em Paris, que teve início em 23 de outubro de 1991. A primeira Conferência ocorreu de julho a agosto de 1989, mas não chegou a resoluções efetivas. Esta, por outro lado, resultou na criação de uma Autoridade Transitória das Nações Unidas para preparar uma nova constituição e o retorno da monarquia no Camboja e levou à implantação da primeira missão de manutenção da paz do pós-Guerra Fria e a primeira ocasião na história em que a ONU assumiu o cargo de governo de um Estado. A dissolução da União Soviética ocorre no fim do mesmo ano (QUINN-JUDGE, 2006; VÃN LỢI, 2006).

4.3 O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA E A NORMALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SINO-VIETNAMITAS

Os últimos anos da Terceira Guerra da Indochina testemunharam a fragilização da União Soviética e uma tentativa de recuperar o terreno perdido através de uma estratégia menos comprometida com os processos do campo socialista e do Terceiro Mundo, implicando um recuo em relação aos seus compromissos internacionais. A União Soviética, ao passo que assume uma posição mais complacente com a China, também passa a pressionar o Vietnã a aceitar uma solução conjunta negociada para o problema cambojano e retirar o seu auxílio de longa data ao país socialista indochinês.

A retirada das tropas do Camboja permitiram ao Vietnã romper o seu isolamento internacional e se articular com os países da região. Nessas circunstâncias os líderes vietnamitas decidiram partir para uma nova fase na luta para uma coexistência com a China, a ASEAN e os EUA. O resultado é a Convenção de Genebra de 1991, mesmo ano do fim da União Soviética, e o fim da Terceira Guerra da Indochina.

Do ponto de vista da China, a Terceira Guerra da Indochina havia conseguido realizar o seu principal objetivo no fim dos anos 1970: isolar o Vietnã. Este objetivo é consequência mediata da própria influência soviética no Vietnã, que, quando se dissipa em paralelo com a desocupação do Camboja, permite a normalização das relações sino-vietnamitas nos anos 1990 e o fim da Terceira Guerra da Indochina. A retirada da influência soviética no Vietnã, por sua vez, é consequência da fragilização da potência, o que é reforçado pelo fato de que esta se dissolve pouco tempo depois de ceder em favor da posição chinesa.

Em outras palavras, a normalização das relações sino-vietnamitas foi uma consequência indireta do declínio da União Soviética nos anos 1980, sem a qual a normalização das relações sino-soviéticas não teria ocorrido. Tal proposição reforça a ideia de que a Terceira Guerra da Indochina teve como causa primária a ruptura sino-soviética, a quarta hipótese deste trabalho, porém também nos oferece elementos interessantes para refletirmos acerca dos desenvolvimentos internacionais na região.

Um primeiro ponto a ser considerado é o fato de que, com a retirada soviética, a Indochina passou a constituir uma região comprimida entre os membros tradicionais da ASEAN, à qual posteriormente se associaram, e a China, que se fortaleceu depois do fim do conflito. Do ponto de vista das relações entre as grandes potências, uma reflexão intrigante se refere ao fato de que a Terceira Guerra da Indochina e o fim da União Soviética podem ter aberto o caminho para o aumento da influência da China na região da Indochina e sua

consolidação como uma potência na região, a despeito do papel que os Estados Unidos continua a exercer na Ásia. Em sentido similar, é possível inferir que o conflito pela influência na Indochina não foi vencido por nenhuma das superpotências que se envolveram na região..

Do ponto de vista das nações do Sudeste Asiático, cabe considerar que a resolução do conflito e a posterior integração da Indochina encaminharam o processo de integração regional para uma nova fase, a despeito da contradição ainda existente entre os países do bloco, por motivos eminentemente socioeconômicos. Inclusive, tais países hoje cooperam diretamente com a China, a exemplo da ASEAN+3 e da Chiang Mai Initiative, o que gera apreensão por parte do papel dos Estados Unidos e de outros atores no Sudeste Asiático (VISENTINI, 2011).

Um outro ponto se refere à Indochina em si, em especial, o fato de que a Terceira Guerra da Indochina acabou por ser, ao que tudo indica, um ponto final em quaisquer pretensões "hegemônicas" que o Vietnã poderia ter na região. Nesse sentido, o isolamento do Vietnã não representou apenas, para a China, a derrota de um "proxy" soviético, mas também a quebra definitiva de um bloco indochinês que poderia se tornar uma ameaça no futuro. Para o Vietnã, por outro lado, representou o fim de quaisquer sonhos de uma unidade restaurada com a Indochina, embora, pode-se argumentar, inseriu-lhe em um arranjo confortável do ponto de vista econômico, político e securitário em relação aos seus vizinhos.

Por ora, é adequado considerar somente de maneira geral tais elementos, que terão de ser analisados em trabalhos futuros. A inferência mais geral que orientou este capítulo e uma parte deste trabalho é menos ambiciosa, qual seja, que a disputa entre União Soviética e China orientou parte das transformações na política internacional na região da Indochina entre 1975 e 1991, engendrando uma disputa pela influência na região que se estenderia até o fim da Guerra Fria e o colapso da União Soviética.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender como a ruptura sino-soviética impactou sobre as relações entre os países do campo socialista e sobre a Indochina até o fim da Guerra Fria. Tratamos de explorar as causas da ruptura sino-soviética e seu impacto sobre as relações entre os países socialistas, ou o campo socialista, de um ponto de vista geral, e sobre as relações entre os países indochineses, de um ponto de vista particular.

No primeiro capítulo do desenvolvimento, exploramos as origens da ruptura sino-soviética analisando as contradições inerentes ao *campo socialista* e ao *bloco socialista* vinculado à União Soviética, relacionando-as às condições particulares que levaram a República Popular da China a empreender um caminho autônomo no fim dos 1950. Em particular, relacionamos as formações sociais da China e da União Soviética em quatro dimensões correlacionadas - condições estruturais, situação socioeconômica, posição de poder/geopolítica e diferenças organizacionais - para compreender a emergência de distintos projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança. Estas distinções, a partir de certo momento, se tornaram contradições entre ambos os países e provocaram uma cisão no campo socialista.

Em seguida, no segundo capítulo do desenvolvimento, exploramos os impactos da ruptura sino-soviética no campo socialista e na Indochina. A análise do campo socialista envolveu também aqueles países que se encontravam em processos de emancipação e que acabaram se associando ao socialismo, seja na forma do estabelecimento de um projeto de inspiração socialista, ou colaborando diretamente com os países do campo. Constatou-se que a ruptura sino-soviética provocou, em um primeiro momento, uma competição pela influência nesse conjunto dos países, em especial naqueles menos imediatamente ligados ao bloco de poder soviético, incluindo a Indochina, embora em condições particulares que acirraram tal competição. A transição da ruptura sino-soviética para um conflito securitário provocou uma modificação tanto na interpretação e na política chinesa em relação ao campo socialista quanto em relação à Indochina. Pode-se analisar essas modificações dividindo-as em dois procesos principais. O primeiro diz respeito à transição de uma competição tanto pelo campo socialista quanto pelo Terceiro Mundo e em descolonização para uma rejeição ou resistência campo socialista, em especial aqueles países mais intimamente ligados à União Soviética, paralela ao renovado interesse no Terceiro Mundo e os países recém independentes como uma via de associação internacional alternativa para a China. O segundo, específico da Indochina, diz respeito à transição de uma competição pela lealdade vietnamita para a pressão, controle e

balanceamento da China contra o Vietnã na região indochinesa, em especial diante da gradual aproximação deste país e a União Soviética.

Por último, no terceiro capítulo do desenvolvimento, analisamos a forma como o conflito sino-soviético impactou nas políticas do Vietnã e foi a principal causa para a Terceira Guerra da Indochina. Foi possível verificar que o Vietnã, devido à necessidade de auxílio para o seu empreendimento revolucionário, apresentou uma posição oscilante nos anos iniciais da ruptura. O Vietnã acabou se inclinando em direção à União devido às suas próprias necessidades estratégicas e de segurança, porém não desejava se apartar da China. Com a transição da ruptura sino-soviética para um conflito securitário após os acontecimentos do biênio 1968-1969, a inclinação do Vietnã em direção à União Soviética provocou os temores da China em relação a um Vietnã fortalecido na região da Indochina associado ao que agora considerava a principal ameaça à sua segurança. Tal temor acaba gerando uma política, primeiramente, de controle do aliado na mesa de negociações; e depois da unificação, em 1975, de balanceamento contra o Vietnã na região da Indochina. A Terceira Guerra da Indochina constitui o resultado dessas contradições políticas na região, isolando o Vietnã por mais de uma década. A retirada da influência soviética no Vietnã, ou a associação entre ambos, foi uma condição *sine qua non* para a normalização das relações na Indochina.

Através de tal exposição, fomos capazes de verificar as quatro hipóteses que orientam a construção deste trabalho, quais sejam: (H1) o embate entre diferentes projetos revolucionários, modelos de desenvolvimento e necessidades estratégicas e de segurança determinados por processos revolucionários ocorridos em condições particulares foi a principal causa da ruptura sino-soviética no início da década de 1960; (H2) a transição do embate entre a China e a União Soviética para um embate securitário foi o principal mecanismo através do qual houve uma modificação nas políticas chinesas tanto em relação ao campo socialista quanto em relação à Indochina; (H3) o Vietnã buscou uma posição de equilíbrio entre a China e a União Soviética durante os anos iniciais da ruptura, mas a posição oscilante se tornou insustentável à medida que o embate entre a República Popular da China e União Soviética adquiriu as feições de um conflito securitário propriamente dito; (H4) a Terceira Guerra da Indochina teve como causa primária a ruptura sino-soviética. Como afirmado na introdução, é possível compreender essas hipóteses e sua correlação com a pergunta e o objetivo principal atribuindo s seguintes sentidos a cada hipótese: causas da ruptura sino-soviética (H1); efeitos gerais sobre o campo socialista e sobre a Indochina e sua modificação ao longo do tempo (H2); reação de uma unidade específica - qual seja, o Vietnã -

a esses efeitos e modificações (H3); e, por fim, um resultado particular para a região de interesse, qual seja, a Indochina (H4).

Este trabalho, longe de se pretender conclusivo, meramente inclinou-se em direção a algumas respostas e sugestões possíveis para melhor compreender as relações entre os países socialistas e indochineses e seus reflexos nas relações internacionais de ontem e de hoje. É preciso reconhecer que um trabalho verdadeiramente conclusivo acerca de qualquer um dos assuntos desse campo de possibilidades temáticas requer um esforço de pesquisa mais aprofundado e extenso, para o qual este trabalho apenas oferece certo número de indicações e sugestões.

Mesmo que não vença os seus temas, trazer à lume tais caminhos possíveis, assim como as respostas menos ambiciosas e considerações que lhe acompanham, é importante para o avanço do conhecimento e para a emergência de uma agenda de pesquisa futura. Vale apontar que, a despeito da extensa revisão bibliográfica, não foi possível acessar parte da bibliografia referenciada e criticada pelos autores citados. Portanto, é razoável supor que este trabalho oferece uma interpretação própria que ainda não esgotou suas potencialidades diante de outras interpretações não verificadas. Além de uma revisão bibliográfica mais ampla, uma explicação mais satisfatória envolverá adaptar ou modificar as dimensões e referenciais conceituais propostos neste trabalho, tornando-os mais coesos e adequados às evidências disponíveis. Por exemplo, definir com clareza o que foi indicado como “conflito securitário” através de conceitos já presentes na literatura, se entendidos como adequados (e.g. rivalidade) ou verificar a possibilidade de outros arranjos explicativos.

Do ponto de vista teórico, destaca-se três possibilidades abertas por este trabalho. Primeiro, a possibilidade de aprofundar a compreensão do desenvolvimento de unidades políticas e sua área de influência através de outras incorporações teóricas. Em outras palavras, refletir com maior cuidado acerca dos padrões de expansão e distribuição do poder por parte de unidades políticas. Segundo, discutir a validade da proposição do balanço de poder/ameaça para explicar modificações nas relações entre os Estados, utilizando como estudo de caso a Indochina, o que não foi possível realizar devido às limitações comuns a este tipo de trabalho. Terceiro, aprofundar os estudos acerca das peculiaridades das relações inter-socialistas e suas implicações para as relações internacionais ontem e hoje.

Se encararmos a questão do ponto de vista da pesquisa histórica, a ruptura sino-soviética ainda possui um milhar de discussões potenciais, algumas das quais foram somente superficialmente abordadas neste trabalho. Uma primeira possibilidade é considerar algumas das principais consequências da ruptura sino-soviética em prol de uma análise mais ampla

acerca de seus impactos para o desenvolvimento da totalidade da Guerra Fria. Sem descartar outros elementos, convém destacar três acontecimentos indicados neste trabalho determinados pela ruptura sino-soviética que podem ter contribuído de maneira fundamental para o fim da Guerra Fria e talvez sirvam como base para pesquisas futuras: a fragilização do campo socialista e do bloco de poder soviético; a aproximação sino-americana; e a retirada da influência soviética do Leste Asiático. Uma outra possibilidade, mais limitada, é aprofundar a discussão sobre as contradições entre a China e a União Soviética e explorar com mais vigor a forma como elas emergem no fim dos anos 1960. Por último, seria adequado realizar uma análise mais rigorosa acerca do desenvolvimento da Terceira Guerra da Indochina, que caminha de forma paralela à resolução da Guerra Fria. Considerando as suas consequências regionais e globais, é sem dúvidas um tema que merece ser trabalhado com maior empenho em trabalhos vindouros.

Se pensarmos nas discussões possíveis para hoje, possivelmente a primeira ponderação de um observador contemporâneo estará necessariamente relacionada à China. Algumas das questões pendentes foram apresentadas no fim do capítulo precedente. Em especial, destaca-se a questão do papel da Terceira Guerra da Indochina para a extensão ou manutenção do poder da China no Sudeste Asiático e na Indochina. Ainda não é possível mensurar ou qualificar a importância que o conflito teve para o país socialista, mas é seguro dizer que compreender com completude o papel que a China tem assumido na região envolve necessariamente uma reflexão sobre os impactos do conflito e de sua resolução. Uma abordagem acerca do papel da Indochina para a ascensão da China contemporânea envolveria, primeiramente, a sua relação com a Rússia (como sucessora da União Soviética) perante a retirada de sua influência da região da Indochina e do Leste Asiático ao fim da Guerra Fria e as iniciativas contemporâneas em parceria com a China na região, como a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e a Iniciativa do Cinturão e Rota. Segundo, uma pesquisa aprofundada acerca do papel da Indochina para a construção de uma zona de influência/de equilíbrio ou bloco de poder chinês na região. Terceiro, as relações contemporâneas entre o triângulo China, os países tradicionais da ASEAN e a Indochina, incorporada tardiamente na organização – em especial, as contradições engendradas por essas relações. Quarto, a acentuada disputa sino-americana na região, em especial após o a política do “pivô asiático” e a ascensão de Xi Jinping à liderança da RPC, em 2013 – situação que caracteriza grande parte das divergências no Sudeste Asiático em tempos recentes.

Quanto ao Sudeste Asiático, reconhece-se que a integração da Indochina à ASEAN implicou a elevação do bloco de países para uma nova fase em seu desenvolvimento. A

ASEAN é hoje uma das organizações mais avançadas do ponto de vista de seu processo de integração, apesar das marcantes diferenças em níveis de desenvolvimento econômico, interesses de segurança e políticas nacionais. A criação da *ASEAN Political-Security Community* em 2015, assim como a produção de documentos conjuntos, parece ser um indicativo de que, a despeito da polarização entre os Estados Unidos e a China marcar o desenvolvimento contemporâneo do Sudeste Asiático, a ASEAN não tem poupado esforços para avançar em um projeto relativamente autônomo e manter a paz e a segurança na região. Se a ASEAN terá sucesso como mediadora e canal diplomático diante de contradições dessa magnitude, é difícil afirmar; e o fato de que parte deste trabalho demonstra a dificuldade de manter posições intermediárias à medida em que se conforma uma situação de um conflito securitário não parece promover uma posição particularmente otimista acerca da questão.

A questão do papel da Indochina hoje, depois da resolução da Terceira Guerra da Indochina, envolve, pois, o debate não apenas acerca dos objetivos, possibilidades e limites para a ação dos países indochineses, mas sobretudo a sua relação com a ASEAN, com a China e com os Estados Unidos. Convém uma pesquisa mais aprofundada acerca da forma como esses países têm se comportado e suas peculiaridades diante dessas contradições para que se possa chegar a algum resultado conclusivo. A primeira linha dessa discussão remeterá, quase que inevitavelmente, ao objeto deste trabalho, qual seja, os impactos da ruptura sino-soviética e suas implicações para a região; em outros termos, a retirada da influência soviética sobre a Indochina, a frustração do suposto hegemonismo vietnamita e os rumos do Sudeste Asiático depois da resolução de seus litígios oriundos da Guerra Fria. Espera-se que as implicações inferidas nesta primeira linha transbordem até o ponto final da discussão - seja ele uma interrogação ou uma exclamação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BREZHNEV, Leonid. On Soviet Policy following the Israeli Aggression in the Middle East", 20 de junho de 1967, **History and Public Policy Program Digital Archive**, Archiwum Akt Nowych (AAN) KC PZPR 2632, p. 358-408. Obtido por Krzysztof Persak e traduzido por Gennady Pasechnik. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/112654>. Acesso em: 31 mar. 2021.

CHEN, King C.. **China's War With Vietnam, 1979. Issues, Decisions and Applications**. Stanford, California: Hoover Institution Press, 1987.

CHENG GUAN, Ang. **Ending the Vietnam War: The Vietnamese communists' perspective**. Londres: Routledge, 2004.

COMMUNIST PART OF THE SOVIET UNION (CPSU). **24th Congress of the CPSU: What the Congress Discussed and Decided**. Moscou: Novosoli Press Agency Publishing House, 1971. Disponível em: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/53033/2/254391.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2021.

DAVIES, R.W.. Industry. In: DAVIES, R.W.; HARRISON, Mark; WHEATCROFT, S.G. (Org.). **The economic transformation of the Soviet Union, 1913-1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, 131-157.

DJILAS, Milovan. **Conversations with Stálin**. London: Penguin Classics, 2014, p.140.

ENLAI, Zhou. Zhou Enlai and Le Duan, Beijing, 23 March 1966. In: WESTAD, Arne Odd et al (Org.). **77 Conversations Between Chinese and Foreign Leaders on the Wars in Indochina, 1964-1977**. Washington D.C.: Cold War International History Project, 1998.

EVANS, Grant. **A Short History of Laos: the land in between**. Disney: Allen & Unwin, 2002.

FRIEDMAN, Jeremy. **Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2015.

GELMAN, Harry. **The Soviet Far East Buildup and Soviet Risk-Taking Against China**. Santa Monica: RAND Corporation, 1982. Disponível em: <https://www.rand.org/pubs/reports/R2943.html>. Acesso em: 3 abr. 2021.

GOSCHA, Cristopher E.. In: ARNE WESTAD, Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 152 - 186.

GRAMSCI, Antonio. **Note sul Machiavelli sulla politica e sullo stato moderno**, 3. ed. Roma : Editori riuniti, 1996 (2008). Disponível em: https://www.liberliber.it/mediateca/libri/g/gramsci/note_sul_machiavelli/pdf/note_s_p.pdf. Acesso em: 16 fev. 2021.

GRÖHMANN, Luiz Gustavo. Revoluções e Regimes Marxistas: Teoria, Estruturas e Periodização. In: VISENTINI, Paulo F. Fagundes et al (Org.). **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI/Nerint/UFRGS, 2013, p. 15-22.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. Londres: The Macmillan Press Ltd, 1994.

HOBBSAWM, Eric J.. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOLLOWAY, David. **Stalin and the Bomb: The Soviet Union and Atomic Energy**. New Haven: Yale University Press, 1996.

HUYNH, Luu Doan. The Paris Agreement of 1973 and Vietnam's vision of the future. In: ARNE WESTAD, Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 87-102.

JIAN, Chen. China, the Vietnam War and the Sino-American rapprochement, 1968-1973. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 33-64.

JISEN, Ma. **The Cultural Revolution in the Foreign Ministry of China**. Hong Kong: Chinese University of Hong Kong Press, 2004. Disponível em: doi:10.2307/j.ctv128fq4p. Acesso em: 31 mar. 2021.

KAMPEN, Thomas. **Mao Zedong, Zhou Enlai and the Evolution of the Chinese Communist Leadership**. Copenhagen: Nordic Institute of Asian Studies, 2002.

KHOO, Nicholas. **Collateral Damage: Sino-Soviet Rivalry and the Termination of the Sino-Soviet Alliance**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

LARDY, Nicholas R.. The Chinese economy under stress, 1958-1965. In: MACFARQUAR, Roderick et al. (Org.). **Cambridge History of China**, vol 14. Cambridge: Cambridge, 1995, 360-397.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/imperialismo/imperialismo.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

LIEBERTHAL, Kenneth. The Great Leap Forward and the Split in the Yenan Leadership. In: MACFARQUAR, Roderick et al. (Org.). **The Cambridge History of China**, vol 14. Cambridge: Cambridge, 1995, 293-359.

LONG Live Leninism. 3ª ed. Pequim: Foreign Languages Press, 1960, p. 1-55. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/international/comintern/sino-soviet-split/cpc/leninism.htm#n1>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LÜTHI, Lorentz M.. **The Sino-Soviet Split - Cold War in the Communist World**. Oxfordshire: Princeton University Press, 2008.

LYNCH, Michael. **Essential Histories: The Chinese Civil War 1945-49**. Oxford: Osprey Publishing, 2010.

MAO, Zedong. Outline for a Speech on the International Situation, December, 1959. Traduzido por David Wolff. **History and Public Policy Program Digital Archive**,

Zhonggong zhongyang wenxian yanjiushi, ed., *Jianguo yilai Mao Zedong wengao* (Mao Zedong's Manuscripts since the Founding of the People's Republic of China), vol. 8. Beijing: Zhongyang wenxian chubanshe, 1993, 599-603. Disponível em: <https://digitalarchive.wilsoncenter.org/document/118893>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MAO, Zedong. Sobre a Contradição. **Obras Escolhidas de Mao Tsetung**. Pequim: Edições do Povo, 1975, Tomo I, p. 525-586. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/mao/1937/08/contra.htm#tr1>. Acesso em: 30 mar. 2021.

MAO, Zedong. On Contradiction. **Selected Works of Mao Tse-tung**, Vol.1. Pequim: Foreign Language Press, 1965, p. 310 - 347.

MAO, Zedong. On the Cooperative Transition of Agriculture. **Selected works of Mao Tse-tung**, vol. 5. Oxford: Foreign Language Press. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=8yKoBQAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MAO, Zedong. On Practice. **Selected Works of Mao Tse-tung**, Vol. 1.. Pequim: Foreign Language Press, 1965, p. 310 - 347.

MAO, Zedong. Speech At The Supreme State Conference. **Selected Works of Mao Tse-tung**, Vol. 8. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_23.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

MAO, Zedong. The Chinese Revolutionary and the Chinese Communist Party. **Selected Works of Mao Tse-tung**, Vol. 2. Pequim: Foreign Languages Press, 1975. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-2/mswv2_23.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

MARTINS, José Miguel Quedi; MAGNO, Bruno. A Longa Marcha da Revolução Chinesa. In: VISENTINI, Paulo F. Fagundes et al (Org.). **Revoluções e Regimes Marxistas**. Porto Alegre: Leitura XXI/Nerint/UFRGS, 2013, p. 92-113.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011?.

MEARSHEIMER, John J.. **The Tragedy of Great Power Politics**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company / University of Chicago, 2001.

MÉNÉTREY-MONCHAU, Cécile. The changing post-war US strategy in Indochina. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 65-86.

MICHELENA, José Agustín Silva. **Crise no Sistema Mundial: Política e Blocos de Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

NAKAJIMA, Mineo. Foreign Relations: From the Korean War to the Bandung Line. In: MACFARQUAR, Roderick et al. (Org.). **The Cambridge History of China**, vol 14. Cambridge: Cambridge, 1995, 259-292.

NGUYEN, Lien-Hang T.. **The Sino-Vietnamese split and the Indochina War, 1968-1975**. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006. p. 12-32.

NIÊN, Nguyễn Dy. **Ho Chi Minh Thought on Diplomacy**. Hanói: The Gioi Publishers, 2008.

OUIMET, Matthew J.. **The Rise and Fall of Brezhnev Doctrine in Soviet Foreign Policy**. Chapel Hill e Londres: University of South Carolina Press, 2003.

PAINE, S. C. M.. **The Wars for Asia, 1911 - 1949**. Nova Iorque: Cambridge University Press.

PANTSOV, Alexander. **The Bolsheviks and the chinese revolution 1919 - 1927**. Surrey: Curzon Press, 2000.

PERKINS, Dwight H. China's economic policy and performance. TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (Org.). **The Cambridge History of China**, Vol. 15. Cambridge: The Cambridge University Press, 1991, 475 - 539.

QUINN-JUDGE, Sophie. In: WESTAD, Arne Odd; QUINN-JUDGE, Sophie (Org.). **The Third Indochina War: Conflict between China, Vietnam and Cambodia, 1972-79**. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 207-230.

REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (RPC). **The National Committee of the Chinese People's Political Consultative Conference**. History. Disponível em: http://en.cppcc.gov.cn/2020-02/11/c_469933.htm. Acesso em: 18 abr. 2020.

RESOLUTION on certain questions in the history of our party since the founding of the People's Republic of China. Adotado na Sexta Seção Plenária do Décimo Primeiro Comitê Central do Partido Comunista da China, em 27 de junho, 1981. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/01.htm>. Acesso em: 30 mar. 2021.

ROBERTS, J.A.G., **A History of China**. Londres: Macmillan Press Ltd, 1999.

ROBINSON, Thomas. China Confronts the Soviet Union: Warfare and Diplomacy on China's Inner Asian Frontiers. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (Org.). **The Cambridge History of China**, Vol. 15. Cambridge: The Cambridge University Press, 1991, 218 - 204.

SAINT-PIERRE, Hector. Estratégia. In: SAINT-PIERRE, Hector; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018, p. 369-375.

ST JOHN, Ronald Bruce. **Revolution, Reform and Regionalism in Southeast Asia: Cambodia, Laos and Vietnam**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

TALK with the American correspondent Anna Louise Strong, August 1946. **Selected Works of Mao Tse-tung**, Vol. 4. Disponível em: https://www.marxists.org/reference/archive/mao/selected-works/volume-4/mswv4_13.htm. Acesso em: 30 mar. 2021.

TEIWES, Frederick C.. Establishment and consolidation of the new regime. In: MACFARQUAR, Roderick et al. (Org.). **The Cambridge History of China**, vol 14. Cambridge: Cambridge, 1995, 51-143.

TULLY, John A.. **A Short History of Cambodia: from empire to survival**. Disney: Allen & Unwin, 2005.

VÃN LỢI, Lưu. **Fifty years of Vietnamese diplomacy, 1945-1995**. Ho Chi Minh: The Gioi Publishers, 2006.

VAN SLYKE, Lyman. The Chinese Communist movement during the Sino-Japanese War, 1937 - 1945. In: TWITCHETT, Denis; FAIRBANK, John K. (Org.). **The Cambridge History of China**, Vol. 13. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

VILLA, Rafael Duarte; BRAGA, Camila de Macedo. Segurança Internacional. In: SAINT-PIERRE, Hector; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2018, p. 895-913.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Revolução Vietnamita: da libertação nacional ao socialismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **Os Paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

WALT, Stephen M. Alliance Formation and the Balance of World Power. **International Security**, vol. 9, no. 4, 1985, p. 3–43. Disponível em: www.jstor.org/stable/2538540. Acesso em: 01 abr. 2021.

WEI, Teng. Third World. In: SORACE, Christian; FRANCESCHINI, Ivan; LOUBERE, Nicholas; SMITH, Craig (Org.). **Afterlives of Chinese Communism: Political Concepts from Mao to Xi**, p. 281 - 286. Australia: ANU Press, 2019. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/j.ctvk3gng9.49>. Acesso em: 2 abr. 2021.

XIAOPING, Deng. **Speech By Chairman of the Delegation of the People's Republic of China**, Teng Hsiao-Ping, At the Special Session of the U.N. General Assembly, 10 abr. 1974. Foreign Language Press, online, 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/archive/deng-xiaoping/1974/04/10.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

ZHAI, Qiang. **China and the Vietnam wars, 1950-1975**. University of South Carolina Press: 2000.